Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

**Enlaces e entraves para a Soberania Alimentar e
Nutricional: movimentos sociais no contexto das relações
Brasil-Moçambique nas áreas de alimentação e
agricultura.**

André Luzzi de Campos

**Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Saúde Pública para
obtenção do título de Doutor em
Ciências.**

**Área de concentração Serviços de Saúde
Pública.**

Profa. Dra. Aurea Maria Zöllner Ianni

São Paulo
2016

**Enlaces e entraves para a Soberania Alimentar e
Nutricional: movimentos sociais no contexto das relações
Brasil-Moçambique nas áreas de alimentação e
agricultura.**

André Luzzi de Campos

**Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Saúde Pública da
Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Doutor em
Ciências.**

**Área de concentração: Serviços de
Saúde Pública.**

**Orientadora: Profa. Dra. Aurea Maria
Zöllner Ianni**

**Versão revisada
São Paulo
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida **exclusivamente** para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da tese/dissertação.

África em mim,

África em nós.

Dedico esta obra ao Miguel, meu querido filho

e a você.

Alegramento

Recordo-me sempre do ensinamento de Hebert de Souza, o Betinho, sobre a gratidão. Para ele um ato de solidariedade deve ser respondido com uma manifestação de alegria. Neste período de pesquisa, estudo e viagem recebi o apoio de muitas pessoas queridas. A tarefa até é individual, mas sem a participação e presença de vocês não teria ido tão longe.

Ao querido Miguel, meu filho, sua doçura é motivadora para seguir lutando. Sou grato pelo carinho, amparo e acolhimento dos meus pais, Beth e Dito. Sempre dispostos em auxiliar na realização de mais este sonho. Sem financiamento institucional é sempre necessário quem nos ajude a segurar as pontas. Esse diálogo intergeracional que nos projeta em mais desafios e descobertas. Em nome deles, amplio minha felicidade aos meus sobrinhos e irmãos, Fábio e Stela, e seus companheiros Maíta e Bruno. Que esta conquista seja inspiração!

À Prof.^a Aurea Maria Zöllner Ianni, tenho a certeza de que sua presença foi fundamental para o meu desenvolvimento e amadurecimento pessoal e intelectual. Aos amigos do Grupo de Pesquisa coordenado por ela na Faculdade de Saúde Pública da USP, sou feliz por nossas reflexões e ajuda mútua no desdobramento das nossas pesquisas. Muitas vezes as discussões permitiram iluminar os caminhos em tempos tão inquietantes. Não são apenas contemporâneos da Faculdade, mas aqueles com quem quero seguir a vida. Carinho recíproco aos amigos Leonardo Carnut, Lúcia e Christiane Costa, um cheiro. Todas e todos vocês deixam a FSP/USP menos séria. Aos muitos funcionários da FSP/USP (biblioteca, secretaria, assessoria de comunicação) que, para além da sua função pública, nos ajudam a passar essa barra.

Na preparação do trabalho de campo fui muito ajudado pela Cibele Oliveira, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por Gilberto A. Schneider do Movimento de Pequenos Agricultores, Gustavo Ferroni, da OXFAM Brasil, e Kátia Taeda. Generosamente se disponibilizaram a fomentar o debate e permitiram conhecer melhor a realidade moçambicana e a cooperação brasileira na África. Axé! Meu carinho às equipes do CGFome do Ministério das Relações Exteriores, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), do Brasil, e do Escritório da FAO em Moçambique.

É muito engraçado registrar essas palavras, passa um filme na cabeça e dá uma saudade danada. Uma porta se abriu quando conversei com Teresa Teles, do Diversitas, da FFLCH/USP, numa manifestação social. Foi ela quem me colocou em contato com a Professora Inês Raimundo do Centro de Análises Políticas (CAP), da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Teresa, uma pequena contribuição, que muda a trajetória das coisas. À Profª Inês Macamo Raimundo, considero-me um eterno amigo do CAP no Brasil. É fascinante a produção intelectual daquele Centro, sua inserção nos debates acadêmicos em nível internacional. A professora Inês tão solícita, dinâmica e agregadora. Admiração. Quero retribuir a toda equipe. Drª Dinasalda Ceita, seu apoio foi imprescindível para o êxito das aulas abertas realizadas por mim na UEM.

Também sou grato pela equipe da Universidade Politécnica de Moçambique que favoreceu a realização da atividade Cine Diálogos no âmbito do Ciclo “Soberania Alimentar no contexto das relações Sul-Sul: práticas sociais e os desafios contemporâneos”, desenvolvido por mim à distância em Maputo com tão pouco tempo.

Aos parceiros intelectuais e da vida, Circe M. Fernandes Bittencourt, Gisela Colaço, Jean Tible, Gino Xavier e Rodrigo Lobo, que sempre se importam com nossos desafios e dilemas no caminho do saber, animando e oferecendo ideias e sugestões de leitura. E sempre vai entrando gente nova na história: gratidão à Amanda Rossi, Daniel Cunha e aos amigos moçambicanos que estão no Brasil.

Em nome de nossa querida Tina Galvão, sempre presente, saúdo as companheiras e companheiros da lida, à Ação da Cidadania (Comitê Estadual de São Paulo) e ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo. A realidade me ajuda sempre a manter coerência.

Por fim, guardo com ternura toda entrega daqueles que colaboraram na pesquisa nas atividades de prospecção e recolha de dados, quem participou concedendo seus depoimentos por meio de entrevistas. Tenho a convicção do quanto são imprescindíveis na luta pela soberania alimentar e plena realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

RESUMO

CAMPOS, André Luzzi de. **Enlaces e entraves para a Soberania Alimentar e Nutricional: movimentos sociais no contexto das relações Brasil-Moçambique nas áreas de alimentação e agricultura**, 2016, Tese – Faculdade de Saúde Pública da USP, 2016.

O Brasil tem se apresentado como importante parceiro de Moçambique na execução de projetos por meio da cooperação internacional, notadamente nas áreas afetas à segurança alimentar e nutricional. Há uma forte atuação das empresas brasileiras em setores estratégicos. Uma ampla articulação de atores sociais no país tem apontado caminhos alternativos para enfrentar os desafios do desenvolvimento e globalização. Propõe-se a compreensão sobre a atuação dos movimentos sociais moçambicanos neste contexto. O estudo reconstituiu as definições de segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar, identificando seu processo de construção, atores envolvidos e diferentes apropriações. Procurou conhecer as ameaças e desafios à realização do direito humano à alimentação. E, ainda, analisou as práticas sociais em curso, suas características, impasses e conquistas no âmbito local e internacional. Com base na metodologia qualitativa procedeu-se o estudo e análise documental, a realização de visitas técnicas para compreensão do contexto local e a aplicação de entrevistas compreensivas com participantes de movimentos e organizações sociais de Moçambique nas Províncias (Estados) de Maputo e Nampula, ao Sul e Norte, respectivamente. Observou que os movimentos e organizações sociais destinam atenção em graus diferentes em relação às iniciativas desenvolvidas pelo Brasil, possuindo maior relevância as ações em torno da implantação do Programa para o Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala (ProSAVANA), em Nampula. Constatou a fragilidade dos mecanismos de participação e controle social em Moçambique na área de segurança alimentar e nutricional. Evidenciou, também, que há uma incorporação das temáticas relativas à soberania alimentar na agenda política dos movimentos e organizações sociais daquele país. Todavia, os aspectos relacionados à nutrição e mudanças climáticas, por exemplo, ainda são incipientes. Concluiu-se que as experiências em cursos têm consolidado um campo de atuação dinâmico, capaz de intervir em processos internacionais a partir da realidade local.

Palavras-chave: Soberania alimentar. Segurança alimentar e nutricional. Movimentos sociais. Transformações sociais contemporâneas. Relações internacionais.

ABSTRACT

CAMPOS, André Luzzi de. **Links and obstacles for Food and Nutritional Sovereignty: social movements in the context of the Brazil-Mozambique relations in the areas of food and agriculture**, 2016, Tese - Faculdade de Saúde Pública da USP, 2016.

Brazil has presented as an important partner of Mozambique in the implementation of projects through international cooperation, especially in the areas about food and nutrition security. There is a robust activities of Brazilian companies in strategic sectors. In the other hand, a large articulation of social actors in the country has appointed alternative ways to meet the challenges of development and globalization. It proposed understanding of the performance of the Mozambique social movements in this context. The study reconstructed the food and nutritional security settings and food sovereignty, identifying its construction process, stakeholders and different appropriations. It sought to know the threats and challenges to the realization of the human right to food, and also analyzed the social practices underway, their characteristics, impasses and achievements in the local and international level. Based on qualitative methodology proceeded to the study and analysis of documents, conducting technical visits to understand the local context and the implementation of comprehensive interviews with participants of social movements and organizations of Mozambique in the provinces of Maputo and Nampula. It was observed that social movements and organizations have dedicated different attention in relation to the initiatives taken by Brazil, with most relevant actions around the implementation of the Program for Agricultural Development in the Nacala Corridor (ProSAVANA). It showed the fragility of the mechanisms of participation and social control in Mozambique in the area of food safety and nutrition. It showed also that there is a theme of incorporation relating to food sovereignty on the political agenda of the social movements and organizations of that country. However, the aspects related to nutrition and climate change, for example, are still incomplete. It concluded that the experiences in courses have consolidated a level playing field, dynamic and able, to intervene in international negotiation processes from the local reality.

Keywords: Food Sovereignty. Food and nutrition security. Social movements. Contemporary social transformations. International relations.

SUMÁRIO

Introdução.....	14
Capítulo I: Direito à alimentação e nutrição na agenda do desenvolvimento	20
<i>1.1 Alimentação como Direito.....</i>	<i>37</i>
<i>1.2 Alimentação e poder - Soberania alimentar, soberania popular</i>	<i>41</i>
Capítulo II: Movimentos sociais em África e a soberania alimentar.....	50
<i>2.1 Alimentação, soberania popular e participação.....</i>	<i>66</i>
Capítulo III: Soberania alimentar no contexto da cooperação Brasil e Moçambique – ambiguidades e tensões.....	68
Capítulo IV: A pesquisa	91
<i>4.1 Universo do estudo.....</i>	<i>95</i>
<i>4.2 Resultados e Análise</i>	<i>96</i>
Capítulo V: Discussão: vozes, práticas sociais e seus sentidos.....	124
<i>5.1 Ação coletiva e alimentação no contexto internacional.....</i>	<i>124</i>
<i>5.2 Alimentação e lutas sociais em Moçambique.....</i>	<i>133</i>
<i>5.3 Soberania alimentar – uma visão crítica.....</i>	<i>143</i>
<i>5.4 Atuação dos movimentos sociais em Moçambique nas áreas de alimentação e agricultura.....</i>	<i>146</i>
<i>5.5 Diferentes estratégias de ação – significados e sentidos.....</i>	<i>151</i>
<i>5.6 A disputa pela informação</i>	<i>154</i>
Conclusão.....	156
Referências Bibliográficas.....	167
Anexos	176

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Diferentes definições de Segurança Alimentar

TABELA 02 - Quadro-síntese das definições do direito humano à Alimentação Adequada e Saudável, Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar

TABELA 03 - Projetos de Cooperação entre Brasil e Moçambique

TABELA 04 – Composição orçamentária do PAA África

TABELA 05 – Total de aportes financeiros aos projetos de SAN, objeto da Cooperação Técnica Tripartite, envolvendo Brasil e Moçambique

TABELA 06 – Produtos exportados pelo Brasil a Moçambique (2014/2015)

TABELA 07 – Produtos importados pelo Brasil de Moçambique (2014/2015)

TABELA 08 – Informações sobre financiamentos de exportação para obras no exterior concedidos pelo BNDES, Brasil

TABELA 09 – Incidência dos temas na agenda dos movimentos e organizações sociais

TABELA 10 – Planos, Programas e Estratégias na agricultura e Desenvolvimento de Moçambique

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação
AGROMOZ – Agribusiness de Moçambique S/A
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
ANSA - Associação Nacional de Segurança Alimentar
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CDN - Corredor de Desenvolvimento Norte
CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CGFOME - Coordenação de Ações Internacionais contra a Fome
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DfID – Department for International Development
(Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido)
DUAT - Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations
(Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)
FIAN - Food First Information and Action Network
(Rede de Informação e Ação pelo direito a se Alimentar)
FGV – Fundação Getúlio Vargas
Fiocruz – Fundação Osvaldo Cruz
FORCOM – Fórum de Rádios Comunitárias
IIAM - Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
JICA – Japan International Cooperation Agency
(Agência de Cooperação Internacional do Japão)
MASA – Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MINAg- Ministério da Agricultura
MISAU – Ministério da Saúde
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura

MPA – Movimento de Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OJM - Organização da Juventude Moçambicana
OMM - Organização da Mulher Moçambicana
OMS - Organização Mundial de Saúde
ORAM - Organização Rural de Auxílio Mútuo
PALOP - Países Africanos de Língua Portuguesa
ProSAVANA - Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento
Agrícola da Savana Tropical em Moçambique
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ROSA – Rede de Organizações pela Soberania Alimentar
RUTH – Rede de Utentes
SETSAN - Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional
SOF – Sempreviva Organização Feminista
UNAC – União Nacional de Camponeses
USAID – United States Agency for International Development
(Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)
WANAHR - Word Alliance for Nutrition and Human Rights
(Aliança Mundial pela Nutrição e Direitos Humanos)

Fonte: Extraído de Ministério da Saúde (MISAU), Instituto Nacional de Estatística (INE) e ICF International (ICFI). Moçambique Inquérito Demográfico e de Saúde 2011. Calverton, Maryland, USA: MISAU, INE e ICFI.

Introdução

A necessidade de expansão do capital, a busca de matéria-prima mais barata e ampliação de mercados externos vêm promovendo uma nova corrida dos países desenvolvidos ao continente africano. Observa-se, também, em simultâneo, o crescimento da cooperação e investimentos entre os países do chamado Sul global e os países dessa região.

Por outro lado, as crises alimentares que marcaram a década de 2000 desvelaram os profundos desafios para a garantia da segurança alimentar global. A agricultura aparece com forte centralidade na agenda do desenvolvimento e crescimento e nessa perspectiva emerge a Nova Aliança para Segurança Alimentar e Nutrição em África, criada pelo G8, bem como a Aliança para uma Revolução Verde em África (AGRA). Essas instâncias encontram amparo no Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) da União Africana (HUGON, 2009).

Documento orientador da Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique (2012) discorre sobre os interesses das maiores economias mundiais neste país:

Os membros do G8 tencionam fornecer apoio no setor da agricultura para acelerar a implementação do PNISA [Plano Nacional de Investimentos no Setor Agrário], nomeadamente através da plataforma Crescer África (Grow Africa), com o objetivo geral de facilitar o aumento do investimento privado e ter em conta a inovação. Os membros do G8 têm a intenção de contratar as principais agências dos seus governos bem como levar à prática ações capazes de acelerar os progressos nas áreas de finanças e mercados, de ciência e tecnologia e de gestão de risco (NOVA ALIANÇA, 2012. Nota nossa.).

Moçambique possui 25.041.922 de habitantes, sendo que as mulheres representam relativa maioria, 12.959.140 (MOÇAMBIQUE, 2014). Os dados demográficos revelam uma evolução das taxas de fecundidade com relação aos levantamentos anteriores, resultando numa forte concentração de pessoas entre 0 a 14 anos - representam 45,5% da população. 51,3% localizam-se na faixa etária de 15 a 59 anos e apenas 3,2% tem idade igual ou superior a 60 anos (MOÇAMBIQUE, 2011). Revelam, também, a continuidade do processo de urbanização, com a população nas cidades chegando a 30,5%.

O país ainda é marcado pela presença da fome e da pobreza. Diferentes processos sociais, culturais e históricos definem a situação vivida em cada localidade, oferecendo perspectivas diferenciadas para a compreensão das causas e situações de (in)segurança

alimentar e nutricional. O país conviveu, em tempos recentes, com a guerra e graves conflitos sociais.

A Estratégia da Segurança Alimentar e Nutricional 2007-2015 (MOÇAMBIQUE, 2007) considera um aumento de 5% dos casos de malnutrição crônica infantil entre 1997 e 2004, atingindo 41% das crianças. A situação revela-se mais grave no meio rural (46%), enquanto que no meio urbano é de 29%.

Em 2011, 43% das crianças menores de 5 anos estavam em subnutrição crônica moderada, 20% em subnutrição crônica grave e 8% em subnutrição aguda (MOÇAMBIQUE, 2011). Este fenômeno está diretamente relacionado à deficiência de uma alimentação adequada e a condições de vida precárias (acesso à água, higiene, moradia).

Além dos aspectos socioeconômicos, outros fenômenos estão associados à insegurança alimentar, como aqueles de causas naturais, por exemplo ciclones, chuvas e secas, além de pragas e doenças que provocam perdas agrícolas. Outro aspecto importante para a promoção da segurança alimentar e nutricional é o acesso à terra para habitar e produzir. A existência de megaprojetos, especialmente de exploração de recursos naturais, pode trazer ameaças à garantia dos meios para que a população possa manter uma alimentação adequada.

Em Moçambique, Shankland e Gonçalves (2016) assinalam que a Presidência de Armando Emídio Guebuza se orienta para uma abertura aos investimentos internacionais em nome da modernização da agricultura e a melhoria da alimentação da população local. Nesse período foi construído o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA), que prevê a existência de seis corredores de desenvolvimento, sendo um deles o Corredor de Nacala. Em paralelo, foi editado o Plano Nacional de Investimentos em Agricultura e Segurança Alimentar (PNISA).

Essa abertura econômica no antigo país de orientação socialista tem trazido impulso a diferentes setores, especialmente as áreas da agricultura e exploração de recursos minerais; uma economia de caráter extrativo, orientada para satisfação de dinâmicas externas e globais de acumulação de capital, ao mesmo tempo em que pretende acelerar o processo de formação das classes capitalistas nacionais, com recurso à exploração primária de recursos naturais (CASTELO-BRANCO, 2013).

Moçambique tem sido destino de grandes investimentos de empresas multinacionais e também de projetos de cooperação técnica internacional bilateral e trilateral nas áreas de alimentação e agricultura (MOSCA, 2014). Contudo, algumas iniciativas têm gerado profundas tensões como aquelas provocadas com a implantação do Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA), uma cooperação entre os países Brasil (por meio da EMBRAPA e Agência Brasileira de Cooperação), Japão e Moçambique.

Em recente documento dirigido aos Chefes de Estado desses três países envolvidos no Programa, organizações e movimentos da sociedade civil sinalizam o que vem ocorrendo na região:

- A manipulação de informações e intimidação das comunidades e organizações da sociedade civil que se opõem ao ProSAVANA, apresentando alternativas sustentáveis para o setor agrário;
- Os iminentes processos de usurpação de terras das comunidades locais por corporações brasileiras, japonesas e nacionais; bem assim de outras nações;
- O ProSAVANA fundamenta-se no aumento da produção e produtividade baseada em monoculturas de exportação (milho, soja, mandioca, algodão, cana de açúcar, etc.), que pretende integrar camponeses e camponesas nesse processo produtivo exclusivamente controlado por grandes corporações transnacionais e instituições financeiras multilaterais, destruindo os sistemas de produção da agricultura familiar;
- A importação das contradições internas do modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira para Moçambique.

(CARTA ABERTA DAS ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS
MOÇAMBICANOS, 2013)

Para além das organizações de trabalhadores camponeses e organizações internacionais da sociedade civil que atuam nas áreas de direitos humanos, ambiental, democracia e participação social, uma ampla articulação de atores sociais em torno da temática Segurança Alimentar e Nutricional ganha força, sinalizando possíveis caminhos para enfrentar os desafios atuais da sociedade, na perspectiva de realizar uma alternativa crítica ao modelo capitalista de desenvolvimento e ao processo de globalização que produz desigualdade e exclusão. E, no âmbito internacional, a Via Campesina, em Moçambique, coletivos como Rede de Organizações pela Soberania Alimentar de Moçambique – ROSA, Plataforma de ONGs de Nampula, entre outros.

Desta maneira a realidade atual demanda a produção de conhecimento e recursos interpretativos, de modo a compreender a atuação dos movimentos sociais em Moçambique e as lutas em defesa da promoção da alimentação saudável em um contexto global.

Frente à consolidação de um conjunto de iniciativas levadas a cabo pelo governo brasileiro nas áreas relacionadas à alimentação, notadamente a partir do ano de 2003, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em sua XIII Reunião Ordinária, de dezembro de 2013, analisou e discutiu a presença brasileira e o papel da cooperação internacional nesta área¹. O representante da União Nacional dos Camponeses (UNAC), de Moçambique, presente à reunião deste colegiado, avaliou que o Brasil tem intensificado a parceria com países sul-americanos e africanos. No caso dos países do Continente Africano ponderou que a cooperação é justificada pelo princípio de solidariedade internacional e pela dívida histórica, como contribuição para a formação de uma nação multiétnica brasileira. No entanto, a atuação das empresas brasileiras e de determinados setores do governo, mais orientados à lógica de mercado voltada ao lucro e à maximização dos ganhos, revela outra realidade. Na opinião desse líder social, contrariamente ao princípio original, a cooperação brasileira tem assumido um caráter imperialista e colonial (CONSEA, 2013).

É possível perceber essa ambiguidade na posição do Brasil ao compararmos a natureza e características das ações de diferentes órgãos do Governo. Na prática da Coordenação-geral de Ações Internacionais de Combate à Fome, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, por exemplo, consagrou-se a premissa da promoção e defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a perspectiva de uma dupla atração, considerando aspectos emergenciais e estruturantes nas intervenções estabelecidas entre as nações em comum acordo levando em conta o médio e longo prazo. Há, também, a noção de “Cooperação horizontal”, em substituição ao termo “Cooperação Sul-Sul”, pois se entende que os acordos voltados a estimular o crescimento conjunto das nações e populações podem ocorrer entre países de hemisférios distintos (CONSEA, 2013).

¹ É importante ressaltar que as ações de Cooperação e Relações Internacionais integram meta específica no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional referente aos anos de 2012 a 2015, editado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN.

Na Exposição de Motivos que o CONSEA endereçou à Presidenta da República Dilma Vana Rousseff² sobre a cooperação internacional brasileira e a segurança alimentar e nutricional são constatadas outras dimensões. O documento considera que “o peso político e econômico que tem o agronegócio na política interna e externa também está se refletindo na cooperação internacional”. Alerta para a necessidade de que as ações em nível internacional pautadas na soberania alimentar e no direito humano à alimentação adequada devem dar “ênfase no fortalecimento da agricultura familiar, camponesa e indígena, a produção de base agroecológica e orgânica, reconhecendo as formas coletivas de produção, promovendo a igualdade de gênero e valorizando as práticas e saberes tradicionais, a cultura e os modos de vida locais”

As relações internacionais entre Brasil e Moçambique, no que se refere aos temas de segurança alimentar e nutricional, assumem maior desafio quando são questionados os mecanismos de controle e participação social. A participação social no Brasil e em Moçambique experimentou caminhos muito diferentes nas últimas décadas. Os conflitos em Moçambique deixaram marcas profundas no processo de envolvimento da sociedade civil na tomada de decisões e gestão dos assuntos de interesse público (CABAÇO, 2009).

Não se pode olvidar também as diferenças étnicas e linguísticas em Moçambique. Do Rovuma a Maputo, na linguagem corriqueira da população moçambicana, percebe-se uma ampla e complexa formação cultural e social. Embora a língua oficial seja o português, o país mantém uma grande quantidade de pessoas vivendo na área rural, tendo em várias comunidades sua própria língua. Segundo o Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007, aproximadamente 85% da população tem como língua materna um dos idiomas bantu e as mais utilizadas são: Emakhuwa (25.4%), Xichangana (10.4%), Cisena (7.1%), Elomwe (6.9%) e Cinyanja (5.8%). O Português é falado por 12.8% das pessoas (MOÇAMBIQUE, 2011, passim).

Este fato dificulta, ou pelo menos coloca novas perspectivas para a universalização dos mecanismos de participação popular e decisão dos níveis infranacionais até a estrutura central nas capitais. Kabengele Munanga nos alerta sobre os desafios democráticos em África:

Pensava-se, no início dos anos 60, que a transferência de poder era apenas um problema de constituições. Estas foram elaboradas nos modelos ocidentais

²

E.M nº 07 / CONSEA, de 05 de dezembro de 2013.

(bicameralismo e presidencialismo) e dadas de presente aos africanos na véspera das independências de cada país. Esqueceu-se que a democracia era uma invenção e uma conquista ocidental e que não fazia parte das concepções de mundo das sociedades africanas tradicionais (MUNANGA, 2002, p. 105-107).

Se percebemos desafios na relação entre os diferentes setores da sociedade civil e o Estado nacional, fica ainda mais complexa a situação do envolvimento das organizações e movimentos sociais em espaços de participação que podem incidir nas medidas discutidas e estabelecidas no âmbito da cooperação ou acordos Internacionais.

Assim, o problema central deste estudo é perceber de que maneira se dá a participação de movimentos sociais moçambicanos na agenda de segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar, bem como sua capacidade de influenciar a comunidade internacional e organismos de governança para assegurar a implantação dessas políticas.

Para tanto, considera-se necessário desvelar os conflitos e tensões existentes que acentuam o processo de exclusão e desigualdade social no Brasil e em Moçambique, resultando em deslocamentos forçados para obtenção de condições de vida melhores e mais dignas e, sobretudo, no estabelecimento de fortes ameaças à garantia da soberania alimentar e nutricional.

O estudo procura reconhecer as interfaces entre alimentação e poder e considera que a presença de novos movimentos sociais e mecanismos de participação tem possibilitado construir um sentido político para a dimensão da produção e do consumo de alimentos. Da mesma forma, traz uma crítica a conceitos como desenvolvimento econômico e social e soberania alimentar.

Por outro lado, verifica-se no âmbito das relações internacionais uma gestão política que busca satisfazer às demandas das empresas nacionais e transnacionais na perspectiva do crescimento e estabilidade econômica. Estas forças concorrentes acabam contribuindo para fenômenos que dificultam a consolidação da agenda da soberania alimentar na África, como se pode verificar em Moçambique, por exemplo.

Para orientar a investigação colocam-se algumas questões importantes, tais como: descobrir quais são os fenômenos e conflitos sociais que ameaçam a soberania alimentar em países africanos, e como vêm ocorrendo notadamente em Moçambique; pesquisar quais são os movimentos sociais em Moçambique no contexto da soberania alimentar, sua atuação e

organização; saber quais são as condições ou elementos que contribuem para a produção da agenda política dos movimentos sociais em defesa da soberania alimentar; e finalmente, determinar quais são e como se organizam as práticas dos movimentos sociais em defesa da soberania alimentar no contexto da relação entre Brasil e Moçambique nas áreas de alimentação e agricultura. Com as transformações que estão ocorrendo em Moçambique no tempo presente, quais são os reflexos nas áreas de alimentação e agricultura? Quais são as lutas sociais em curso naquele país, notadamente aquelas levadas a cabo pelos movimentos sociais? Quais são as características desses movimentos sociais em Moçambique?

Capítulo I: Alimentação e Nutrição na agenda do desenvolvimento

Alimentação e nutrição vêm ganhando cada vez mais espaço na agenda política mundial e na abordagem em estudos e pesquisas de centros e núcleos das Universidades (ZIGLER, 2013). Em muitos momentos os debates públicos ou documentos oficiais assumem a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como conceito, incluindo a disponibilização de financiamento para programas, projetos e ações do poder público e de iniciativas da sociedade civil. Tornou-se tema relevante nos programas de entretenimento (utilizando as diferentes plataformas de comunicação) e na imprensa. Brown (2011) alerta que países como Arábia Saudita, Coreia do Sul e China, por exemplo, para atender a sua demanda interna de alimentos, estão buscando terras em outros países, por meio da compra ou arrendamento de grandes áreas, notadamente na África, para produzir alimentos.

Se toda a humanidade como ato primeiro de vida requer para a sua sobrevivência alimentar-se, como a alimentação se transforma em objeto de discussão e disputas políticas e econômicas nos diferentes períodos históricos? Como e quando surgiu o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional na história do tempo presente? Em grande medida, hodiernamente, o tema é adotado como se já estivesse consagrado e em sua versão final, como algo estanque. Essa atitude acaba por naturalizá-lo, destituindo os significados assumidos ao longo da história, de modo a nem mesmo indagar quais foram os empreendimentos sociais, tensões e conflitos para se atingir o atual entendimento desse conceito e considerar suas transformações.

O presente estudo não propõe a realização de um debate em filigranas. Trata-se de um exercício para compreender a evolução do conceito, seu estatuto ou características, assim como as diferentes ideologias, colaborando para o estudo do pensamento social e das mudanças sociais ao longo do tempo presente³. Immanuel Wallerstein alerta que as estruturas do saber “são elemento essencial do funcionamento e da legitimação das estruturas políticas, econômicas e sociais” (2007, p.94).

Segurança Alimentar foi utilizada nas décadas iniciais do Século XX para retratar a situação de determinado contingente populacional, especialmente nos períodos de guerra, crises ambientais e complexas situações para obtenção dos alimentos. Assim, o grande enfoque era a alimentação como suprimento e os desafios para o acesso aos alimentos que pudesse abastecer esse contingente populacional. Não é por menos que se utiliza a expressão “segurança”⁴, ou seja, nessa acepção o conceito está relacionado a uma situação ideal, desejada. Essa perspectiva ocupa espaço das análises e estratégias dos dirigentes das nações, estudiosos e planejadores públicos que demonstravam preocupação com o aumento populacional, principalmente nas cidades.

Uma abordagem mais humanizada fez coro em denunciar a fome e a miséria. Com base em métodos científicos e habilidosa capacidade de disseminar os resultados dessas descobertas foi possível compreender as razões que mantinham milhares de pessoas subjugadas à fome. Em contraponto, os pensadores e políticos que incorporaram essa preocupação defendiam políticas sociais e econômicas para combater a fome, adotando melhor organização do mercado, produção de uma economia mais equilibrada e uso de tecnologias apropriadas para aperfeiçoar a produção.

³ A dedicação de diferentes pesquisadores e autores à temática vem consolidando campo de estudos sobre alimentação. Ao se referir a uma Sociologia da Alimentação, CASCUDO (2011, p. 339) atenta-se para o fato de que “qualquer concepção do conjunto social no plano econômico ou metafísico, implica necessariamente o desenvolvimento dos processos aquisitivos da alimentação”. Temos ainda a rica e vasta produção em áreas das Ciências Sociais e Humanas como a História da Alimentação e a Antropologia da Alimentação (MENESES E CARNEIRO, 1997).

⁴ A partir da década de 1970, com a emergência na agenda política das questões relacionadas ao meio ambiente e os conflitos a elas relacionados, a expressão é apropriada por outros setores de atuação. Foi desenvolvida assim a noção de segurança ambiental (BRIGAGÃO et al, 2013). A terminologia comporta assim o conjunto de interações e impasses que ameaçam a segurança internacional, deslocando-se do campo estratégico-militar para o âmbito da diplomacia.

Ao seu tempo, a Organização das Nações Unidas (ONU), por influência da Associação Contra a Fome, incorpora a estratégia para dar dimensão política e mobilizadora dos resultados aprendidos nas diferentes missões internacionais em diversos países. Assim, a Conferência de 1959 aprovou a criação de um programa internacional para combater a fome. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) promove uma Campanha Mundial contra a Fome, implicando também diferentes organismos da ONU.

Josué de Castro, em suas obras *Geografia da Fome* (1946), *Geopolítica da Fome* (1951) e *Livro Negro da Fome* (1966), demonstra com lucidez e esforço descritivo a relação entre a falta de alimentos e o surgimento de doenças provocadas pela carência de nutrientes como beribéri, escorbuto, anemia, xeroftalmia, entre outras. Dedicar-se, ainda, a mostrar como opera a fome oculta, situação vivenciada pelas pessoas que, pela falta de ingestão de alimentos apropriados, têm seus organismos fragilizados, fator que contribui para o desenvolvimento de outras doenças.

Josué de Castro também chama atenção para os fenômenos sociais associados à alimentação, em especial, as estratégias dos famintos para a superação da fome. Assume que a tomada de consciência seria capaz de fazer as pessoas lutarem contra as razões que produzem conjunturas econômicas e políticas desfavoráveis para uma boa alimentação. Diz ele: “Foi esta tomada de consciência que transformou o pobre em proletário, que fez do pobre resignado, o proletário revoltado contra a injustiça social que gerou o proletariado como força política” (1966, p. 22).

Reside nesse aspecto a mais significativa contribuição de seu pensamento. Em que pese a importância do vocativo “fome” em sua produção – “fome oculta”, “fome crônica”, “causas da fome”, “estratégias de sobrevivência”, “sociabilidade e subjetividades dos corpos famintos” – a força do conjunto de sua obra está em compreender os fenômenos sociais, fatores econômicos e políticos que favoreceram (ou favorecem) o acesso à alimentação. Constata, a partir das experiências estudadas, algumas alternativas para superar a injustiça social, como a reforma agrária.

Argumenta, também, sobre a urgência de rever os desníveis entre as nações por meio da distribuição das riquezas e investimentos em diferentes regiões e setores econômicos (1966). Reconhece a dificuldade de alguns países em obter pelos seus próprios recursos e

poupanças internas o seu desenvolvimento econômico-social. Desta maneira, defende uma postura mais cooperativa entre as nações.

A base de sustentação do crescimento econômico, em sua opinião, está relacionada à industrialização dos países, fator capaz de produzir mercadorias para sanar as necessidades e gerar renda para o consumo. Propõe romper com a dicotomia entre o desenvolvimento agrícola e desenvolvimento industrial. Sintetiza:

A indústria incipiente deve ter por duplo fim fornecer aos consumidores agrícolas novos bens de consumo, isto é, criar necessidades suplementares para incitá-los a procurar aumentar a sua renda e, doutra parte, todos os bens que eles podem necessitar para elevar no plano técnico a sua produtividade. (CASTRO, 1966, p.70)

René Dumont, seu contemporâneo, apresentou os desafios para a superação da fome e o desenvolvimento da agricultura. Em sua obra antecipa problemas relacionados ao clima e os impactos na qualidade da colheita. Investiga o uso do solo pelos procedimentos e técnicas adotadas em diferentes países e a introdução de novos hábitos alimentares. Observa em *O Crescimento da Fome*, já naquela época, o que se transformou na atualidade em um dramático cenário: “Os nossos modelos de consumo são absurdos e delapidam rapidamente os recursos naturais raros. Os nossos modelos de produção agravam o desemprego, e não só nos países subdesenvolvidos” (DUMONT, 1977, p. 59).

Na década de 1980 surgem novas abordagens que afirmam aspectos relacionados ao acesso e consumo de alimentos, individual ou coletivo/comunitário, a qualidade nutricional da alimentação e os fatores relacionados a essas práticas. Em paralelo, vai se afirmando outra dimensão que visa contemplar a qualidade sanitária do alimento. A preocupação volta-se ao que se está comendo, se é adequado para as pessoas em razão de riscos à saúde pública, campo do conhecimento e atuação política que se fortaleceria naquele período.

Para Maxwell (2001), a década de 1980 se confirmou como o período mais rico para a produção de análises e estudos sobre segurança alimentar. Podemos supor que isso se deu em razão das sucessivas crises da década anterior, que levaram ao nível mundial profunda instabilidade econômica e agudização da pobreza. É um tempo que marca também o engajamento mais direto dos Organismos Econômicos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional na orientação da política econômica dos países por meio de ajustes, maior eficiência dos gastos públicos e a liberalização dos mercados.

Neste cenário, o desenvolvimento agrícola assume espaço na agenda política da comunidade internacional. Os programas sugeridos por essas instâncias propõem medidas para fomentar e ampliar a produção de alimentos, instalação de infraestrutura e logística para maximizar os ganhos de investimentos, articulação e integração de mercados em nível global. Desta forma, a definição segurança alimentar passa a desfilar nos discursos, documentos oficiais e acordos internacionais como sinônimo de agricultura, ou desenvolvimento agrícola. Não raro pode-se notar nas justificativas e objetivos das intervenções em nível internacional expressões como “visando assegurar a segurança alimentar”, “para atingir a segurança alimentar”, entre outras, como fundamentação.

TABELA 01 - Diferentes definições de Segurança Alimentar e Nutricional

Evento	Organização/Instância	Período	Definição
Conferência Mundial de Alimentação (World Food Conference)	ONU	1974	Availability at all times of adequate world supplies of basic food-stuffs... to sustain a steady expansion of food consumption... and to offset fluctuations in production and prices (UN, 1975, apud MAXWELL, 2001)
Conferência Mundial da Alimentação (World Food Summit)	FAO/ONU	1996	Segurança alimentar em nível individual, familiar, nacional, regional e mundial. Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo o momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã.
II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	CONSEA/Presidência da República	2003	Consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades

			essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.
Assembleia Geral OEA Segurança Alimentar com Soberania nas Américas	OEA	2012	Alimentação saudável e nutritiva é a base fundamental para o desenvolvimento, o bem-estar humano e o viver bem e que, portanto, se faz necessário fortalecer o acesso, a disponibilidade, a estabilidade da oferta e a utilização dos alimentos, levando em consideração a diversidade de conhecimentos, costumes e práticas de alimentação de nossos povos

Elaboração: André Luzzi de Campos, 2015.

É necessário relembrar que em 1992 foi realizada pela ONU, por meio da FAO e da Organização Mundial da Saúde (OMS), a Conferência Internacional de Nutrição, tendo entre seus resultados a aprovação da Declaração Mundial em Alimentação e Plano de Ação. Dessa forma, as nações participantes se comprometeram a produzir Planos Locais de Ação em Nutrição (ONU, 1992). Nesse marco, como desdobramento dos esforços para priorizar os aspectos nutricionais nas políticas públicas, no Brasil, tem-se a particularidade da introdução da expressão nutricional à segurança alimentar, favorecendo abordagem mais abrangente, que considera as dimensões de qualidade e adequação dos alimentos consumidos conforme as demandas dos indivíduos em cada ciclo de vida (MALUF, 2013).

Pelo exposto até aqui podemos afirmar que segurança alimentar e nutricional assume três acepções, a saber: a) conceito/noção, b) campo de atuação político-social, c) área temática em políticas públicas. Vamos expor a seguir essa distinção.

Enquanto conceito, ou uma noção (dada a sua polissemia), se enquadra no bojo do conhecimento de caráter moderno, compreendido como os aspectos e sistemas abstratos da

realidade, do meio social e suas mudanças, que passam a ser sintetizados em uma ideia-força que procura abarcar de forma universal. Conceitos carregam a capacidade de expressar comportamentos e as razões de adotá-los. Da mesma forma, possuem a faculdade de amparar teorias e situações empíricas ligadas a eles (GIDDENS, 1991).

Não se pode imaginar, contudo, que o conhecimento produzido é estático ou, ainda, que reflete a verdade. Trata-se de um esforço localizado em tempo e espaço delimitados. Acontecimentos políticos, aspectos econômicos, o desenvolvimento das técnicas e da própria ciência influenciam na produção e compartilhamento do conhecimento (BURKE, 2012).

Estamos nos referindo a uma expressão à procura de teorias, ou a uma definição que de tão abrangente comporta diferentes arcabouços teóricos? Problematicamos, aqui, quais as teorias que podem dar sustentação a essa definição, bem como suas influências. As diferentes dimensões que integram a segurança alimentar e nutricional evocam uma visão integral e carregam a intenção de perceber os indivíduos em suas múltiplas demandas, subjetividades, e a relação que estabelecem com a sua comunidade e a natureza – e, evidentemente, as relações sociais e de poder subjacentes. Esse paradigma pressupõe uma maior interação entre as várias áreas do conhecimento, atravessadas por uma dinâmica própria que mobiliza formas de aprender e interagir.

Esta complexidade dos fenômenos e relações sociais demandam novos arcabouços para a compreensão da realidade social, a interação entre homens e a natureza. Como Aurea M. Zöller Ianni pondera:

Pela prática humana - biologicamente cultural - fenômenos são produzidos e reproduzidos em larga escala, seja no que se refere à velocidade dessas transformações, seja quanto ao grau de manipulação ou à dimensão demográfica e/ou espacial, tornando-se definitivos e globalizantes (IANNI, 2004).

As representações a seguir ajudam-nos a expor as diferentes perspectivas de SAN:

Esquema 1 – Representação de SAN

Elaboração: André Luzzi de Campos, 2015.

Adotando essa lógica para sistematização temos SAN como o conjunto de temas ou elementos afetos à área de alimentação e nutrição que oferecem *inputs* das diferentes ciências ou disciplinas a eles vinculados para contribuir para a construção de uma visão de todo a partir da somatória precariamente coordenada de variáveis.

Assumimos os temas/elementos observados em instrumentos de planejamento e gestão como o Plano nacional de segurança alimentar e nutricional do Brasil (BRASIL, 2011), a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CPLP, 2011), e as Diretrizes Voluntárias em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional (ONU, 2004).

Esquema 2 – Representação de SAN

Elaboração: André Luzzi de Campos, 2015.

Nessa outra representação gráfica de SAN, tem-se uma visão ampliada de sua abordagem garantindo maior articulação e coordenação entre os diferentes saberes e conhecimentos. Podemos verificar maior permeabilidade entre seus componentes - contudo, ainda existem fronteiras bem delimitadas do pensamento e dos arcabouços metodológicos das diferentes disciplinas e/ou setores.

Um esquema mais coerente com a nossa definição de SAN deve ser pensado em uma articulação de diferentes vértices, garantido à representação gráfica uma interface em dimensões, a fim de refletir a ideia de que os elementos que dão materialidade à SAN operam em níveis de forma integral e atinentes à complexidade das relações e estruturas sociais. Essa representação gráfica não apresenta forma fixa, mas está em constante mobilidade para se ajustar às interações e dinâmicas da realidade e da teoria, promovendo maior conexão entre teoria-empíria-teoria. O estudo com base na ideia de *spin network* mostra-nos que o ato de interpretação se "realiza na geração de um novo signo a partir da relação signo-objeto-interpretante" (GAMBARATTO, 2005, p. 113).

Esquema 3 – Representação de SAN

Adaptação André Luzzi de Campos

Fonte: GAMBARATTO (2005)⁵.

A análise sobre a evolução das definições - suas formas e deformações - coloca-nos a necessidade de discutir o papel das instituições na produção do conhecimento e dos diferentes atores que em seu desempenho acabam por produzir achados explicativos sobre as relações sociais, a dinâmica da sociedade e suas transformações. Com certeza, o conceito de segurança alimentar vale-se de elementos políticos e técnicos. É preciso considerar ainda o que Giddens chamou de sistemas peritos, ou seja, a forma como o conhecimento de especialistas em determinado campo influencia em ações praticadas de forma continuada (1991). Não estamos falando apenas do modo como se apresentam alguns referenciais e temas, mais ou menos formal, mas sobretudo da disposição de transferir uma confiança sobre o uso de determinados processos relacionados à produção de alimentos, hábitos alimentares e cuidados com a saúde.

Conhecer a gênese desse conceito não é mera curiosidade. Essa perspectiva histórica auxilia na compreensão das várias pressões, agenciamentos e tensões entre as posições e capacidade de influência dos diferentes agentes sociais. É necessário indagarmos, por exemplo, onde é formulado ou pactuado esse conceito e em quais circunstâncias é assumido pelos movimentos sociais como elemento de sua agenda política. Um dos marcos são as

⁵ A autora desenvolveu estudo no campo da semiótica e design abordando aspectos sobre as possibilidades de representação gráfica de ideias e conceitos considerando aspectos sobre tempo e espaço.

Assembleias dos Organismos de governança interacional, notadamente, a Organização das Nações Unidas, e Conferências promovidas por suas agências como a FAO e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Mesmo se tratando de instância de participação entre as nações, os movimentos sociais e organizações da sociedade civil, pesquisadores, jornalistas, entre outros agentes, acabam por influenciar as decisões em encontros preparatórios ou eventos paralelos (oficiais ou não).

Outra instância relevante diz respeito aos mecanismos de participação e controle social; como as conferências e conselhos de políticas públicas em nível nacional e local; esse é o caso, no Brasil, do CONSEA, órgão colegiado que integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). No nível regional ou de integração das nações, é possível identificar mecanismos de natureza similar como o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional ao nível da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ou mesmo, eventos específicos para discussão e definições sobre ações comuns.

No caso brasileiro (MALUF e REIS, 2013) a definição foi formulada ao nível do Fórum Brasileiro de SAN, que aconteceu em 2003, e teve sua validação na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada no ano seguinte na cidade de Olinda, Pernambuco. Esta experiência demonstra um particular trânsito de definição forjada por organizações engajadas ao nível de uma instância de articulação e mobilização da sociedade civil e que, em seguida, é assumida como referência para embasar as políticas, programas e ações na área de SAN promovidas pelo poder público, para posteriormente ser consagrada na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

Não se pode esquecer a contribuição das Universidades e Centros de Pesquisa no sentido de estabelecer interpretações e definições acerca de SAN. Eles se valem de sistemática revisão da literatura e análise das transformações sociais ocorridas em diferentes períodos históricos. Soma-se a isso o continuado esforço de realizar periodicamente estudos e pesquisas, bem como o de promover encontros, congressos e eventos científicos que procuram disseminar conhecimento sobre o tema.

A sociedade civil organizada – composta por uma miríade de organizações sem fins de lucros, grupos informais e movimentos populares e sociais – também busca produzir novos

saberes e conhecimento tendo como referência a sua prática social, nos embates e pressões que realiza junto ao poder público e ao mercado. Nesse caso, é a presença ativa na sua ação direta nas ruas, atos, publicações e debates que impõe a necessidade de firmar e atualizar o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional de forma projetiva, incorporando tendências e perspectivas das mudanças da sociedade.

Mesmo havendo uma formulação sobre Segurança Alimentar e Nutricional, é preciso ter clareza que os diferentes atores dela se apropriam de formas díspares, formando um campo permanente em disputa. COSTA (2011), no estudo sobre a percepção dos representantes da sociedade civil no âmbito do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no período de 2004 a 2007, aponta as seguintes dimensões/aspectos relacionados à SAN:

- Aproximação e articulação entre campos temáticos;
- Articulação entre sujeitos;
- Processo educativo;
- Noção da alimentação como um direito;
- Como objetivo estratégico do desenvolvimento.

Todavia, podemos perceber outros usos. Caso emblemático são as ações no campo educacional em Segurança Alimentar e Nutricional promovido por empresas transnacionais como Monsanto, BASF, etc. Texto de divulgação da Monsanto⁶ sobre os desafios da produção agrícola e o uso de organismos geneticamente modificados (transgênicos), assevera:

O termo segurança alimentar representa, nos dias atuais, uma discussão que se estende aos mais diferentes contextos. Saúde, política, economia, sustentabilidade, tecnologia, educação... E evitar que o mundo inteiro sofra com a escassez de alimentos é uma responsabilidade de todos. Nossas atitudes – ou a falta delas – irão refletir diretamente no prato de comida das próximas gerações. (MONSANTO, 2015)

A adoção do conceito requer um compromisso ético, e até de certo modo filosófico, em colocar em ação seu enunciado. Demanda, assim, um empenho individual e coletivo no sentido de evitar possíveis constrangimentos sobre a falta de coerência e honestidade de intenções, e com isso as distorções em sua abordagem. Não se trata apenas de uma disputa

⁶ Disponível em: <<http://www.monsanto.com/global/br/pages/default.aspx>>. Acesso em: Jul. 2015.

ideológica para formar uma consciência social sobre o assunto, mas antes de tudo compartilhar sentidos comuns acerca da extensão e alcance do termo Segurança Alimentar e Nutricional.

Segurança Alimentar e Nutricional, considerando a terminologia adotada no Brasil como visto em Maluf e Reis (2013) e Costa (2013), assumem a alimentação como um direito, e possuem um duplo objetivo verificado nos componentes de acesso e disponibilidade e, por fim, uma abordagem sistêmica que requer uma integração de políticas e serviços de forma coordenada, a partir da óptica intersetorial, equidade, diversidade e sustentabilidade.

Nesse momento, então, podemos introduzir elementos acerca da segurança alimentar e nutricional como “práticas sociais e políticas”. Ao longo da história a humanidade tem buscado estratégias de sobrevivência. Desde as antigas civilizações, os povos passaram a se fixar para cultivar culturas e produzir alimentos para a subsistência. Este primeiro ato histórico tem transformado as relações humanas e sociais.

Um conjunto de iniciativas vem sendo registradas e sistematizadas na área da alimentação e nutrição (NEVES et al, 2013; PRADO et al, 2013). Podemos percorrer diferentes ações de indivíduos e suas coletividades. Organizamos essas iniciativas sociais em a) *produção, consumo e comercialização*; b) *grupos, coletivos ou organizações em direitos e assistência*; c) *organizações sociais, movimentos sociais, redes e fóruns*.

Vemos que as pessoas, assumindo diferentes níveis de compreensão sobre os fenômenos sociais e as transformações na sociedade, procuram se organizar e criar dispositivos de influências em temas de interesse ou mesmo acerca de “demandas” individuais ou comunitárias. No que se refere à *produção, consumo e comercialização* buscamos agregar os diferentes esforços e mobilizações levados a cabo pelos indivíduos por suas necessidades concretas – fisiológicas e materiais – que produzem um sentido de solidariedade interna a determinada coletividade.

São grupos mais ou menos organizados, em diferentes níveis de institucionalidade, de camponeses, coletores, preparadores de alimentos e trabalhadores das indústrias agroalimentares, por um lado. Têm-se, ainda, em outra frente, comerciantes, grupos de consumidores e de pessoas beneficiadas por serviços públicos (como saúde e educação) ou programas de assistência social.

Os *grupos, coletivos ou organizações em direitos e assistência* concentram as ações que visam assegurar direitos sociais, econômicos, ambientais, políticos e culturais que impactam no acesso à alimentação ou às condições de produção e distribuição dos alimentos. Há nesse grupo uma característica mais formal, institucionalizada, que pode até resultar em composição de diretorias, secretariados, coordenações e mecanismos de financiamento próprio de suas ações.

Nesse outro nível de atuação social reunimos as práticas promovidas pelas *organizações sociais, movimentos sociais, redes e fóruns*. Nessa perspectiva, reconhecemos sua capacidade organizativa para lutar por interesses em comum, e que compõe uma comunidade de sentidos/valores compartilhados, assegurando-lhes uma identidade, como aponta Ramos Filho (2013).

Identificamos também outras ações desenvolvidas por grupos de interesse como sindicatos, órgãos de classe ou categoria profissional, setores da iniciativa privada. Esses atuam de modo a sanar uma demanda específica que possam lhes afetar ou interferir no seu campo de trabalho, investimentos e gestão.

Passamos agora a expor segurança alimentar e nutricional como tema relacionado às políticas públicas. Ao considerar a alimentação como um direito, o poder público, nos diferentes níveis de governo, implica a ação concreta do Estado visando à elaboração e implantação de políticas, programas e serviços em áreas relacionadas à temática.

No âmbito da Administração Pública uma nova arquitetura e desenho institucional se organizam, buscando estabelecer mecanismos de pactuação entre os diferentes órgãos públicos, entes federados e a sociedade civil (ABRANDH, 2010). Algumas iniciativas procuram estabelecer ambientes de coordenação das várias iniciativas para garantir a dimensão intersetorial do conceito, que envolve medidas sob responsabilidade de áreas específicas dos governos como a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, no Brasil. Esse modelo tem seus órgãos congêneres em nível infranacional (Estados e Municípios). Em outros países, como Moçambique, existe um Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional vinculado ao Ministério de Agricultura e Segurança Alimentar.

Da mesma forma, configura-se um desafio assegurar os recursos públicos adequados para efetivação das prioridades e demandas da população e investimentos estratégicos para colocar a SAN no centro da política e estratégia de desenvolvimento dos países. Esse tema ainda é bastante incipiente, havendo pouca regulamentação em nível nacional e internacional.

Há ainda um aspecto fundamental que é a produção de dados e informações, bem como de mecanismos eficazes para monitoramento, acompanhamento e avaliação das políticas, programas e serviços nas áreas relacionadas à SAN. Algumas metodologias para produção de indicadores são produzidas a partir de entrevistas domiciliares que se assentam na noção de percepção de insegurança alimentar no último mês, chamada em inglês de Household Food Insecurity Access Scale (RAIMUNDO et al, 2014). No Brasil, com a inclusão estratégica de SAN na agenda política do Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, ganhou força a necessidade de dados confiáveis para auxiliar a gestão e favorecer a participação e controle social.

Em 2004, um suplemento específico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)⁷ traçou a situação da insegurança alimentar e nutricional nos domicílios brasileiros e os fatores a ela associados. A consolidação do entendimento sobre as dimensões de SAN promoveu a ampliação dos instrumentos de mensuração, recolha de dados e análise de forma sistemática (BRASIL, 2009; BRASIL, 2010). Entre esses avanços, destacamos a disponibilização de um conjunto de indicadores sobre os programas de SAN, o DATA SAN, no âmbito do portal Data Social, mantido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)⁸.

Todavia, restam ainda outros desafios, como a construção e manutenção de séries históricas tendo como aporte informações sobre as dimensões referentes à produção, acesso, saúde, educação e cultura alimentar, violações a direitos, participação e controle social, por exemplo. E, também, o desmembramento desses indicadores ao nível local.

Para compreender melhor como evolui e ganha espaço na agenda política a temática de SAN é oportuno olhar para as ações promovidas pelas instituições que compõem o Estado

⁷ A PNAD é executada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir de informações do Censo Populacional.

⁸ Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro.php?p_id=4>. Acesso em: Nov. 2015.

Democrático de Direito como a Defensoria Pública (ou Advocacia Pública como chamada em alguns países), Ministério Público e órgãos externos de controle do Poder Executivo, conhecidos como operadores do Direito. Nesta área, há um grande distanciamento da população em virtude da alta complexidade técnica que envolve essas estruturas de poder, sua burocracia e interesses políticos. É preciso considerar também que as ações dessas instituições ainda são incipientes se levarmos em conta outras áreas como a penal, a tributária, a trabalhista e a ambiental, entre outras.

Por outro lado, no Parlamento, as matérias afetas à SAN ganham espaço e eloquência nas discussões. Pode-se verificar um alto nível de disputas de interesses entre os representantes dos diferentes setores da sociedade. Nesse ambiente político, evidenciam-se conflitos e tensões que mobilizam os segmentos de consumidores, produtores, governos centrais, grandes investidores e corporações. Ganharam a alcunha de “bancada dos ruralistas”, “bancada do agronegócio” ou grupos de “lobbies sociais”.

Uma grande estrutura de lobby e articulação política se instala nas cercanias do Parlamento. Não são raras as situações em diferentes países onde parlamentares e dirigentes políticos são apoiados em suas candidaturas por meio do financiamento privado de grupos que defendem a expansão do modelo hegemônico atual do sistema agroalimentar.

Isto posto, explicitamos que a gestão de sistemas e políticas públicas não pode ser pensada sem o nível de politização que se faz da temática. O discurso corajoso e mobilizador do combate à fome, que procura restaurar um sentido humanizador das relações, deve ser desnudado e contraposto às ações colocadas em marcha pelos dirigentes políticos.

Como aplicadamente examinado por ZIGLER (2013), a crise alimentar de 2008 é um bom exemplo disso e demonstra a forte relação com a política econômica adotada em nível global com a alta do preço do petróleo e a crise financeira internacional que teve como epicentro o mercado imobiliário dos Estados Unidos. Soma-se a isso a prática econômica de liberalização do setor da agricultura de orientação neoliberal, a destinação de produtos para a produção de agrocombustíveis e a falta de chuvas – reflexos de mudanças globais do clima, todos esses elementos combinados resultaram na alta dos preços dos alimentos.

De acordo com PECHLANCER e OTERO (2011), a oscilação dos custos da compra de alimentos no mercado internacional coloca menos risco à segurança alimentar dos países

mais desenvolvidos se for considerada a soberania alimentar dos países mais pobres. Mas, segundo esses autores, mesmo assim, os países em desenvolvimento assinaram os acordos de livre comércio acreditando que poderiam aumentar suas exportações para os países ricos.

Madeley (2000) considera por sua vez que a alimentação é o encontro de demandas humanas que envolvem aspectos culturais, filosóficos e sociais. Ao analisar os diferentes impactos (MADELEY, 2000; LAWRENCE et al, 2010; MAGDOFF, 2010) que a alimentação-mercadoria produz, identificamos um conjunto de ameaças à alimentação, que pode assim ser sistematizada:

- Vulnerabilização de grupos populacionais específicos como produtores rurais, mulheres, crianças e grupos étnicos;
- Desastres ambientais/ mudanças climáticas;
- Falta de acesso à terra e à água, perda da terra (usurpação) e escassez de água para consumo humano;
- Deslocamentos forçados/ migrações;
- Relações de gênero e acesso à terra;
- Uso de tecnologias agrícolas de produção intensiva;
- Utilização de organismos geneticamente modificados, agrotóxicos,
- Modelo de desenvolvimento que produz exclusão social/desemprego/perda de direitos sociais;
- Falta de assistência em saúde;
- Aumento da dívida externa dos países;
- Conflitos sociais, baixa consolidação democrática.

Estes riscos, acima referidos, põem em xeque a consistência da realização de SAN, considerando-se a atual etapa do capitalismo, pois se aqui discorreremos sobre a complementariedade de suas diferentes dimensões, é necessário indagar sobre a viabilidade da realização de seus preceitos.

1.1 Alimentação como Direito

A alimentação é um direito. Alguns marcos históricos e jurídicos foram relevantes para nutrir essa afirmação. Em 1966 o Pacto Internacional sobre Direitos Sociais e Culturais estabelece que é *direito de todos usufruir de um padrão de vida adequado para si mesmo e sua família, incluindo moradia, vestuário e alimentação adequados, e à melhoria contínua das condições de vida* (ONU, 1966). O Comentário Geral nº 12 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU torna mais clara essa assertiva evocando a alimentação como condição para a permanência da vida (ONU, 1996) de cada indivíduo, sozinho ou coletivamente.

O Comitê reafirma, nesse documento, a noção de que o direito à alimentação adequada é responsável pela constituição da dignidade humana. Evoca, ainda, o seu caráter indivisível, ou seja, o usufruto do direito humano à alimentação adequada está associado ao respeito e promoção dos demais direitos humanos, e requer ações efetivas dos Estados por meio da implantação de políticas econômicas, sociais e ambientais.

O direito humano à alimentação adequada possui duas dimensões. Trata da necessidade de a pessoa estar livre da fome, isto é, possuir as condições para ter a disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade suficiente e com regularidade, respeitando as referências culturais de seu povo/comunidade, não prejudicando o acesso a demais direitos; e requer a observância de aspectos nutricionais que possibilitem uma vida ativa e saudável nas diferentes fases da vida (COSTA, 2007).

Héctor Faúndez Ledesma (apud COSTA, 2007) nos lembra que a produção deste Comentário Geral adotou alguns elementos expostos no Código Internacional de Conduta sobre o direito fundamental à alimentação formulado por organizações internacionais da sociedade civil, entre 1997 e 1998, por iniciativa conjunta do Instituto Internacional Jacques Maritain, Food First Information and Action Network (FIAN) e da Word Alliance for Nutrition and Human Rights (WANAHR).

Deve-se atentar, entretanto, para o escopo em que foram delineados os direitos humanos, seu momento histórico de surgimento. Naquele contexto buscava-se maior harmonia social, favorecendo ambiente mais adequado para ampliação dos mercados e maiores oportunidades de lucro em todas as regiões do globo. É temerário acreditar que os

direitos humanos foram promulgados considerando apenas a sua vocação inclusiva e de respeito à diversidade humana. Boaventura de Sousa Santos nos alerta sobre esta preocupação:

A história dos Direitos Humanos no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial nos leva a concluir que as políticas de Direitos Humanos estiveram em geral a serviço dos interesses econômicos e geopolíticos dos Estados capitalistas hegemônicos. Um discurso generoso e sedutor sobre os Direitos Humanos coexistiu com atrocidades indescritíveis, as quais foram avaliadas de acordo com revoltante duplicidade de critérios (SANTOS, 2009, p. 14).

A defesa da alimentação como condição de vida a ser salvaguardada também esteve presente em outros diplomas legais em níveis regionais. A Declaração Americana dos Direitos e Deveres dos Homens (1948), em seu tempo, enunciava entre os direitos da Mulher e da Infância o respeito à proteção, cuidados e auxílios, especialmente durante a gravidez e lactação, período altamente vulnerável da genitora e da criança. É no artigo XI que se expressa com clareza: “toda pessoa tem direito a que sua saúde seja resguardada por medidas sanitárias e sociais relativas à alimentação, roupas, habitação e cuidados médicos correspondentes ao nível permitido pelos recursos públicos e os da coletividade” (OEA, 1948).

A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos povos já tem em seu nascedouro uma dimensão que incorpora as lutas de independência dos países do continente, e procura assegurar o respeito às tradições e pluralidade cultural e étnica dos povos. Consagra que os direitos civis e políticos são indissociáveis dos direitos econômicos, sociais e culturais, tanto na sua concepção como na sua universalidade, e que a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais garante o gozo dos direitos civis e políticos. Da mesma forma, declara os direitos dos sujeitos, suas famílias e comunidades, mas, ao mesmo tempo, evoca a responsabilidade de cada agente.

Se o direito humano à alimentação tem sua dimensão concreta, isso demanda ações para sua proteção, promoção, realização e monitoramento. Diferentes situações podem levar à sua violação. Os Estados, por sua ação ou omissão, não podem colocar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) em ameaça, ou permitir que um ente privado o faça. Da mesma maneira, não pode haver uma decisão ao nível nacional que coloque em risco os mecanismos de participação social na gestão pública, bem como os princípios democráticos (BRASIL, 2010). As Diretrizes Voluntárias para promoção progressiva do DHAA

(FAO/ONU, 2015), adotadas em 2004 pela FAO, enfatizam a urgência dos Estados partes da ONU assumirem medidas de boa governança que favoreçam a adoção de políticas sociais e econômicas na perspectiva da justiça social, da mitigação das desigualdades e do respeito à diversidade de expressões e posições políticas.

O DHAA também pode ser violado por meio da ausência de políticas ambientais que assegurem um ambiente equilibrado e saudável ou o acesso à terra e condições para as pessoas poderem produzir ou terem meios de adquirir os alimentos. Nesse sentido, a implantação de medidas econômicas que levam à precarização das relações de trabalho, desemprego e perda de direitos trabalhistas e de proteção social pode ter impacto avassalador no acesso e qualidade da alimentação da população (idem, 2010)

O monitoramento da realização do DHAA requer uma atitude afirmativa dos Estados para construir instrumentos adequados à observação, produção e animação de dados, e pela responsabilização dos agentes públicos e privados, nacionais ou internacionais, na medida de sua participação ou omissão (ONU, 2004).

A ideia de monitoramento do DHAA está associada também ao acompanhamento das iniciativas voltadas a exigir este direito. Assim, “a análise de programas e políticas públicas sob a ótica dos direitos humanos tem como objetivo garantir o apoderamento dos titulares de direito ao enfatizar a importância de sua participação ativa e informada” (BRASIL, 2010, passim).

Tem-se observado um conjunto de iniciativas que ocorrem por meio de pactos, acordos ou convênios entre entes federados de um país, ou entre as nações, agências e organismos internacionais visando a consolidação de um sistema de garantia dos direitos humanos. Essas ações possuem objetivos, quadros metodológicos, metas e cláusulas de sanções ou denúncia. No entanto, em sua execução, quando da ameaça ou efetiva violação do DHAA, os beneficiários dessas iniciativas têm encontrado muitos obstáculos para adoção de medidas corretivas ou indenizatórias pelo ônus e prejuízos sofridos.

As medidas corretivas não podem significar a punição indireta da sociedade que tem o serviço ou benefício interrompido. Assim, devem-se observar as regras da Administração Pública, impondo inclusive penalidades ou impedimentos civis aos agentes envolvidos, sejam eles órgãos públicos ou instituições privadas, como, por exemplo, o bloqueio de repasses

financeiros pelo não cumprimento dos procedimentos estabelecidos. Assumir a perspectiva da alimentação como um direito pressupõe uma dimensão inalienável, da qual o sujeito não pode abrir mão, o que amplia a lógica assegurada apenas no âmbito dos direitos positivados nas constituições nacionais.

Assim, de forma análoga, as dimensões do DHAA favorecem outro patamar das relações entre as nações no âmbito do diálogo e cooperação internacionais, mas também em relação à atuação das corporações no cenário internacional. A dimensão referente à proteção, e consequentemente aos demais direitos, impõe uma posição coerente e ética compromissada com os direitos e autodeterminação dos povos.

Neste sentido, chama-nos a atenção os artigos da Carta Africana de Direitos dos homens e dos Povos, notadamente em seu Artigo 21:

Em caso de espoliação, o povo espoliado tem direito à legítima recuperação dos seus bens bem como a uma indenização adequada. A livre disposição das riquezas e dos recursos naturais exerce-se sem prejuízo da obrigação de promover uma cooperação económica internacional baseada no respeito mútuo, na troca equitativa e nos princípios do direito internacional.

Os Estados Partes na presente Carta comprometem-se a **eliminar todas as formas de exploração económica estrangeira, nomeadamente a que é praticada por monopólios internacionais**, a fim de permitir que a população de cada país se beneficie plenamente das vantagens provenientes dos seus recursos nacionais (grifo nosso, 1981)

No que se refere ao efetivo envolvimento da comunidade nos temas relacionados à SAN, os diplomas internacionais consagram o direito de petição. Na Carta Americana (1948), por exemplo, é sustentado que “toda pessoa pode apresentar petições respeitadas a qualquer autoridade competente, quer por motivo de interesse geral, quer de interesse particular, assim como o de obter uma solução rápida”. É esse princípio que possibilita substanciar os mecanismos de exigibilidade dos direitos humanos. E isso tem transformado a luta social e a resistência contra ameaças ao DHAA.

As práticas de diferentes grupos sociais e colegiados para a defesa e garantia do DHAA, como analisadas em Magdoff e Tokar (2010), são ações relacionadas à educação em direitos, orientação e assistência jurídica às pessoas e/ou comunidades afetadas, e grupos que resistem às práticas violadoras de direitos, apontando para novas sociabilidades e estratégias de convencimento e atuação na vida política.

1.2 Alimentação e poder: Soberania alimentar, soberania popular

Para MADELEY (2000) soberania alimentar é o direito democrático e o poder dos países e comunidades de determinar a produção, distribuição e consumo de alimentos de acordo com sua preferência e culturas tradicionais. Para o autor, a soberania alimentar coloca menos ênfase no mercado. Acrescentamos que a soberania alimentar não é apenas diminuição de atenção ao mercado, é uma afirmação anticapitalista.

A sua definição foi debatida e validada na década de 1990 e tem forte relação com a atuação dos trabalhadores do campo que se organizaram no âmbito da Via Campesina, entidade criada em 1993 no bojo das discussões sobre o modelo de agricultura pautada pelo neoliberalismo e as lutas dos movimentos antiglobalização que reuniram centenas de milhares de pessoas em atos e campanhas em cidades de diferentes países. Segundo Vieira (2012), a Via Campesina se afirmou tendo por um lado o papel de agente articulador e organizador das lutas com base em uma solidariedade interna, e, ao mesmo tempo, a definição de atores com quem deveria realizar a disputa do modelo de desenvolvimento contra as corporações, como por exemplo Nestlé, PEPSICO, Coca Cola, McDonald's, Dupont, Monsanto e BASF, entre outras. Estamos nos referindo, assim, aos grandes conglomerados de caráter transnacional. A Via Campesina assume estrategicamente a pauta da reforma agrária, e para mobilizar a sociedade e opinião pública realiza campanhas e encontros para debates e definição de posições.

A entidade assume também como tema aglutinador a soberania alimentar, inicialmente definido em encontro realizado em 1996, e depois repactuado em 2001 no Fórum Mundial de Soberania Alimentar, realizado em Havana, Cuba. A definição em uso assevera:

O direito de os povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando as suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos (2001).

Parece haver uma complementação entre os conceitos até aqui discutidos na medida em que um termo remete ou faz referência a outro. Vejamos:

TABELA 02 - Quadro-síntese das definições de Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar

Direito Humano à Alimentação Adequada	Segurança Alimentar e Nutricional	Soberania Alimentar⁹
<p>Consiste em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A disponibilidade do alimento, em quantidade e qualidade suficiente para satisfazer as necessidades dietéticas das pessoas, livre de substâncias adversas e aceitável para uma dada cultura. • A acessibilidade ao alimento de forma sustentável e que não interfira na fruição de outros direitos humanos (ONU, 1999) 	<p>Consiste na realização dos direitos de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (Brasil, Lei nº 11.346, 2006)</p>	<p>É o direito de os povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando as suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pescadores e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, 2001).</p>

Elaboração: André Luzzi de Campos, 2015.

Consideramos a análise sobre essas terminologias um labirinto de vidros. Teseu, personagem célebre da mitologia grega, tinha o desafio de se libertar de um labirinto todo feito com altas paredes de concreto. Para isso contou com o apoio de Ariadne, guiando-o por um fio para poder sair do labirinto. Ao conseguir ver através das paredes transparentes o que está ao redor sabe-se com o que se pode deparar do outro lado (até mesmo a saída), mas não o

⁹ Recolhemos em Brasil (2010) outra definição que julgamos importante expor aqui, a saber: o direito de cada nação definir políticas que garantam a segurança alimentar e nutricional de seus povos, incluindo o direito à preservação de práticas alimentares e de produção tradicionais de cada cultura. Esse princípio relaciona-se com o direito de todos de participar das decisões políticas de seu país, cujos governantes devem agir de forma livre e soberana e de acordo com os direitos fundamentais de seus habitantes.

caminho a ser trilhado. Imagina-se um sentido exitoso ao seguir mirando algumas referências, o que possibilitaria ter uma visão do todo.

Queremos neste estudo marcar o alcance e limite de cada um dos termos citados anteriormente. Podemos considerar a SAN como os requisitos que em interação possibilitam haver uma satisfação plena do direito à alimentação e demais condições para uma vida digna, individualmente e em comunidade. A compreensão da alimentação como um direito, assim como o são a saúde, educação, trabalho, a participação ativa nas decisões da sociedade, cria um sentido de pertencimento e realização humana de compartilhamento do constructo humano (diversidade cultural, social, de maneiras de se expressar, de possuir um ofício, de acesso às descobertas científicas, etc.). A soberania alimentar, por sua vez, em nosso ponto de vista, traz um caráter de emancipação humana e transformação social em consonância ao exposto por Holt-Giménez (2011).

Com recorrência, observamos a afirmação em defesa da soberania alimentar como uma perspectiva de construção de um novo modelo de desenvolvimento. Qual desenvolvimento? Wallerstein (2006) evidencia que em outros momentos da história do que ele chama economia-mundo¹⁰ capitalista já se utilizava o termo desenvolvimento, mas é no pós II Guerra Mundial que ele ganha maior apropriação e utilização como doutrina. A compreensão sobre o desenvolvimento pode tanto representar a mudança do ponto de vista das melhorias instaladas, bem como a garantia de direitos civis, políticos, sociais e econômicos de determinado país.

Não há dúvida que se trata de uma análise comparativa entre uma situação e outra de um país durante determinado período, ou entre os Estados. Em grande medida essa comparação se forja entre o Produto Interno Bruto (PIB) de cada nação ou ainda pela soma de alguns indicadores que sintetizam a realidade momentânea.

Mas há ainda outra ideologia associada ao desenvolvimento. A perspectiva de desenvolvimento no marco capitalista está condicionada ao processo de acumulação de riquezas e forte apelo ao progresso com base na industrialização, o que pressupõe a

¹⁰ Adotamos o termo economia-mundo capitalista usado por Immanuel Wallerstein como parte do esforço analítico do autor sobre os sistemas-mundo, existente segundo esse autor desde o século XVI em algumas partes do globo. Wallerstein manteve importante e profícuo diálogo intelectual com os centros de pesquisa, professores e pesquisadores na Universidade Eduardo Mondlane. Torna-se ainda mais interessante acompanhar sua obra e a interlocução com o objeto de estudo.

transformação de matéria-prima em mercadoria para saciar as demandas da sociedade. Esta lógica tem levado à grande urbanização em tempo cada vez mais recorde. A falta de controle das externalidades da produção e do consumo vem impactando na extração desenfreada dos recursos naturais e emissões de produtos químicos no ambiente, que provocam os desequilíbrios refletidos nas mudanças climáticas e adoecimento da população, bem como extinção de espécies da flora e fauna.

Concordamos com Porto-Gonçalves (2013), quando afirma que “todo o processo de produção não só produz coisas a serem usufruídas, mas também rejeitos (fumaças, calor, rejeitos líquidos e sólidos) que não circulam entre as fronteiras, tal como as mercadorias, como quer o livre comércio. Muitos dos rejeitos ficam, e assim, tornam-se parte do ambiente de quem fica no lugar”. O autor está preocupado em demonstrar os interesses entre os diferentes atores e negociadores quando se discute e procura entendimentos políticos em assuntos relacionados à ecologia e economia.

No setor agrícola e agroalimentar, componente da lógica capitalista em curso, as ações visam maximizar os lucros, e assim observa-se um uso intensivo de tecnologias para aumentar a produção de alimentos. Verifica-se presença de maquinarias no campo capazes de realizar os diferentes procedimentos, perpassando o arar, semear, colher, debulhar e transferir para transporte. As fronteiras agrícolas ocupam os espaços das florestas e áreas reservadas às comunidades autóctones, como indígenas, ribeirinhos, pescadores e outras comunidades coletoras. A infraestrutura e logística de transporte adotadas para atender o agronegócio agravam ainda mais as desigualdades. Porto-Gonçalves pondera:

A injustiça social do próprio sistema impede que todo o esforço feito com recursos de todos na construção da infraestrutura para a exportação só beneficie, de fato, uma parcela diminuta de pessoas, quando a mesma estrutura, sem nenhum custo adicional, poderia beneficiar mais gente se fosse mais democrática e justa na distribuição das terras (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 250).

Com a justificativa de incrementar a produção mundial de alimentos, grandes investimentos são dirigidos para a biotecnologia visando o desenvolvimento de sementes e outros organismos geneticamente modificados (OGM), e ainda aqueles que manipulam matérias, organismos ou sistemas em escala molecular, a nanotecnologia. Essas práticas vêm sendo exploradas com o argumento de que diminuem o uso de elementos químicos e o aumento dos aspectos nutricionais e qualidade dos alimentos (SCRINIS e LYONS, 2010). No entanto, as pesquisas sobre os impactos nas pessoas e no meio ambiente ainda são

controversos e têm levado a inúmeras discussões nos países, organismos internacionais e na sociedade.

Da mesma forma, defensivos e adubos tóxicos continuam a ser comumente utilizados para eliminar as pragas e fortalecer os cultivares. Seis empresas (Syngenta, Bayer, Basf, Monsanto, Dow e Dupont) representam 68,4% da participação nas vendas de agrotóxicos no mundo entre os anos 2000 a 2009.

A forma de aspersão dessas substâncias, diretamente pelos trabalhadores ou por via aérea com o uso de aviões, traz risco à saúde dos trabalhadores e para a comunidade do entorno, com risco de seu efeito cumulativo nos organismos. Registros em várias localidades apontam a contaminação de nascentes das águas e de animais, que serão consumidos em seguida pela população local, pelos resíduos dos agrotóxicos. Estudos e relatórios evidenciam riscos à saúde também para quem manipula esses produtos durante a produção, transporte, acondicionamento e comercialização.

A indústria agroalimentar organiza-se em complexas plantas de produção, um sistema cada vez mais eficiente para preparar alimentos que abastecem o mercado local, ou seguem para a exportação. A produção de carnes, por exemplo, segue uma extensa cadeia de confinamento e tratamento dos animais, abate, higienização, beneficiamento e logística de acondicionamento e distribuição. A pastagem ocorre em fazendas espalhadas por áreas que deveriam ser protegidas pela sua rica biodiversidade.

O consumo de carne em todo o mundo tem sido bastante expressivo e a previsão é de que aumente em 37,4Kg/pessoa/ano em 2000 para mais de 52 kg/pessoa até 2050. Para alimentar esse rebanho mundial será necessário utilizar metade da produção de cereais de todo o globo para confecção de ração, segundo os dados divulgados pela FAO em 2006 (BRASIL, 2012). A preocupação é igualmente grande em virtude da emissão de gases pelo gado e que tem contribuído negativamente para ampliar o efeito estufa na Terra.

A população também vem consumindo produtos alimentícios ricos em gorduras, conservantes e sal, resultando em aumento das doenças crônicas não transmissíveis como diabetes, obesidade, hipertensão e câncer. Um mercado altamente lucrativo que se baseia em fortes campanhas publicitárias e promocionais que atingem as diferentes idades e segmentos

econômicos, principalmente as crianças em fase de formação do seu gosto e hábitos alimentares¹¹.

Levantamento realizado nos Estados Unidos – país que possui forte influência no consumo em todo o mundo - revela que crianças com idades entre 8 a 12 anos veem na televisão uma média de 21 propagandas de alimentos por dia, perfazendo cerca de 7.600 inserções ou 50 horas de propaganda durante um ano (KFF, 2007). Nada menos do que 50% dos anúncios realizados na programação infantil são sobre alimentação, sendo 34 % referentes a guloseimas, 28% a cereais matinais e 10 % sobre os restaurantes do tipo *fast food*. Porém, apenas 1% é sobre sucos de frutas e não há nada sobre frutas e legumes.

O autor brasileiro Câmara Cascudo (2004, p. 350) apontava esse fenômeno, afirmando que “a alimentação das classes fundamenta-se numa série de sucedâneos e de provisórios de coisas supletivas, aperitivas, respondendo à fome sem eliminá-la”.

O agravamento dessa realidade ocorre pela lógica de compra em supermercados. Esse mecanismo de abastecimento, em sua quase totalidade de caráter privado, prejudica o ambiente se considerarmos a distância entre o produtor e o consumidor, o perfil dos itens comercializados e os preços praticados (LAWRENCE ET AL, 2010).

Quanto aos alimentos destinados à produção de energia em substituição ao petróleo, observa-se a ocupação de extensas faixas de terra e ampliação das variedades como o milho, soja e a cana de açúcar. O risco, como bem analisado por Brian Tokar (2010), é o preço dos alimentos ficar associado à flutuação do petróleo, oscilando conforme a especulação dos mercados internacionais, novas descobertas de campos para extração e os conflitos existentes nas regiões produtoras.

Defensores dessa plataforma energética poderiam contestar os impactos referentes à utilização de vastas regiões de terra para o plantio dizendo que as terras não são habitadas. Contudo, como demonstram estudos de organizações da sociedade civil e institutos de pesquisa¹², a produção vem se estendendo para regiões de florestas como a Amazônia e

¹¹ O projeto Criança e Consumo desenvolvido pelo Alana coleciona e disponibiliza um amplo acervo eletrônico sobre o papel da comunicação e publicidade voltada para as crianças e seus efeitos nas relações sociais e familiares, hábitos e práticas alimentares e saúde. Ver <http://criancaeconsumo.org.br>

¹² Podemos citar a Gaia Foundation, Via Campesina, Action Aid e Earth Policy Institute.

porções de terra ocupadas por pequenos produtores dispersos que a cultivam para subsistência em regime de rotatividade do solo.

A urgência de alternativas ao presente e futuro também está exposta na ideia de desenvolvimento sustentável (MÈSZAROS, 2007). Para ele, ainda tão grave é a desigualdade material existente nas sociedades atuais, que operam utilizando-se de aspectos inclusive subjetivos das posições sociais que os indivíduos almejam estar, uma verdadeira cultura da desigualdade, que impõe uma reprodução do social. Afirma, ao contrário, que a sustentabilidade deve ser vista pela chave do engajamento dos indivíduos no controle dos processos econômicos, sociais e culturais. José Eli da Veiga (2010), ao analisar a obra de diferentes autores, assume a sustentabilidade como sendo a viabilidade de conciliação do crescimento econômico e a utilização dos recursos finitos do planeta.

Quando se ouve as expressões “sustentável” e “tradicional”, tem-se a certeza de debates polêmicos e calorosos. Os defensores do modelo convencional do sistema agroalimentar atual lançam as fustigantes indagações de como serão alimentadas as bilhões de pessoas em todo o planeta, ou de como é possível manter as economias dos países e o crescimento econômico levando-se em conta a portentosa movimentação de recursos que o setor mobiliza. Em 2011, quando de uma nova crise alimentar, Lester Brown (Presidente do Earth Policy Institute em artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo em 22 de maio de 2001) afirma que se vive uma nova geopolítica alimentar com a escassez de produção de alimentos em algumas localidades em razão da falta de terra e água, e mesmo das mudanças climáticas. Denuncia, como exemplo, a presença de países com grandes estoques financeiros, mas sem condições de alimentar toda a sua população, explorando a agricultura em outros Estados, principalmente na África.

O aumento da população lança dúvidas sobre a disponibilidade de alimentos para abastecê-la. Afora a dificuldade de plantio por razões já expostas anteriormente, a necessidade de importação de gêneros alimentícios por países pobres cria ainda uma forte dependência econômica. Essa realidade diminui ainda mais a capacidade de negociação junto aos países desenvolvidos e órgãos de financiamento internacional.

Além disso, a preocupação demográfica inclui pensar a mobilidade humana, em especial aquelas de caráter forçado como em razão de refúgio e asilo, ou a expulsão do território original do sujeito pela usurpação das terras ou destrates ambientais – inundações,

secas, terremotos. Esta realidade, que expõe profunda complexidade e tomada de decisões das autoridades no cenário transnacional, foi apresentada pelo Alto Comissariado da ONU para Refugiados na Conferência Rio +20, realizada em 2012, no Rio de Janeiro.

As práticas de organizações e movimentos populares e sociais procuram sensibilizar o conjunto da população, o mercado e os dirigentes nacionais e internacionais para o fato de que há possibilidades concretas de mudanças do estado das coisas (MAGDOFF E TOKAR, 2010). São experiências que tiveram início ou se fortaleceram especialmente na década de 1990 e vêm desvelando os conflitos nas áreas relacionadas à alimentação e agricultura, tendo o camponês um papel relevante.

Com isso, temos a possibilidade de pensar a soberania alimentar em uma perspectiva de classe e do poder popular. As relações transnacionais que envolvem Estados e corporações são marcadas pela acelerada fluidez de bens, informações e pessoas. Colocam, assim, desafios para a efetiva participação dos povos nas instâncias de decisões e negociações.

Dumont (1977) nos provocava, perguntando como libertar os poderes camponeses virtuais das opressões daquela época. Sugeriu a necessidade de os oprimidos, primeiramente, e depois os camponeses pelas suas próprias forças se organizarem, conscientizando-se sobre as condições que os mantêm sob a opressão do sistema vigente.

Por um lado, verificamos na atualidade o envolvimento dos camponeses em atividades para chamar a atenção da população, autoridades e opiniões por meio de jornadas de luta, marchas e atividades socioculturais. Uma consciência social referente aos fenômenos e estruturas de como se organizam a sociedade e o capitalismo é estimulada nas ações práticas, definindo uma cognição própria a partir de místicas e laços de solidariedade internos produzidos a partir do compartilhamento de tarefas, a produção coletivizada e a construção de bases formativas de interesse, como dos produtores.

Coletivos e grupos organizam-se também nas cidades buscando promover maior integração entre o meio urbano e rural, garantindo uma visão integral sobre a densidade dos processos em curso e natureza dos sistemas e subsistemas existentes na sociedade. Essa lógica favorece uma integração entre os trabalhadores, a classe média, às lutas dos camponeses e outros fornecedores de alimentos como os pescadores e coletores das florestas, evidenciando a relação entre produtores e consumidores nos assuntos que incidem sobre a alimentação.

Em uma análise marxista, considerando a interpretação de Hobsbawm (1964), a individualização humana decorre do processo de ampliação das interações do homem com diferentes sujeitos, afastando-se de sua primeira comunidade de pertencimento. Da mesma forma, quando este percebe as condições originais de produção e seus impactos na vida da sociedade é possível a visualização sobre o processo histórico, o que dá força a pensar a organização social não separada das forças de produção. Não é possível pensar também uma cisão entre o homem e a natureza. Nesta lógica, é concebida uma relação de apropriação e produção, que estabelecerá as condições para produção de forma a atender as necessidades pessoais e da comunidade em que se está inserido. O excedente da produção se converte na base para as relações de troca e usos.

Neste sentido, é preciso expor a alternativa que se apresenta como elemento capaz de atravessar as diferentes dimensões da vida e religar conhecimentos e práticas experimentadas pelos agricultores, como é o caso da agroecologia, que se fundamenta em agrossistemas sustentáveis. Segundo Oliver Schutter¹³ (BRASIL, 2012) “a agroecologia busca maneiras de aperfeiçoar os sistemas agrícolas imitando os processos naturais, criando portanto interações biológicas benéficas entre os componentes do agroecossistema”.

A crítica apontada por Porto-Gonçalves (2013) sobre a Revolução Verde ocorrida após a Segunda Guerra Mundial é pertinente. O autor sinaliza que houve uma tentativa de despolitizar a questão da fome, dotando o debate de autoridade do conhecimento técnico. A soberania alimentar carrega um esforço em religar os diferentes saberes para compreender a complexidade das relações e os sistemas sociais contemporâneos, expor suas contradições e desenhar novas perspectivas para a vida na Terra.

Ao nosso ver, a soberania alimentar recoloca o sentido político das lutas pela alimentação e agricultura, não apenas na acepção de fazer parte de instâncias de participação de formulação das políticas públicas, mas a mobilização das pessoas, a reivindicação do uso das forças produtivas e a defesa dos recursos naturais.

Isso ainda abre espaço para analisar as ações que ocorrem ao nível das cidades. Temos observado experiências que questionam os limites da forma de ocupação da cidade e a ausência de políticas de mobilidade urbana – que acabam por incidir diretamente no

¹³ Relator Especial da ONU para o direito à alimentação. O Relatório apresentado ao Conselho de Direitos Humanos foi traduzido e disponibilizado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil em subsídio às discussões e para dar publicidade às informações sistematizadas.

abastecimento com a criação de estruturas para distribuição e comercialização de alimentos ao custo justo e sem poluir o ambiente, garantindo a geração de renda necessária aos produtores agrícolas e uma vida digna aos demais trabalhadores da cidade.

Capítulo II: Movimentos sociais em África e a soberania alimentar

Neste estudo buscamos compreender a atuação dos movimentos sociais em Moçambique no contexto das relações desse país com o Brasil nas áreas relacionadas à alimentação e agricultura. Inicialmente devemos nos perguntar sobre a possibilidade de adoção desta terminologia para as práticas sociais e organizativas que ocorrem naquele país, e sobremaneira em África.

Procuramos com isso delimitar um conjunto de iniciativas sociais que ocorrem no campo da sociedade civil, aqui entendida como esfera não-estatal. Optamos aqui por analisar apenas os movimentos sociais, e não todo o conjunto de organizações voluntárias, empresas e sindicatos que ocupam este universo de atuação social e política. Por outro lado, a sociedade civil está associada à arena de mediação para realização da cidadania, relação entre Estado e cidadão, e por consequência a abordagem de aspectos como direitos e obrigações (VIEIRA, 2001).

Nossa proposta é um tanto mais abrangente. Queremos observar como se dão as relações sociais no bojo das transformações das relações de produção, as diferentes dinâmicas e laços de solidariedade que se formam entre os povos frente ao processo de globalização e a cooperação entre os países do Sul Global.

É preciso esclarecer que o conceito de Movimentos Sociais transitou com maior frequência na Europa e nas Américas. Na atualidade, uma farta literatura aborda as teorias e práticas desenvolvidas pelos movimentos sociais, sua gênese, características, sujeitos e agendas de luta. As décadas de 1960 e 1970 iniciaram de forma bastante fecunda a produção de estudos sobre essa temática.

Ainda na década de 1950, com as concepções influenciadas pelo marxismo, a definição de movimentos sociais estava relacionada às lutas de classes, tendo como agente

principal a classe trabalhadora. Nessa perspectiva a atuação se orienta ao processo de mudança e transformação social (GOHN, 2008).

Alain Touraine havia formulado a noção de ação do sujeito coletivo para designar as práticas e lutas sociais de modo a incidir na própria historicidade, no sentido de produção da sociedade. Na visão deste autor (2007), é preciso considerar o processo de modernização ocidental que ampliou o confronto entre os grupos dirigentes e os setores oprimidos, como os operários, mulheres e populações colonizadas.

As lutas sociais que marcaram a segunda parte do século XX foram chamando a atenção e incorporando elementos de caráter mais subjetivo, como a cultura e identidade, que possibilitaram abordar os direitos de grupos específicos como as mulheres, idosos e indígenas contra a discriminação e o preconceito.

O processo de formação social em Moçambique é bastante complexo e rico em detalhes. É preciso trazer à tona e enfatizar, em nosso estudo, o reconhecimento sobre os movimentos de resistência em Moçambique no período colonial. Isto é necessário para desconstruir o imaginário, ainda em vigência, sobre a passividade dos povos africanos. Isaacman (1979) ao analisar as práticas ocorridas na região do Vale do Rio Zambeze pondera que frente à opressão do sistema colonial, os camponeses perceberam a necessidade de criar estratégias de resistência adequadas àquela realidade. Entre as práticas alternativas identificou a “criação de novas alianças, o apoio das rebeliões existentes, a participação em atividades de protesto local que evitavam a confrontação direta e a fuga”. (ISAACMAN, 1979)

Fixamo-nos principalmente do período de independência aos dias hodiernos, que favorece compreender a mais profunda transformação da sociedade. As lutas pela libertação enfatizaram a necessidade não apenas de autonomia do país em relação a Portugal, mas também a favor de uma identidade própria e de um espírito de nacionalidade como transição para a democratização

É evidente que estamos nos referindo a um momento efervescente nas lutas políticas e sociais no continente africano que culminou com a independência em muitos países. Nas palavras de Kabengele Munanga:

A independência significava, a justo título, para todos, o fim das barreiras sociais e raciais, a desmistificação da inferioridade natural dos africanos e o desmantelamento do velho espectro da superioridade do branco. Representava um momento de ruptura entre um passado de humilhação, de desumanização, de exploração e um futuro diferente a ser construído. Essa dinâmica favoreceu a fruição de valores e princípios filosóficos pan-africanistas, como uma visão de mundo alternativa e de afirmação durante a Guerra Fria, que opunham os Estados Unidos da América e a antiga URSS (MUNANGA, 1993).

Colaço (2008) informa que na transição entre 1950 e 1960, inspiradas pelo pensamento do socialista Julius Nyerere, e contando com o seu apoio, foram criadas associações em Tanganyika e Zanzibar (atualmente forma a República da Tanzânia) formadas principalmente trabalhadores e refugiados dos grupos etnolinguísticos Makua e Makonde. Da mesma forma, verificaram-se iniciativas em territórios na Rodésia do Sul (atual Zimbábue) e Niassalândia (atual Malawi), regiões sob domínio colonial britânico. Essas experiências marcam as discussões de libertação nacionalistas que contribuíram para fortalecer a luta anticolonial.

Em Moçambique, o longo período de conflito expôs as fissuras do tecido social, colocando grupos sociais em lados opostos. Por um lado, tinha-se a Frente de Libertação Nacional de Moçambique (Frelimo), que dirige o país até o momento, responsável pela condução do processo de instituição de um Estado livre, porém ainda bastante dependente economicamente, com implantação de novas instituições e organizações entre os poderes, sob a lógica ocidentalizada do Estado e ao mesmo tempo com uma orientação comunista.

Assim, Cabaço (2008) aponta a existência de duas visões sobre o processo. Uma delas diz respeito às comunidades etnolinguísticas localizadas em determinados territórios, caracterizadas pelas formas tradicionais de poder. A outra, que reconhecia os limites territoriais instituídos no período colonial, evocava a independência por meio da luta armada. A independência representou o rompimento com o colonialismo e o capitalismo.

A Frelimo vitoriosa adotou o socialismo, tendo como referência o pensamento “marxista-leninista”. Com isso, verifica-se um esforço do partido em alterar a lógica de distribuição do poder. São criadas instâncias de participação como a Organização Nacional de Mulheres, Organização Nacional da Juventude e a Organização Nacional de Jornalistas.

A conquista da independência não representou imediatamente a superação das tensões internas. O país vivenciou longa presença de conflitos armados em diferentes províncias; a distribuição dos grupos por todo o território fez emergir perfis distintos de organizações e pensamento social entre as províncias das regiões norte, central e sul. A região norte era ainda

marcada por forte influência das comunidades tradicionais e grupos étnicos variados, com línguas e costumes bastante marcados e referenciados culturalmente. Ao Sul, a presença da capital da República, Maputo, bem como a proximidade com a África do Sul, contribuiu para maior concentração da elite, dos intelectuais e dos serviços públicos.

Após a Independência o país vivencia um novo desafio, construir uma identidade nacional. Contudo, este processo foi marcado por forte repressão às visões divergentes. Vejamos o depoimento de Alice Mabota, da Liga Moçambicana de Direitos Humanos, sobre alguns fatos ocorridos naquele período:

Mas houve também o surgimento de novos valores negativos, marcando de forma horrível a vida dos cidadãos, como a montagem de um serviço secreto de espionagem para controlar quem não comungasse dos ideais do partido único. Isso semeou o espírito de desconfiança durante a fase do monopartidarismo. Instaurou-se a pena de morte, seguida de fuzilamento em público que deveriam ser assistidos por todos. Os ódios pessoais levaram muitas pessoas às cadeias, sem culpa formada. Prisões arbitrárias, intelectuais submetidos a intensos trabalhos forçados. Vários foram os horrores causados pelo monopartidarismo implantado por dirigentes da Frelimo, muitos deles analfabetos (IFS,1998, p. 63).

A disputa interna pelo poder e as perseguições a grupos opositores fez surgir forte conflito que durou 16 anos, aprofundando as desigualdades sociais e o crescimento do analfabetismo, por exemplo. O Acordo Geral de Paz só foi possível de ser celebrado em 1990 após tensas rodadas de negociação entre os grupos. Brito (2014) analisa que essa medida teve êxito, pois a população já se encontrava farta dos resultados negativos da guerra sobre a vida dos cidadãos e, ainda, seus efeitos prejudiciais na situação econômica e social, notadamente na região rural.

A Constituição promulgada neste período, marco de uma nova ordem jurídica, assume os fundamentos do Estado Democrático de Direito em razão principalmente do contexto internacional. Reconhece, por exemplo, a representação política de caráter multipartidário, a organização em poderes distintos (Executivo, Legislativo e Judiciário) e a possibilidade de participação direta dos cidadãos em organizações.

Ao mesmo tempo o país convivia com uma estrutura e organização social tradicional como os líderes tradicionais – os régulos. Assim, não era possível desconsiderar o papel que o nível local traz para a articulação e disputa política em todo o território. Da mesma forma, o acirramento político ganha espaço no Parlamento, pelo fato de que a Assembleia da

República¹⁴ poderia aprovar uma lei específica sobre a descentralização do poder político e organização do Estado. A perspectiva de ter distritos municipais autônomos com governo eleito poderia favorecer a concentração de força da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) em várias localidades. Assim, em 1994, a Frelimo pressionou para que a legislação evitasse esse desenho institucional.

Mais ainda, a Frelimo ocupou-se de reconhecer as autoridades locais tradicionais. Brito (2014) analisa: “Efetivamente reconhecidos pelo Estado e dele fazendo parte no escalão mais baixo, muitos desses ‘chefes tradicionais’, foram transferindo a sua lealdade, ou tomando uma posição neutra na competição entre a Frelimo e Renamo”. Com certeza este cenário aponta desafios significativos principalmente no ambiente eleitoral, impondo uma correlação de forças muito mais sutil e de posições nem sempre transparentes.

As lutas de independência com viés nacionalista vão arrendando grande parte das formas de organização social. Os partidos criam estruturas internas para mobilização da população, reconhecendo os diferentes segmentos, especialmente as mulheres e jovens. São criados também níveis de participação em nível local, ampliando a capilaridade das ações.

A situação vivenciada pelo país favoreceu, ao mesmo tempo, o convívio com organizações de caráter religioso e de cooperação internacional que possibilitaram introduzir temas relativos ao acompanhamento de violações de direitos e dos serviços públicos. Outras iniciativas tiveram início reunindo intelectuais e formadores de opinião em instituições de estudos e pesquisas e de comunicação. Essas instâncias foram fundamentais no processo de interlocução com demais organizações e movimentos sociais de vários países.

Um importante momento mobilizador das organizações sociais, opinião pública e política foram a promulgação da Lei de Terras. As transformações econômicas se avizinham e a sociedade moçambicana antevê a necessidade de proteger o principal bem do povo. As discussões ocupam a cena pública por um longo tempo, buscando convergir interesses comuns, e produzir um sentido político de pertencimento e um projeto de nação.

No cerne dessas questões está o reconhecimento da terra comunal como direito do povo e propriedade do Estado Moçambicano. O diploma legal procura reconhecer as tradições e modo de ocupação do território de forma ancestral e, ao mesmo tempo, conciliá-las aos

¹⁴ Equivalente ao Congresso nacional no Brasil.

preceitos do direito moderno. Assim, tem-se uma legislação que permite a ocupação e uso do solo quando reconhecidos e autorizados pelo governo local, observada a opinião do Conselho de Ministros ou o Conselho da Comunidade, conforme a natureza da concessão.

Na prática, não significa apenas a aplicação e efetivo cumprimento da lei. O acesso à terra, ou os conflitos decorrentes disso, refletem aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos, pois a terra não é vista simplesmente como o espaço para a produção e sobrevivência¹⁵. É também o convívio com as referências dos antepassados, local dos cemitérios.

Um componente importante das lutas sociais é a presença dos camponeses moçambicanos na arena política. Para compreender melhor este fenômeno, faremos uma análise retrospectiva considerando o modelo socioespacial das aldeias comunais, introduzido pela visão socialista desenvolvida pela Frelimo em Moçambique. Cabaço (2009) analisa que a Frelimo, ao conduzir o processo de libertação, defendia uma nova concepção societal. Segundo ele, esta visão confrontou a estrutura de poder tradicional, sobretudo na região rural.

O modelo de socialização rural foi experimentado inicialmente nas zonas libertadas, territórios conquistados progressivamente de Portugal. Inicialmente a população local apoiava os combatentes da luta armada, pois desejavam a sua autonomia em relação à ex-colônia.

Contudo, a vivência no campo trazia aspectos concretos como, por exemplo, a produção de alimentos para manutenção das famílias locais e dos próprios combatentes. Casal (2009) aponta que no período de 1966-67 observam-se três modelos: a) produção familiar; b) produção cooperativa; c) produção por ajuda mútua. Em algumas regiões a produção começa a ter excedentes, que colocam desafios com relação à sua comercialização.

O abastecimento alimentar e o desenvolvimento a partir do setor agrícola tem centralidade na concepção ideológica da Frelimo. Quem se ocupa em acompanhar o tema é o próprio Departamento de Defesa da Frelimo, que passa a organizar a produção nas zonas libertadas. Progressivamente a produção em terras familiares é substituída pelo uso da terra de propriedade da Frelimo e de uso coletivo (cooperada).

¹⁵ Em Moçambique é comum o uso da expressão *machamba* para se referir ao campo de cultivo.

Com a independência, o modelo de integração social e desenvolvimento rural da Frelimo passa a incorporar a ideia de aldeias comunais. Casal (Ibid, 2009) esclarece que a orientação de organizar as populações rurais em aldeias comunais emana da preocupação em estruturar o poder ao nível rural. Esta concepção ganha força e está presente nos discursos do novo Presidente do país, Samora Machel, bem como nos documentos políticos do Governo e da Frelimo.

Nessa perspectiva, há ainda a intenção de organizar os serviços públicos e a assistência à população de forma mais concentrada, com o fornecimento de água, vias públicas para carga e descarga e a comunicação. Se por um lado o projeto de planificação visa garantir o incremento das condições de vida e aumento da capacidade de produtividade agrícola, por outro se trata de um mecanismo de coibir possíveis revoltas dos camponeses em reivindicar terras para o plantio.

Os grupos de camponeses passam a ser organizados para expor suas demandas à administração local. Na década de 1980, principalmente em sua última parte, com o início da abertura econômica de Moçambique com o Programa de Reabilitação Econômica (PRE), e em seguida em 1990, pelo Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES), novos desafios são colocados e ganham visibilidade os constrangimentos vivenciados pelos camponeses.

Entre as associações que se organizam nessa época destaca-se a União Nacional dos Camponeses (UNAC), movimento que integra associações de camponeses em nível local das Províncias¹⁶ e mantém forte vínculo com os produtores familiares. A UNAC organiza-se de forma a produzir reflexões e evidências sobre o desenvolvimento rural e questão fundiária.

A organização desenvolve um conjunto de iniciativas para dar visibilidade às temáticas de interesse do campesinato por meio de encontros, fóruns e conferências. Além disso, contribui de forma propositiva para a produção do conhecimento a partir da concessão de serviço de extensão rural às famílias, articulando o saber tradicional e conhecimentos sistematizados por profissionais especialistas nas ciências da terra.

Tem destaque, ainda, o papel que a UNAC desenvolve na articulação com organizações e movimentos sociais em diferentes países do mundo. Essa interlocução

¹⁶ Em Moçambique província é a organização político-administrativa correspondente no Brasil aos estados.

favorece o intercâmbio de informações e experiências, bem como contribui para melhorar a acuidade das análises de conjunturas políticas e econômicas, fortalecendo laços de solidariedade e identificando possíveis impactos na sociedade moçambicana das decisões do governo do país em nível transnacional.

A questão de gênero ocupa espaço importante na agenda política moçambicana. Os grupos sociais na região norte do país são marcados por uma organização e ideologia matrilinear, enquanto a grande maioria do Sul, principalmente a região da Província de Maputo são patrilineares. Casimiro (2012), em revisão de literatura, apresenta que em estudos sobre a matrilinearidade as mulheres possuem maior “independência, autonomia, autoridade formal nas políticas locais e nos rituais, no controle de rendimento, nas decisões respeitantes à educação dos filhos e relações familiares”. Nas intervenções do movimento feminista em Moçambique há um grande esforço em demonstrar como a sociedade segrega as mulheres, mantendo-as em situação discriminada. Isso se observa pelos altos índices de estupro e violência doméstica, a existência do ‘lobolo’¹⁷, a poligamia, e na divisão social do trabalho na própria ‘*machamba*’ ou no mercado externo.

O processo de libertação na busca por uma nova ordem social favoreceu a criação pela Frelimo da Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM). A organização surgiu como um braço direito da Frelimo, e a única opção para as mulheres de nosso país lutarem pelos seus direitos é a sua adesão a essa organização. A Frelimo aproveitou-se desse movimento amplo e politizou-o, afastando muitas mulheres. (IFS, 1998, p. 64).

A participação da mulher na vida política é ainda muito limitada. Esse tem sido o mote para defender a presença da mulher nas instâncias de poder e decisão, bem como estimular sua contribuição e influência nos processos sociais e políticos. Ainda no espectro das conquistas no âmbito individual dos direitos civis e políticos, o direito de a mulher poder votar e ser votada não se viu amplamente difundido e assegurado em razão das percepções e representações na sociedade sobre o papel da mulher na política.

A atuação das mulheres vem se dando não apenas junto a grupos específicos vinculados às questões feministas, mas também em diferentes causas e pautas. A partir da década de 1990 e a promulgação da Constituição surgiram organizações não governamentais que acolheram a liderança das mulheres, ampliando o escopo da abordagem de gênero.

¹⁷ O lobolo representa a transferência da dominação da mulher para a família do marido por meio do casamento.

Mais da metade da população de Moçambique é composta por mulheres. Estas se encontram entre os segmentos populacionais com menor índice de escolarização e ocupam-se em grande medida das atividades domésticas e de manutenção da *machamba* – preparando a terra e cultivando alimentos para a família. A situação é agravada, pois as mulheres encontram dificuldades em receber o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), que em sua maior parte é concedido aos homens.

A desigualdade de gênero se expressa também no acesso à justiça pelas mulheres para tratar de assuntos de seu interesse, ou das violências cometidas contra elas. O documento final do II Encontro Nacional das Mulheres Rurais¹⁸ (2008) demonstra a necessidade de aumentar a formação e informação das mulheres rurais e ampliar a oferta de programas e serviços de saúde que respeitem as demandas das mulheres. Além disso, reforça a importância de as mulheres participarem dos diferentes níveis de gestão e governança, em nível local e internacional, assim como a destinação de recursos públicos, a fim de fomentar a geração de renda das mulheres e a formulação de políticas que promovam a igualdade de gênero.

As mulheres mobilizaram-se em torno de seu empoderamento. Um desses instrumentos no sentido de produzir uma pauta comum é a Agenda Política das Mulheres, que tem como perspectiva incluir os temas relacionados à igualdade de gênero e políticas específicas para as mulheres na atuação das agremiações partidárias e nos programas dos governos. Para Osório (2002), o reconhecimento da diferença reivindicado pelas mulheres é, de fato, uma luta contra a cultura da igualdade, que tem como objetivo esvaziar a luta feminista, submetendo-a a uma concepção legalista de direitos.

Os documentos trazem de forma recorrente, entre as demandas, a urgência de tipificação legal da violência sexual e sua efetiva aplicação. Da mesma forma, reivindicam “despenalizar” o aborto. Temas bastante sensíveis, pois questionam as bases da sociedade moçambicana, seus valores e tradições, mas ao mesmo tempo evocam e politizam a autonomia do corpo, a sexualidade e o poder de decidir da mulher.

Ganha notoriedade na atualidade, no meio urbano, iniciativas sociais em áreas relacionadas aos serviços públicos ofertados à população como educação, saúde e transporte,

¹⁸ Iniciativa realizada em Maputo em outubro de 2008, organizado pelo Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais.

entre outros. Em que pesem as ações apoiadas e, podemos falar, até induzidas por algumas organizações internacionais e agências de cooperação, há uma criatividade que permeia as práticas vivenciadas por coletivos dos cidadãos e grupos de interesses comuns (jovens, estudantes, artistas, usuários de serviços públicos). Temos, como um caso emblemático, o surgimento da Ruth – Rede de Uthendes¹⁹.

Esse contexto foi potencialmente favorecido pela realização de um conjunto de manifestações no ano de 2010 contra o aumento de preço das tarifas do transporte público nas cidades de Maputo e Matola, na Província de Maputo, cidades que concentram a maior densidade demográfica e maior número de empreendimentos na área industrial e de serviços. Os atos reuniram centenas de pessoas, não havendo lideranças claras que organizavam ou conduziam o processo de participação. Acreditamos que a melhor expressão para retratar esse acúmulo de força são as revoltas ou turbas, como apresentada por E. P. Thompson (1994), após situações que impactam sobre o cotidiano e interesse das camadas subalternas.

Revelam-se potentes – ricas em dinamismo e possibilidade de transformação social – as práticas que envolvem a comunicação. Mesmo reconhecendo os limites do acesso em todo o país, as comunidades estão se apropriando cada vez mais das ferramentas de comunicação popular. Neste sentido, o Fórum de Rádios Comunitárias – FORCOM assume um papel importante, introduzindo um ponto de inflexão sobre o direito à comunicação e à liberdade de expressão.

Pode-se observar uma forte associação ou alinhamento editorial dos veículos de comunicação com as posições do Governo ou da Frelimo. Mesmo grupos de comunicação instalados no país assumem uma atitude de não confrontar a Administração, resquício de uma cultura centralizadora e pouco transparente do processo de concessão de serviços e aplicação da legislação vigente.

Dessa maneira, a exposição pública dos comunicadores populares rompendo barreiras subverte modelos até então existentes e possibilita maior aderência à realidade da comunidade, aproximando emissor e receptor da mensagem comunicacional. Não é de se estranhar que esses veículos passaram a ser estratégicos na disseminação de informações e

¹⁹ Uthendes, em Moçambique, é sinônimo de usuários.

conteúdos educativos que buscam mudanças atitudinais com relação à participação e engajamento social, cuidados em saúde e proteção social, entre outros.

As expressões culturais, especialmente de jovens do meio urbano, expõem as insatisfações daqueles que percebem o mau uso dos recursos públicos pelos dirigentes políticos. Nos espaços das comunidades, bares e nas ruas a produção cultural reúne/agrega pessoas para formar uma opinião sobre os principais desafios do país e dilemas da humanidade. A letra de música do Rapper moçambicano One Shot revela a indignação sobre o contexto atual²⁰:

É chegada a hora de deixar tudo para traz
Abaixo lambe-botas juntos pela paz
Intelectuais nada de se calarem perante dilemas atuais
Sejais revolucionários e salvemos a pátria desses egoistas,
políticos ordinários;
Deputados, criem leis adequadas à situação real
não aquelas que vos tornam reis numa paraíso fiscal
e sufocam o povo.
Não vamos assistir e nem convocar mobilização geral
Fazemos, antes, uma revolução geral.
Mente essa que não fica a esperar,
idealiza e concretiza o que ninguém espera.
Não aceita doações com incitações mortíferas,
chega de aviões de guerra.
Nós queremos é emprego, saúde, educação e não infraestrutura.
Queremos mais vias de acesso e valorização da cultura.
(ONE SHOT, 2014)

Percebe-se um conjunto de ações diretas que ocorrem a partir de uma organização bastante particular gestada no dia a dia das comunidades, mas que não se vincula a coletivos formais (ONGs, sindicatos, igrejas, etc.). São instâncias mais orgânicas que se mobilizam por assuntos específicos de interesse da coletividade e que, de certa forma, produzem solidariedade e capacidade de ação conjunta, não apenas em relação às dimensões concretas da vida, mas também a elementos subjetivos. Concordamos com Paulo Arantes quando este traz a abordagem defendida por James Hoston (*Apud*, 2014) sobre a insurgência, caracterizada como uma contra política que emerge a partir das circunstâncias do presente que se ligam aos fatos e fenômenos passados.

²⁰ A música foi apresentada em uma manifestação realizada em maio de 2014 convocada por organizações e movimentos sociais contra o aumento de benefícios que os deputados da Assembleia da República iriam conceder para si. Outra obra musical chamada Magumba com Xima, composta em parceria pela banda brasileira Família Gangsters e o rapper moçambicano Azagaia, que demonstra as representações sobre os dilemas sociais dos países em desenvolvimento como o Brasil, o papel da comunicação, e os intercâmbios culturais transnacionais.

A possibilidade de uma conexão mais rápida por meio do uso das redes sociais, especialmente com o uso intenso dos equipamentos móveis como o celular, confere outra dinâmica às formas de mobilização e troca de informação. Em verdade, a articulação em tempo real com a transmissão de dados instantânea potencializa os encontros e preparação das atividades. Assim, não importa apenas o número de pessoas nas manifestações de ruas, mas a repercussão que os fatos narrados podem ganhar nas redes e ambientes virtuais ganhando a adesão de um número maior de pessoas às causas nas diferentes regiões do país.

Amanda Rossi (2015) elucida bem este fenômeno com a narrativa sobre o uso das ferramentas de mensagens instantâneas disponíveis nos celulares móveis que potencializam a conexão da população em diferentes dimensões da vida cotidiana, e com interlocutores do exterior.

Por outro lado, percebe-se uma forma de atuação dos movimentos sociais que procuram potencializar as suas ações de compreensão dos diferentes fenômenos sociais e produzir resistência. Vemos a articulação das organizações e movimentos sociais em alianças, fóruns, plataformas e grupos de interesse.

Queremos aqui nos ater um pouco mais sobre esta organização que tem como inspiração a noção de redes, com diferentes *hubs*, ou seja, elos ou pontos de irradiação e convergência das ações dos coletivos.

Estas novas dinâmicas surgem para concentrar esforços e acumular forças para a disputa de poder em relação aos agentes que na avaliação dos movimentos sociais – ou mesmo da sociedade civil – estão em outro patamar, como o Estado ou as instituições que compõe o mercado. Há ainda a intenção de desenvolver novos aprendizados sobre a ação comunicacional que permitiriam a maior descentralização das ações, tornando mais horizontais os níveis de tomadas de decisões de modo mais participativo e justo.

É verdade que essas novas dinâmicas ganharam força com as manifestações contrárias à globalização do capital em meados da década de 1990²¹, e os atos que questionavam o surgimento dos blocos econômicos regionais (por exemplo a tentativa de criação da Área de

²¹ As manifestações mais significativas ocorreram nas cidades de Génova, na Itália, e em Seattle, nos Estados Unidos, na ocasião da reunião dos Chefes de Estados do G8, todas elas marcadas pela presença de jovens e diferentes movimentos sociais, organizações da sociedade civil, centrais sindicais. Os encontros foram sempre reprimidos pelas forças policiais do país que sediava aquela reunião internacional.

Livre Comércio das Américas – ALCA) e as rodadas de negociação no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Outro marco significativo foi a realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, Brasil, já na década de 2000.

Poderíamos questionar se se trata apenas de um mecanismo de agregar diferentes coletivos, como sendo um colegiado de coletivos, ou uma coordenação de coletivos. É mais do que isso, evidentemente. Contudo, as diferentes estratégias e momentos de compreensão das pessoas sobre as práticas sociais incorrem neste equívoco. Deparamo-nos, então, com o desafio de ver essas estruturas ganharem força e notoriedade. O maior risco está relacionado à institucionalização desses coletivos por meio de coordenação ou secretariado formalmente constituído ou profissionalizado por meio de financiamentos externos.

Existe, também, outra fragilidade quando analisamos os motivos que levam as organizações ou movimentos sociais, e mesmo os ativistas, a se associarem. Em nossa percepção, evidenciamos mais oportunidade de êxito na medida em que os assuntos abordados ou motivadores não se limitam ao escopo de atuação de seus membros. Isso leva a perder os elementos de colaboração que aproximaram aqueles sujeitos para um acirramento de opiniões e estratégias, pois o campo já é referenciado por estes agentes. Além disso, causa um desperdício criativo imenso, uma vez que se perde a capacidade de propor alternativas ao estado das coisas.

Deixando mais claro: as alianças, fóruns, plataformas e redes podem favorecer seus objetivos tanto quanto maior for o grau de interconexão e interação dos temas, evitando assim instituir ambientes de diálogos setorializados com a dominância de um tema. A potência está, justamente, na maneira como os diferentes segmentos sociais podem contribuir com abordagens e metodologias de projeção das discussões e na capacidade de se comunicar com o conjunto da sociedade, de forma a disputar a hegemonia, na visão gramsciniana, isto é, a compreensão sobre o pensamento político como elemento para a mobilização e autotransformação popular (HOBBSAWN, 2011).

Percebe-se, no entanto, que a atuação em rede passou a receber forte reconhecimento dos organismos de governança e agências de financiamento. Aliás, uma posição mais colaborativa, em tempos de redes sociais, passou a ser uma competência valorizada. Assim, esse código começou a influenciar o surgimento de espaços temáticos/especializados de mobilização nas áreas não apenas de saúde, mas de determinadas patologias; não da educação,

mas de determinadas características educacionais ou níveis de ensino; não da ciência, mas de determinados procedimentos como a energia nuclear, nanotecnologia, ou seus riscos, etc.

Outras iniciativas surgidas neste período ganham contornos distintos e assumem relevância na arena política internacional. A Via Campesina é uma organização de caráter social criada em 1993 na Espanha. Apesar de ter sua origem por meio da adesão de especialistas e ativistas comprometidos com a questão campesina, rapidamente teve o engajamento de movimentos sociais da área do campo como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, no Brasil, e a União Nacional de Camponeses, em Moçambique, entre outros. A rápida ascensão deste coletivo pode estar associada à perspectiva classista que recolocou a visão do campesinato sobre as relações de produção e consumo na contemporaneidade, e ainda, dinamizou diferentes bandeiras de lutas dos produtores familiares, extrativistas e coletores de várias regiões, dando a elas um caráter internacionalista.

A soberania alimentar como um princípio do desenvolvimento alternativo consagrou uma posição de unidade nas lutas, ampliando a visibilidade da soberania alimentar para temáticas como a agroecologia, o combate ao agrotóxico, a atuação – sem qualquer controle social – das corporações transnacionais, associadas à corrupção em vários países e a sistemas de opressão que retiram direitos dos trabalhadores, prejudicando as comunidades locais em sua forma de operação. Isso sem deixar de abordar e colocar em cena temas transversais como a questão de gênero, que incide diretamente no mundo e nas relações sociais.

Em Moçambique, a Via Campesina é representada pela UNAC. Sua atuação abrange a articulação de organizações e movimentos sociais do meio rural da África Austral, projetando um papel protagonista do país na mobilização em nível regional e internacional, face às transformações que vêm ocorrendo de forma mais intensa em território moçambicano no que se refere às políticas e investimentos nas áreas de alimentação e agricultura.

A presença da Via Campesina tem contribuído para a disseminação de informações, a construção coletiva e o fortalecimento de agendas comuns dos movimentos sociais, bem como das estratégias de desenvolvimento de ações de massas por meio de campanhas, produção de estudos e evidências quanto aos riscos do modelo de desenvolvimento capitalista em curso. Organizações como estas sempre correm no fio da navalha, pois requerem uma sutileza para que as dinâmicas sociais internas não sejam pautadas por elementos externos, criando

situações artificiais em relação ao contexto e momento político vivenciado no país pelos movimentos sociais e a sociedade civil. Ou mesmo o contrário, que a Via Campesina fique sem ação concreta, objetivamente analisando, a ser desenvolvida em âmbito nacional, sendo apenas um nível de apoio às ações das organizações camponesas locais.

Outro coletivo com atuação em Moçambique é a Marcha Mundial das Mulheres (MMM). O coletivo surgiu de manifestação contra a globalização ocorrida em Quebec, no Canadá, em 1995, chamada “Pão e Rosa”. Naquele momento uma grande campanha foi promovida para mobilizar as mulheres para uma marcha. Com forte adesão, progressivamente foi se tornando um movimento permanente, que incorpora a mística de se colocarem em público pontuando a agenda da igualdade de gênero e a necessidade de implantação de políticas para as mulheres, mas procurando estabelecer a integração de pautas que afetam sua vida, como as desigualdades no mercado de trabalho e autonomia econômica das mulheres, violência, sexualidade, aborto, uso do tempo livre, alimentação e ambiente, entre outras tantas. São mulheres que se colocaram em movimento por um tempo novo.

Em 2012, a Marcha possuía, segundo Nalu Faria (2012), coordenações nacionais em 60 países; em outros 90 países há grupos de interlocutoras. “Em alguns países se dá uma dinâmica permanente, em outros se mobilizam como MMM a partir de chamadas internacionais, sobretudo as ações internacionais realizadas a cada cinco anos. Em alguns países, tal como o Brasil, a Marcha serviu como uma forma de articulação do movimento, outros aderiram a ela como uma campanha” (FARIA apud TORNQUIST e FLESCHER, 2012).

Adotando o lilás como grande referência para as ações de massa em lugares públicos, esse movimento tem incentivado a produção de subjetividades e enlaces entre as participantes, não deixando de lado as cores, irreverência e criatividade para falar de assuntos tão dramáticos. Para isso, a Marcha realiza oficinas artísticas para confecção de instrumentos com materiais reciclados e atividades para produção de adereços e cartazes com dizeres referentes às bandeiras de lutas. Neste sentido, há um componente muito forte que é o envolvimento das mulheres no dia a dia da organização, reconhecendo os elementos disponíveis em cada comunidade para abordar os assuntos e mobilizar as sensibilidades da população com as quais querem dialogar.

Essa dinâmica nos permite inferir que em seu processo de organização as instâncias de deliberação das estratégias de luta, e temário, são tão relevantes quanto os momentos de construção da intervenção social. As marcas estão em todos os níveis – no corpo, que defendem autônomo, nas ideias e ainda nas ruas e praças. É comum observar também a utilização de recursos audiovisuais e artes gráficas, a dramatização e realização de exposições artísticas.

A Marcha Mundial das Mulheres reposiciona o lugar do discurso. O sistema comunicacional não está apenas no emissor com o uso de folhetos, panfletos e palavras de ordem. A dinâmica adotada visa criar pontos de conexão entre os diferentes emissores e receptores, criando fluxos e atravessamentos sem uma clivagem de saberes ou discurso de autoridade. Trata-se de uma forma de ampliar registros de convencimento, evitando estigmas e um enfrentamento de posições que causariam obstáculos ao diálogo.

Por outro lado, a Marcha dedica-se à elaboração de estudos e evidências sobre a situação da mulher na sociedade e das políticas públicas no mundo que incidem sobre os direitos e liberdades das mulheres. Para tanto são realizados encontros internacionais, publicação de livros e informativos.

A secretaria da Marcha Mundial das Mulheres é rotativa, apesar de por muitos anos ter sido feita pelo Brasil, por meio da Sempreviva Organização Feminista (SOF). Recentemente, avaliou-se a necessidade de alterar esta atividade para um coletivo de países do continente africano como forma de fortalecimento das lutas no Sul Global. No momento, a coordenação executiva é feita pelo Fórum Mulher de Moçambique.

Essa medida reforça um papel significativo que os movimentos sociais – e a sociedade civil moçambicana – vêm ocupando nas arenas de participação e mobilização social mundial. A consolidação democrática no país, combinado ao posicionamento de ativistas e representantes da sociedade civil de Moçambique tem contribuído para seu maior protagonismo.

2.1 Alimentação, soberania popular e participação

As organizações e movimentos sociais têm progressivamente assumido a pauta da alimentação em Moçambique. Num país ainda marcado pela fome, onde há presença da desnutrição crônica e, paradoxalmente, o crescimento de investimentos em projetos na área do agronegócio (ou agroindústria, como é melhor identificada essa prática no vocabulário moçambicano), a alimentação é um tema mobilizador e desafiador para a luta.

Os movimentos sociais que se ocupam destas temáticas estão mais vinculados ao campesinato como a UNAC e às associações locais de camponeses. Nesse sentido, poderíamos adotar a terminologia de movimentos socioterritoriais (RAMOS FILHO, 2014 *apud* PEDON, 2009). De certa maneira, temos elementos que convergem para a atuação destes sujeitos, como a posição que ocupam nas relações de produção, a identidade que se projeta a partir da compreensão de uma realidade comum, e o território em que se localizam, ou mesmo defendem, com a luta pela terra.

Tem-se ainda a Via Campesina, como já exposto, que oferece a amplitude e maior vocalização das lutas do campo, trazendo à cena o conjunto dos fenômenos que incidem sobre a relação de produção e apropriação dos recursos naturais, assim como as justas tramas desta rede em nível global: o modelo capitalista de desenvolvimento, seus mecanismos de exploração dos recursos naturais, a opressão que gera em relação aos pequenos produtores e a financeirização da política. “A Via Campesina insiste que um modelo alternativo deve ser baseado em certa ética e valores nos quais a cultura e a justiça social sejam importantes, e mecanismos concretos sejam estabelecidos para assegurar um futuro sem fome” (DESMARIADIS, 2013, p. 48).

De forma protagonista, a Via Campesina tem sido indutora da disseminação de práticas e saber acerca da ideologia da agroecologia em Moçambique, e na região da África Austral. Realiza também campanhas que denunciam como se comportam as corporações transnacionais e seus efeitos negativos aos sistemas econômico, social e ambiental, elucidando suas práticas políticas que influenciam diretamente nas negociações junto aos Chefes de Estados e nos organismos de governança. Mais uma vez observamos uma perspectiva de esclarecer sem “didatizar” o debate e admitir a capacidade de análise e síntese da população, procurando reconhecer os aspectos que impactam na vida cotidiana, estabelecendo as correlações de forças e posições.

A Marcha Mundial das Mulheres, atuando em Moçambique, tem assumido em suas ações a perspectiva da soberania alimentar e a segurança alimentar e nutricional. O movimento procura desvelar as vulnerabilidades das mulheres no acesso à terra, nas políticas para a geração de trabalho e renda, nas linhas de financiamento para a produção, a formação das mulheres no campo e na cidade e condições para a realização do direito à alimentação.

Uma estratégia assumida pela sociedade civil foi a criação de uma Rede de Organizações pela Soberania Alimentar (ROSA), com apoio de entidades internacionais como a Actionaid e Oxfam. A iniciativa é o desdobramento de um conjunto de discussões que ocorrem em nível internacional sobre as temáticas que envolvem a alimentação e agricultura em instâncias de governança como a FAO e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP). É preciso destacar que experiências similares também foram observadas no âmbito da CPLP e de outros países africanos, como Angola.

O início dos anos 2000 foi marcado pela ampliação das discussões e ações globais de combate à fome e pela visibilidade das mudanças em curso que ameaçam a segurança alimentar e nutricional. Movimentos e organizações sociais intensificaram as denúncias sobre os mecanismos de reestruturação produtiva e do capitalismo. Neste sentido, a alimentação ganhou centralidade na agenda política não apenas dos já tradicionais movimentos camponeses, mas agora junto a ativistas do meio urbano que se sensibilizaram sobre a necessidade de romper com a dicotomia campo e cidade.

Podemos afirmar que foram esses os dois fatores de viragem que deram maior visibilidade à temática. Devemos considerar também maior interação propiciada pela expansão da internet que já se popularizava notadamente com o uso das mensagens eletrônicas e a proliferação de sítios eletrônicos e blogs produzidos e mantidos por movimentos sociais, ONGs, pesquisadores e especialistas aprofundando o debate, e apresentando à população diferentes versões sobre as práticas de governos e empresas. A internet trouxe a informação de modo mais célere e, ainda, contribuiu para a disseminação de imagens e dados que têm forte poder de sensibilização do leitor.

Mesmo em países periféricos onde se observava uma grande exclusão digital os movimentos sociais foram percebendo a relevância das ferramentas informacionais e passaram progressivamente a investir no acesso a um navegador, ou procuraram se associar a

quem possui a conexão, para assim manter a comunicação com parceiros e interlocutores em diferentes países. Se ainda os países do Sul não possuíam recursos financeiros para investir em novas tecnologias, foram adotando a cultura digital e fizeram uso dela para ampliar suas bases de atuação militante.

A existência de uma plataforma de articulação das organizações e movimentos sociais permitiu colocar na arena pública o tema da soberania alimentar. Em certa medida, pode-se afirmar, que há um despertar em seus próprios integrantes dos elementos que compõem o debate, provocando maior protagonismo e a sensibilidade desses atores sociais. Há com isso um movimento endógeno positivo de acúmulo e densidade da discussão.

Capítulo III: Soberania alimentar no contexto da cooperação Brasil e Moçambique – ambiguidades e tensões

*Há maningue brasileiros*²²

(recolhido pelo autor).

A cooperação entre o Brasil e os países do continente africano ganhou novo impulso a partir de 2003 com o início do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, assumindo diferentes objetivos como a “manutenção da estabilidade econômica; retomada do papel do Estado na coordenação de uma agenda neo-desenvolvimentista; e inclusão social e formação de um expressivo mercado de massas” (LEITE, 2010). Há, ainda, um discurso baseando o protagonismo do Brasil na região fundamentado na solidariedade, a reparação de dívida histórica com o continente africano e a produção de novos marcos para as relações internacionais com o combate à fome e à miséria no mundo.

Os gastos²³ da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional no continente africano representam R\$ 64.680.49, sendo que entre os principais recebedores

²² Maningue: expressão local que significa “muito”: Há muitos brasileiros.

²³ Recursos do Tesouro Nacional brasileiro mobilizados para cumprimento dos compromissos internacionais previstos em tratados, convenções, acordos, protocolos, atos institucionais e demais instrumentos. São despesas incluídas na Lei de Orçamento Anual, na modalidade de custeio da administração. Os valores contemplam também as doações feitas oficialmente. Não são considerados neste levantamento do IPEA financiamentos e os montantes relativos ao perdão de dívidas de países com o Brasil.

estão Cabo Verde, com o aporte de R\$ 15.758.050, cerca de 24,5% desse total; Guiné-Bissau, com R\$ 13.736.411, ou 21%; Moçambique, com R\$ 8.625.830, o equivalente a 13,3%; São Tomé e Príncipe recebeu R\$ 6.709.641, perfazendo 10,4%; e Angola, com R\$ 4.652.166, ou 13,3% (IPEA, 2010).

Entre os temas, a alimentação e agricultura recebem forte atenção, em especial pelo compromisso do Presidente Lula com a implantação de políticas de segurança alimentar e nutricional, tendo como grande vocativo o Programa Fome Zero. A visibilidade das políticas brasileiras, combinadas à experiência de participação social, favoreceram maior diálogo do Brasil com países que historicamente enfrentam problemas como a fome, exclusão social, baixa escolarização, etc.

Inicia-se uma ampla e densa agenda de cooperação em temas relativos à SAN, mas que preferimos chamar de uma Diplomacia em SAN. Entre os modelos de cooperação o Brasil foca-se notadamente nas modalidades “técnica” e “humanitária”. Considerando o disposto na Constituição Federal brasileira, em complementariedade às Resoluções 46/182 e 58/114 da Assembleia Geral da ONU, a cooperação humanitária do Brasil tem como princípios a humanidade, a imparcialidade, a neutralidade e a independência.

É importante ressaltar que este tema figura entre as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil, período 2012-2015. A diretriz 07 trata do *Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais* (CAISAN, 2011). Para a consecução desta consígnia pressupõe-se uma maior participação do Brasil na realização do DHAA em nível global, o envolvimento nos fóruns de negociação e governança internacional incidindo em temas relativos à SAN, e o fortalecimento da cooperação entre os países do Sul e a integração regional. Essa diretriz defende, ainda, o fomento à participação social nos termos referenciados na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) nas instâncias de negociação e tomada de decisão em nível internacional.

Dados disponibilizados pela Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar (CAISAN), a partir de informações fornecidas pelo Ministério das Relações Exteriores, apontam que em 2013 o Brasil mantinha 56 projetos de cooperação técnica e humanitária em Segurança Alimentar e Nutricional, sendo que 32 foram firmados com países da África

(62%), 16 com países da América Latina e Caribe (27%) e 05 com países da Ásia (11%). Esses projetos representam US\$ 71,85 milhões, sendo 52% destinados às iniciativas que ocorrem na América Latina e Caribe, 46% entre os países da África e 2% para a Ásia.

Os dados do MRE/IPEA indicam que 70% dos projetos de SAN em andamento são de cooperação técnica e 30% de cooperação humanitária. Quanto aos valores desses projetos, eles estão distribuídos em 84% para os projetos de cooperação técnica e 16% para a cooperação humanitária.

A intenção de qualificar o processo de integração é revelada pela realização em 2010, em Brasília, do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural. Participaram do evento 45 países africanos e representantes dos organismos internacionais. O documento final (MRE/ABC, 2010) relata o compromisso em garantir o empenho dos países para fortalecer a cooperação técnica e o desenvolvimento em diferentes regiões do continente africano, instituindo mecanismos para fomento à agricultura familiar e ao desenvolvimento local sustentável.

Nesse sentido, a parceria com Moçambique assume forte centralidade, tendo como perspectiva a cooperação estruturante que prevê instrumentos capazes de fazer o país receptor manter sua capacidade de construir seu desenvolvimento. Desta forma, o principal elemento da contribuição brasileira tem sido a cooperação técnica voltada ao apoio, à produção de conhecimento e transferência de tecnologias.

Uma frente de ação do governo brasileiro procura colaborar com as nações amigas por meio da cooperação humanitária. Nesta forma de intervenção, o Brasil tem defendido a adoção de práticas que estimulem a geração de bens e renda ao nível local, aquisição de produtos da agricultura familiar e campesina, de modo a contribuir para a reestruturação progressiva dos países, respeitando a sua soberania e coibindo a dependência de auxílio externo. Da mesma forma, busca contribuir no período pós-emergência de modo a concorrer para o desenvolvimento de capacidades locais (CGFOME/MRE, 2011).

Entre as iniciativas apoiadas está a contribuição com a FAO visando o fortalecimento de programas de alimentação escolar em países em desenvolvimento da CPLP e da América Latina. Também se podem observar ações mais dirigidas diretamente aos países. Em Moçambique, em 2007, foram entregues 07 (sete) toneladas de alimentos da agricultura

familiar brasileira adquiridos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e 03 (três) toneladas de remédios para atender as comunidades moçambicanas atingidas por enchentes. Em 2008, foram aportados recursos para a compra e doação de equipamentos para construção de plataforma visando a coleta de dados necessários ao monitoramento hidrológico, instrumental necessário para prevenção de calamidades e perdas humanas e materiais (idem, 2011).

Quanto à cooperação técnica, os projetos desenvolvidos pelos dois países assentam-se no Acordo Geral de Cooperação celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, em 15 de setembro de 1981, e promulgado em 09 de junho de 1984. Os projetos trilaterais, por sua vez, têm amparo em Memorandos de Entendimento. A tabela a seguir sintetiza a pluralidade de iniciativas e seus perfis²⁴.

TABELA 03 – Projetos de Cooperação entre Brasil e Moçambique

Item	Iniciativa	Países envolvidos	Agentes responsáveis	Descrição
01	Apoio ao desenvolvimento urbano de Moçambique	Brasil Moçambique	Caixa econômica Federal, Universidade Estadual de Campinas, Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	Apoio à construção de política habitacional para Moçambique, transferência de metodologias de construção não convencional e tecnologias para a implantação de incubadoras de empreendimentos populares na área de construção civil.

²⁴ O Decreto federal brasileiro Nº 159, de julho de 1991, promulgou o Acordo de Cooperação Cultural firmado entre Brasil e Moçambique voltado ao desenvolvimento de ações, projetos e programas de intercâmbio e cooperação nas áreas da cultura, educação, arte, esportes e comunicação social.

02	Capacitação em Produção de Medicamentos Antirretrovirais	Brasil Moçambique	Brasil - Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Moçambique - Ministério da Saúde (Misau)	Capacitação de profissionais moçambicanos que atuarão nas operações de produção da fábrica de medicamentos antirretrovirais em Moçambique, sob a responsabilidade da Fiocruz.
03	Programa de Educação Alimentar e Nutricional – Cozinha Moçambique	Brasil Moçambique	Brasil - Serviço social da Indústria/ Departamento Regional do Rio Grande do Sul Moçambique - Ministério da Indústria e Comércio – Unidade Técnica de Promoção da Industrialização Rural.	Orientação didático-pedagógica para a produção de alimentos de alto valor nutricional e baixo custo e a implementação de uma unidade móvel (cozinha escola) em Moçambique
04	Capacitação Profissional em Turismo e Hospitalidade – Área de Segurança de Alimentar	Brasil Moçambique	Brasil - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC-BA Moçambique - Ministério de Turismo	Capacitação de profissionais multiplicadores do segmento de alimentos e bebidas em segurança de alimentos com ênfase nos aspectos higiênicos e sanitários, promover o intercâmbio entre os técnicos do SENAC-Bahia e os técnicos moçambicanos.
05	Elaboração do Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique	Brasil Moçambique ONU	Brasil - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE Moçambique - Ministério da Educação (Mined) ONU - Programa Mundial de Alimentação (PMA)	Contribuição para construção do Programa nacional de alimentação escolar para atender as crianças do ensino básico de Moçambique e a capacitação de técnicos em nível de governo central, provincial e distrital.

06	“Capacitação de Moçambicanos em Agricultura de Conservação”	Brasil França Moçambique	Brasil – EMBRAPA /Cerrados França - Cirad Moçambique - Instituto de Investigação Agrária de Moçambique, do Ministério da agricultura – (IIAM/MinaG)	Apoio à implementação de um programa de agricultura de conservação, com foco no sistema de Plantio direto em Moçambique, assim como fortalecimento dos agricultores em associações.
07	Suporte técnico à Plataforma de Inovação Agropecuária de Moçambique	Brasil Moçambique	Brasil - EMBRAPA Moçambique - instituto de investigação agrária de Moçambique, do Ministério da agricultura (IIAM/MinaG)	Fortalecer o sistema nacional de investigação agropecuária de Moçambique, em aspectos relacionados ao planejamento, a coordenação, o controle e a avaliação das ações de investigação agropecuária e a disseminação de tecnologias agropecuárias.
08	Projeto de Implantação do Instituto da Mulher, Criança e do Adolescente de Moçambique	Brasil Moçambique	Brasil - Instituto Fernandes Figueira Moçambique - Ministério da Saúde (Misau) - Direção Nacional de Saúde Pública - Hospital Central de Maputo - Departamento de Saúde da Mulher e da Criança	Ações previstas: Banco de leite Humano em Moçambique para a segurança alimentar e nutricional para recém-nascidos de risco; fortalecimento do Plano de Promoção, Proteção e apoio ao aleitamento Materno de Moçambique e implementação do núcleo de tele saúde e ensino à distância em saúde da Mulher, Criança e do Adolescente de Moçambique.

09	Apoio ao desenvolvimento da Aquicultura e pesca de pequena escala em Moçambique	Brasil Moçambique	Brasil - Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) Moçambique - Ministério das Pescas	Busca aperfeiçoar as condições de conservação e comercialização do pescado, bem como capacitar gestores, técnicos e lideranças do setor aquícola e pesqueiro de pequena escala.
10	Programa de Desenvolvimento agrícola da Savana Tropical de Moçambique – ProSAVANA	Brasil Japão Moçambique	Brasil - EMBRAPA, EMATER, SENAR Japão - JICA Moçambique - Ministério da Agricultura; Direção Provincial de Nampula e Direção Provincial de Agricultura de Niassa	O projeto busca contribuir para o desenvolvimento agrícola das savanas tropicais africanas.
11	“Apoio técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique”.	Brasil Estados Unidos Moçambique	Brasil - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Estados Unidos - USAID Moçambique - Governo de Moçambique	Fornecimento de alimentos e educação em alimentação e nutrição escolar, focado no desenvolvimento da economia local e na participação de agentes-chave relacionados. Um projeto denominado “alive schools” será dedicado a fornecer alimentos saudáveis a estudantes por meio de ações relacionadas à alimentação e à segurança nutricional, e estímulo a hábitos alimentares saudáveis.
12	Implantação de bancos comunitários de sementes e capacitação para o resgate, multiplicação e	África do Sul Brasil Moçambique Namíbia	Brasil - Secretaria – Geral da Presidência da República, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Movimento	Visa o fortalecimento organizacional e econômico da agricultura familiar em 3 países a partir da capacitação e de intercâmbio entre agricultores familiares, técnicos e lideranças em

	uso de sementes tradicionais/ crioulas em áreas de agricultura familiar		<p>Camponês Popular, Movimento das Mulheres Camponesas</p> <p>África do Sul - Ministério da agricultura, Florestas e Pesca.</p> <p>Moçambique - Ministério da agricultura / direção nacional de extensão agrária; Ministério de Planificação e Desenvolvimento; União nacional dos Camponeses</p> <p>Namíbia - Ministério da agricultura, Águas e Florestas; Namibian National Farmers Union</p>	procedimentos de resgate, multiplicação, armazenamento e uso de sementes.
13	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Brasil Moçambique ONU	<p>Brasil – Ministério do Desenvolvimento Social (MDS);</p> <p>Moçambique – Ministério da Educação;</p> <p>ONU – Programa Mundial de Alimentos</p>	Incentivo ao consumo e à valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, bem como fomento à inclusão econômica e social da compra pública da produção de camponeses familiares.
14	Programa Mais Alimentos África	Brasil Moçambique	<p>Brasil – Ministério do Desenvolvimento Agrário</p> <p>Moçambique – Ministério da Agricultura</p>	Cooperação técnica e linha de crédito do governo brasileiro para financiar a aquisição de equipamentos.

Adaptado por: André Luzzi de Campos, 2015. Nota: Tratam-se de diferentes iniciativas objeto da parceria entre as duas nações. É necessário destacar que cada uma possui prazo de vigência próprio, estando em vigor ou mesmo encerrada no momento do levantamento.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, Agência Brasileira de Cooperação, 2015;

Jimena Dúran e Sérgio Chichava publicada em Desafios para Moçambique 2013. IESE:Moçambique, 2013.

A Embrapa (2013) desenvolve dois projetos no âmbito da cooperação trilateral entre o Brasil, os Estados Unidos e Moçambique. Um deles é a Plataforma para Investigação Agrária e Inovação Tecnológica em Moçambique (PIAIT) coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAI), tendo como executores a Embrapa e o Ministério de Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique.

Este projeto visa contribuir para o aperfeiçoamento dos sistemas de pesquisa agropecuárias de Moçambique. Para isso, prevê a revisão de documentos orientadores da pesquisa agropecuária naquele país, colaboração para revitalização de infraestrutura e equipamentos, a qualificação de recursos humanos dos institutos de investigação local, o fornecimento de apoio técnico para a produção de materiais de normatização, orientação e informação sobre sementes e plantio.

A outra iniciativa é o Projeto de Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique (ProAlimentos), que objetiva estimular a produção de hortaliças em diferentes regiões do país por meio da indicação de tecnologias e produtos mais adequados para cada localidade, qualificação de profissionais e pesquisadores que atuam na extensão rural nas Direções Provinciais de Agricultura de Maputo e Gaza, bem como capacitação dos produtores das regiões de Moamba e Boane.

O Programa Mais Alimentos África é uma iniciativa coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Governo Brasileiro e visa aumentar a produção de alimentos para a população local. Entre as metas está a concessão de uma linha de crédito para incentivar a exportação brasileira de máquinas – principalmente tratores, para preparação do solo e colheita, e equipamentos agrícolas.

Há, ainda, a iniciativa *Purchase from Africans for Africa* (PAA África), sistema de aquisição de alimentos de países da África para consumo local no âmbito dos programas de assistência e proteção social, criado a partir do compromisso assumido pelo Brasil no encontro “Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural”, realizado em 2010. É uma parceria do Brasil com a FAO, com o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e do Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DFID). A iniciativa busca difundir a experiência ocorrida no Brasil chamada Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), promovido entre o Ministério

do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDS), por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Estados e Municípios.

No Brasil, o PAA tem como objetivo a compra antecipada de produção dos pequenos produtores agrícolas, fortalecendo a agricultura de base familiar e, ao mesmo tempo, a implantação de sistemas locais de segurança alimentar²⁵. O Programa foi criado em 2003, por meio da Lei 10.696, e até o momento já beneficiou cerca de 200 mil agricultores, pescadores artesanais, povos e comunidades tradicionais. Um diferencial desta ação é inserir os agricultores em outras iniciativas do governo de modo a desenvolvê-los, ampliando a sua inclusão social e econômica (MDS/MDA, 2013).

O PAA África é desenvolvido em 05 países africanos, a saber: Etiópia, Malawi, Moçambique, Níger e Senegal. Em Moçambique é realizado na Província de Tete, um território com situação favorável de plantio devido às condições climáticas e qualidade do solo. O Programa é desenvolvido pelo escritório da FAO em Moçambique e conta com apoio de consultores brasileiros envolvidos na temática, e que já estiveram familiarizados com o PAA no Brasil.

Na realidade a iniciativa é considerada uma experimentação por não ter o engajamento direto do governo de Moçambique por meio do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar. A avaliação das fases concluídas demonstra, até o momento, a necessidade de o país assumi-lo como política pública para que possa ganhar escala e alterar o paradigma de produção e consumo, ampliando o número de parceiros e podendo atender demandas institucionais como de escolas (alimentação escolar), hospitais e serviços prisionais entre outras, criando assim um estoque público de alimentos.

Em certa medida, a criação desse estoque pode contribuir para abastecer a população em situação emergencial em razão de vulnerabilidade social, catástrofes ambientais ou outro motivo que coloque a região em calamidade. E, ainda, impacta positivamente na regulação social dos preços de alimentos, aumentando a oferta de gêneros à comunidade.

²⁵ O programa é executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tendo a Companhia Nacional de Abastecimento como operador em nível federal.

TABELA 04 – Composição Orçamentária do PAA África

	Contribuição Brasil (US\$)	Contribuição (DFID) Reino Unido (US\$)
FAO	2.233.371,00	-----
PMA	1.433.592,00	917.722,00
Total – Fase I	3.666.963,00	917.722,00

Fonte: FAO/ONU, 2013.

O PAA em Moçambique, na Fase I do Programa, conforme os dados da FAO, atendeu a 20 associações de agricultores para produzir milho e feijão, sendo assistidos 497 produtores. Neste período o PMA adquiriu por meio do PAA cerca de 270 toneladas de milho distribuídas em 175 escolas da Província de Tete, abastecendo 74.520 estudantes. Foram utilizadas técnicas mais sustentáveis, evitando a adoção de insumos tóxicos ou geneticamente modificados. Neste cenário, o aumento médio de produtividade foi de 43% (FAO, 2013).

O programa tem, ainda, adotado a estratégia de capacitação dos produtores rurais para melhorar o cultivo, elevando as condições para cumprimento das metas estabelecidas de venda acordada. Da mesma forma, procura contribuir para a organização dos produtores em associações e cooperativas de modo a ampliar as oportunidades de comercialização e a obtenção de financiamentos para aperfeiçoar os empreendimentos familiares, aumentando o valor agregado de cada produto com o pré-beneficiamento.

O financiamento também pode auxiliar na melhoria da logística e transporte das mercadorias, instalação de sistemas para criação e acondicionamento de sementes, criação ou melhoria de armazenagem (silos) e aquisição de ferramentas e equipamentos adequados ao aumento da produtividade de forma sustentável. Com vistas à diminuição de perda pós-colheita, foram criadas nas comunidades 91 silos de argila, que têm capacidade de armazenar até 1 (uma) tonelada de grãos.

A articulação efetiva dos agentes públicos na consolidação de mecanismos virtuosos de composição da cadeia agroalimentar assegura direitos e proteção social da população no campo e na cidade, incidindo diretamente no combate à desigualdade e causas da insegurança alimentar e nutricional no meio rural.

A experiência do PAA em Moçambique teve um componente importante com a participação de organizações e movimentos sociais na forma de um comitê consultivo em apoio à gestão, com o objetivo de atender as demandas dos produtores e respeitar os cultivos tradicionais e a biodiversidade. Participam deste comitê, por exemplo, a UNAC e a Associação de Camponeses na Província de Tete, e, ainda, um representante do Departamento Provincial do MASA em Tete, o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar (SETSAN)²⁶, além de outros órgãos do poder público na região. Isso demonstra a capacidade de promover a intersetorialidade e integração das políticas de desenvolvimento social e econômico no meio rural.

O grupo realizou reuniões específicas em todas as ocasiões importantes que exigiam transparência e decisões confiáveis, tais como a seleção dos municípios para realização das atividades, o desenvolvimento da estratégia de compras locais e a participação nas oficinas internacionais/regionais, entre outras. Esse foi também um espaço importante no qual a proposta para a segunda fase do PAA foi discutida. As visitas de campo também foram realizadas em conjunto com os pontos focais (representantes locais do projeto) do governo e outros participantes do grupo consultivo (CGFOME, 2013).

É necessário considerar também o fato de muitos profissionais e especialistas brasileiros estarem desenvolvendo atividades de consultoria juntos aos Ministérios de Moçambique por meio de contratações pelas Agências de Cooperação Técnicas Internacionais ou das Organizações vinculados à ONU, ou outros organismos de governança. A formação deles ocorreu, em grande medida, nas instituições de ensino no Brasil, bem como a sua prática profissional e de gestão. Na verdade, podemos afirmar que se trata, mais uma vez, de uma oportunidade de irradiar um saber construído a partir da atuação em ambientes com problemas sociais complexos e experiências recentes de construção de políticas e sistemas públicos de saúde, assistência/proteção social, educação, trabalho e emprego, segurança alimentar e nutricional.

Um novo fluxo de saberes e práticas se constituíram entre os países do Sul Global. Não apenas no campo institucional dos Estados nacionais e dos Organismos Internacionais de

²⁶ Entidade criada pelo Conselho de Ministros de Moçambique por meio do Decreto nº 24, de 12 de julho de 2010, como instância para operacionalização da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional II, instituída em 2007.

Governança, mas também entre as organizações e movimentos sociais no âmbito da sociedade civil. Podemos dizer que esse fluxo ocorre em duas frentes: uma de forma autônoma, ou melhor dizendo, orgânica, que se estabelece pela análise de conjuntura e aproximações ideológicas e políticas referentes aos desafios contemporâneos e riscos em curso e, outra, tendo como mediação os órgãos estatais ou paraestatais.

O Brasil tem demonstrado maior interesse na participação social. Observou-se, por exemplo, durante as missões oficiais, a presença de representantes de organizações e movimentos sociais na delegação brasileira, assim como a criação e desenvolvimento de projetos com determinados movimentos sociais. A Coordenação de Ações Internacionais contra a Fome (CGFOME), criada no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, assume essa dimensão e procura envolver a sociedade civil em suas deliberações e atividades diplomáticas. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em razão de sua composição de representantes do poder público e da sociedade civil, também está bastante ocupado com a temática, acompanhando os impactos dos programas apoiados ou desenvolvidos pelo Brasil.

Os dados a seguir demonstram o montante de recursos destinados a essas iniciativas pelo governo e seus parceiros envolvidos.

Tabela 05 – Total de Aportes Financeiros aos Projetos em SAN objeto da Cooperação Técnica Tripartite, envolvendo Brasil e Moçambique, em US\$.

	Vigentes* (US\$)	Concluídos** (US\$)	Total (US\$)
Brasil	20.866.458,24	848.053,00	21.714.511,24
Moçambique	2.362.327,77	413.000,00	2.775.327,77
Parceiros	7.309.882,00	561.610,00	7.871.492,00
Total	30.538.668,01	1.822.663,00	32.361.331,01

*Projetos vigentes em dezembro de 2014. ** Concluídos até dezembro de 2014.

Elaboração: André Luzzi de Campos.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, Brasil (2015).

O Programa de Desenvolvimento Agrícola do Corredor de Nacala (ProSAVANA) foi projetado a partir da interação entre o Brasil e o Japão. As duas nações já eram parceiras tendo como mote a transferência de tecnologia agrícola. Havia o interesse em ampliar esta cooperação incorporando um arranjo trilateral entre países em diferentes estágios de desenvolvimento, mas que poderiam incidir nas demandas por alimentação no mundo. Neste cenário o Brasil poderia ampliar o mercado para o empresariado do setor agrícola, o Japão disseminar tecnologias de produção intensiva e se tornar receptor de produtos, e Moçambique uma nova fronteira agrícola para produzir mais alimentos e gerar riqueza (FASE, 2013).

Nesta estratégia, velhos conhecidos se aproximam; da parte do Brasil, a Embrapa, e do Japão, a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). Os dois países já haviam firmado parcerias para a ampliação do mercado agrícola orientado para ocupação do cerrado na década de 1980 através do Programa de Desenvolvimento do Cerrado Brasileiro (Prodecer). No Brasil, a presença japonesa foi bastante intensa desde a imigração no período da II Guerra Mundial. Diferentes regiões brasileiras foram sendo ocupadas pelos produtores japoneses com presença marcante no interior do Paraná, com a produção do café, em São Paulo, com hortifrutigranjeiros no interior e mesmo na região metropolitana da capital, no litoral e na região de Registro com o cultivo do chá.

O Governo Japonês tem mantido uma atuação robusta no Brasil com aportes para os setores de abastecimento hídrico e de saneamento, o setor agrícola, de ciência e tecnologia e educação, no âmbito do Programa de Parceria Japão-Brasil (PPJB) iniciado em 2000. Isso é exposto para compreendermos que o ProSAVANA não é uma iniciativa isolada, mas sim a continuidade de um relacionamento entre os referidos governos que perdura dentro dos marcos de seus interesses²⁷.

O Brasil se volta, mais uma vez, para o continente africano, deparando-se com antigos atores que já haviam marcado presença na região²⁸, especialmente os países Europeus – ex-colonizadores, os Estados Unidos, os países da Ásia com a necessidade imediata de obtenção de alimentos para abastecer suas populações, e os países emergentes, a exemplo dos BRICS

²⁷ O conjunto de iniciativas em comum pode ser consultado em <<http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/projects/index.html>>

²⁸ Saraiva (2012) procura reconstruir as relações internacionais entre o Brasil e os países do continente africano nos séculos XX e início XI, identificando as dimensões que marcaram cada período, considerando as perspectivas culturalista/identitária, econômica e política.

(Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) , que olham para a África como uma perspectiva de influenciar a arena internacional e ampliar mercados.

O Brasil adota um discurso conciliador e humanitário, e a segurança alimentar e nutricional é sua grande matriz. Contudo, na prática, observa-se que para além dessa perspectiva solidária constitui-se uma forte dinâmica voltada à expansão dos interesses econômicos brasileiros. O ProSAVANA revela uma forte contradição.

Na ausência de um ambiente de transparência das discussões internacionais o programa é jogado em grande polêmica. A sociedade civil de Moçambique, Brasil e Japão buscam obter informações sobre a natureza do programa, suas metas, e impactos sociais e ambientais. Levanta-se uma voz que diz “Não queremos outro Prodecer”, associando a iniciativa como uma cópia do programa brasileiro para a África e gerando uma ampla mobilização social.

A possibilidade de usurpação de terras das comunidades se transforma em grande ameaça. E uma matéria jornalística em jornal brasileiro de grande circulação contribui para a opinião pública repercutir o alcance do projeto e riscos a ele relacionados. A sociedade civil moçambicana inicia uma grande articulação para colher informações, produzir evidências e esclarecer os impactos e riscos do programa. Há também um forte incômodo em relação à falta de dados e à falta de participação da sociedade na elaboração do projeto e envolvimento das comunidades atingidas.

O ProSAVANA abrange cerca de 14 milhões de hectares em três províncias da região norte do país, a saber: Zambézia, Nampula e Cabo Delgado, atingindo 19 Distritos²⁹, compreendendo o que se consagrou chamar de Corredor de Desenvolvimento de Nacala, que cria um eixo ligando o interior do país à costa (o país possui outros dois corredores de desenvolvimento na região central e no Sul, na Província de Maputo). O programa está organizado em diretrizes que procuram ampliar a produção e as condições de vida da população por meio do incentivo à pesquisa e formação da mão de obra, adoção de tecnologias adequadas à região e às culturas, e fortalecimento institucional com a oferta de serviços sociais e o apoio à organização das famílias e agricultores.

²⁹ Moçambique tem uma organização política-administrativa distribuída territorialmente em províncias, distritos, postos administrativos, localidades e povoações.

O programa tem três componentes de intervenção:

- a) Projeto de Investigação – melhoria da capacidade de pesquisa e transferência de tecnologia para a região;
- b) Plano Diretor – construção de documento de orientação do desenvolvimento agrícola no Corredor de Nacala;
- c) Projeto de Extensão – implantação de projetos produtivos no âmbito da agricultura familiar e comercial.

O ProSAVANA teve início formal em 2009. Coube à Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Brasil, a elaboração de um primeiro documento orientador. Uma versão preliminar do documento traz o conceito de conglomerados (clusters) como estratégia de induzir ao processo de desenvolvimento local a partir da instalação de cadeias de valores. Argumentava-se que a definição de zoneamentos pudesse integrar diferentes fornecedores agrícolas, industriais e empresas de serviços, nacionais e internacionais, assim como pequenos produtores de base familiar. Neste documento foi recomendada a criação de 07 conglomerados, sendo eles o Integrado de Grãos, Familiar de Alimentos, Grãos, Caju, Integrado de Alimentos e Grãos, Chá e Infraestrutura Agrícola. Para tanto, deveriam ser adotadas categorias de produção como Empresarial, Empresarial Grande Escala, Empresarial Média, Familiar e Atividades não agrícolas (SCHLESINGER, 2013).

A Assembleia da República instou o governo local a posicionar-se, e a sociedade civil de Moçambique, Brasil e Japão, reivindicam a interrupção do programa. Os movimentos sociais e organizações da sociedade civil moçambicana criaram uma Campanha “Não ao ProSAVANA”. A Conferência Triangular dos Povos, reunindo camponeses, ativistas, representantes de organizações da sociedade civil, quando do encontro da Presidenta Dilma Rousseff com Presidentes de Moçambique e Japão, fez um apelo pedindo a paralisação do ProSAVANA em virtude das falhas na elaboração do projeto, a ausência de estudos sobre os impactos socioambientais, e a situação de perda de terras (usurpação) com o acirramento de conflitos já notificados. A crítica também mostra as ameaças à saúde pública e ao meio ambiente se forem adotadas medidas para aumento da produtividade com o uso de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (CHICHAVA et al, 2013).

Em 2012 foi lançado o Fundo para a Iniciativa de Desenvolvimento ProSAVANA (PDIF) com recursos provenientes do Ministério da Agricultura de Moçambique, com base na Ajuda Alimentar aportada pelo Governo do Japão. Foram selecionadas cinco empresas para desenvolver o plantio de milho, soja, feijão e girassol nos Distritos de Alto Molocue, Monapo Mogovolas, Murrupula Mogovolas, Ribaue e Meconta.

Os estudos feitos pela sociedade civil têm apontado para um processo de usurpação de terras. Esse fenômeno pode ocorrer em razão de haver maior facilidade para o investidor externo em negociar as terras em dois ambientes diferentes, no nível do Conselho de Ministros e também em relação aos conselhos da comunidade; o primeiro em razão da pressão política, o outro em virtude da pouca compreensão dos embates que ocorrem e que podem afetar a comunidade. Há uma possibilidade em limitar as terras ocupadas pelos camponeses tradicionalmente. É conhecido que a população tradicional, adotando o regime de sazonalidade, faz um rodízio das terras para a produção conforme os regimes das chuvas e disposição do solo (DÚRAN E CHICAVA, 2013).

Outra situação a ser observada é a variedade de culturas a serem mantidas nesses territórios. Conforme exposto pela população e organizações da sociedade civil pode haver uma restrição e alteração das espécies cultivadas, modificando o ecossistema, e com isso gerando impactos não apenas em Moçambique, mas em todo o planeta. Esse impacto pode ser visto nas mudanças climáticas, e os países da América Latina, África e Ásia têm exercido papel decisivo no cenário internacional.

O modelo apresentado de aumento da produtividade visa atender ao mercado internacional com o plantio, por exemplo, de soja para abastecer à fabricação de ração para alimentação de víveres em diferentes partes do mundo. Para os defensores deste modelo, especialmente do governo local e empresários, esta mudança não impacta na qualidade da alimentação da população; para eles a mudança da dieta irá ajudar a baratear o preço dos alimentos e, com isso, mitigar o problema da fome ou restrição de proteína. Vê-se, mais uma vez, que o modelo de desenvolvimento não está associado à questão ambiental, ao equilíbrio e à qualidade de vida na terra, mesmo que o propósito possa ser o mais legítimo de alimentar a população e mais imediato de salvar vidas.

No entanto, um documento versão “Zero” foi disponibilizado pelo governo moçambicano à população para consulta pública apenas em 2015. Neste ano, foram realizadas

audiências públicas nos distritos afetados pelo programa, para apresentação do programa e coleta de opiniões. Mesmo assim, o debate ganha as ruas, a opinião pública e a academia (MASA, 2015).

Mosca e Bruna (2015) analisam as alterações ocorridas no programa desde o seu anúncio, considerando a pressão realizada pela sociedade civil dos três países, especialistas e pesquisadores. Demonstram que o programa, inicialmente, em documento de 2011, estava voltado ao setor do agronegócio – abrindo a perspectiva de capacitação de investimentos na região do Corredor de Nacala. Enquanto que, na versão Zero, o programa está dirigido para os pequenos agricultores e o fortalecimento da agricultura familiar.

Se expusemos até aqui as possíveis mudanças no ambiente e o alimento disponível, é necessário indagar os efeitos deste modelo nas relações capital-trabalho e na organização social. Conforme exposto em apresentações públicas e as considerações de organizações da sociedade civil e pesquisadores, será adotado um modelo de contrato de trabalho que transfere às empresas a gestão de toda a produção, passando por todas as fases como a preparação e cuidado das sementes, plantio, colheita e comercialização da produção.

Deve-se atentar ainda para a ocupação do território e efeitos decorrentes da nova distribuição da população no território. A busca por terras pode levar a uma ocupação pouco planejada do espaço, ou mesmo a expulsão de parcelas da sociedade do meio rural e das costas para as aldeias e cidades alterando a distribuição populacional, levando a possíveis situações de violência ou conflitos em razão de densidade populacional e a disseminação do crime organizado em nível nacional e internacional.³⁰

A cooperação técnica brasileira procura também estabelecer enlaces entre as municipalidades. É recorrente nos estudos e análises minimizar ou mesmo não considerar a importância da atuação internacional tendo como partícipes as cidades e estados. Em virtude das diferentes agendas desses atores essa atuação foi definida como paradiplomacia, que Noé Cornago Prieto afirma se tratar do

³⁰ O Brasil conheceu esta experiência. O filme *Bye Bye Brasil*, do diretor Cacá Diegues, por exemplo, consegue capturar estas mudanças com a expansão do desenvolvimento para a região amazônica, ou ainda o episódio da Serra Pelada, ajuda a perceber como o fluxo migratório da população nacional e externa pode reconfigurar o ambiente.

envolvimento de entidades governamentais subnacionais nas relações internacionais por meio de contatos formais e informais, permanentes ou provisórios (ad hoc), com entidades estrangeiras públicas ou privada, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua competência constitucional. (PRIETO, apud. SALA e SANTOS, 2009)

Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo, e as cidades de Maputo e Matola, na província de Maputo, mantiveram laços a partir do projeto “As experiências de Guarulhos, Seine-Saint-Denis, Maputo e Matola para uma política integrada de gestão de resíduos sólidos” objeto da parceria desenvolvida entre o Brasil e a França.

O projeto aconteceu como desdobramento e atuação no âmbito Rede Cidades e Governos Locais Unidos (GUARULHOS, 2015). A atividade propiciou a realização de visitas técnicas para conhecimento das realidades e os desafios para a implantação de políticas e serviços de gestão dos resíduos, a infraestrutura e logística adequadas, os componentes e dinâmicas para formação continuada dos trabalhadores deste setor e fundamentos para a educação ambiental voltada a toda comunidade. É importante destacar que o saneamento e tratamento dos resíduos é fundamental para um ambiente são e, conseqüentemente, para promoção da SAN e saúde.

Numa perspectiva multilateral, aconteceu o projeto "Melhora das Capacidades de Autoridades Locais de Brasil e Moçambique como Atores da Cooperação Descentralizada" financiado pela União Europeia, coordenado pela rede Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). A iniciativa envolveu a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) e a Associação Nacional de Municípios Moçambicanos (ANAM), tendo sido selecionadas 06 (seis) cidades brasileiras e 08 (oito) moçambicanas.

As ações abordaram temas relacionados ao fortalecimento democrático, transparência e aperfeiçoamento da gestão pública. Entre as práticas-objeto do intercâmbio está a disponibilização de recursos em apoio à implantação do Orçamento Participativo nos municípios moçambicanos tendo como referência as experiências de Porto Alegre (GIZ, 2014).

É preciso destacar que a cooperação também se dá ao nível comercial, tendo bastante proeminência. As relações entre os dois países está se expandido de forma consistente. Moçambique está cada vez mais presente no dia a dia do brasileiro em razão de maior número de matérias e programas jornalísticos. É verdade que uma grande parte da cobertura está

relacionada às oportunidades de investimentos naquele país, ou ainda, aos efeitos negativos da atuação das empresas brasileiras (ROSSI, 2015).

No gráfico abaixo podemos perceber a evolução das trocas comerciais entre o Brasil e Moçambique. A comparação das linhas referentes à exportação e importação feitas pelos Brasil sugerem, ainda que em patamares diferentes, uma movimentação cadenciada, indicando possíveis momentos de maior ou menor engajamento do comércio exterior em momentos de crises ou instabilidades no cenário internacional.

FIGURA 1 – Relação comercial entre Brasil e Moçambique (2000 / 2014), em US\$.

Elaboração: André Luzzi de Campos

Fonte de Dados: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio/2015

Contudo, é preciso frisar a composição das pautas das relações comerciais. As tabelas a seguir ajudam a compreender a diferenciação dos produtos exportados e importados pelo Brasil de Moçambique. A primeira tabela apresenta os principais itens da pauta de exportação, que equivalem ao total das importações feitas de Moçambique. A relação completa possui mais de 100 itens, conforme dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

TABELA 06 – Produtos Exportados pelo Brasil a Moçambique (2014/2015), em US\$.

Produtos Exportados	Valor em (US\$) (Jan-Jul /2015)	Valor em US\$ (Jan-Jul / 2014)
Outros Tratores	17.832.822	652.410
Espalhadores de estrume/ Distribuidores de Adubo/Fertilizante	4.585.742	
Semeadores – Adubadores	3.469.323	29.584
Carnes de Galos/Galinhas, N/Cortadas em Pedacos, Congelado	3.290.846	3.695.946
Outros elementos de Via Férreas de Ferro Fundido/Ferro/Aço	3.219.301	180.300
Outras Máquinas e Aparelhos. Agrícolas, Etc, P/Preparador de Solo.	2.162.430	421

Elaboração: André Luzzi de Campos

Fonte de Dados: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio/Secretaria de Comércio Exterior, 2015.

TABELA 07 – Produtos importados pelo Brasil de Moçambique (2014/2015), em US\$.

Produtos Importados	Valor (US\$) (jan - Jul	Valor em US\$ (Jan-Jul /
Hulha Betuminosa, não aglomerada	10.256.080	8.155.168
Fumo não manufaturado	1.374.166	1.919.160
Total/Parc. Destal.Fls. Secas, Tipo “Burley”		
Pedras preciosas / Semi, em Bruto, serradas ou desbastadas	8.248	21.827
Tecido de algodão, 85%, estampado	2.170	
Outs. Apars. P interrupção, etc. Para circuitos elétricos		102
Outras toxinas, culturas de microorganismos, produtos semelhantes		20

Elaboração: André Luzzi de Campos

Fonte de Dados: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio/Secretaria de Comércio Exterior, 2015.

Devemos enfatizar que uma característica perversa se mantém. Enquanto os valores das transações estão equilibrados entre as partes, os produtos brasileiros já incorporam forte valor agregado e se definem por bens de produção. Nesse ínterim, Moçambique contribui positivamente para a balança comercial com recursos minerais sem beneficiamento, e produtos agrícolas não manufaturados ou semi-industrializados.

É neste cenário de grande disponibilidade de recursos naturais que a empresa Vale iniciou a operação em 2007, em Moçambique, por meio da concessão de terras, a exploração de carvão e de outros minerais na Província de Tete. A opinião pública, organizações e movimentos sociais, no entanto, afirmam que o processo foi pouco transparente e que não considerou efetivamente a legislação vigente. 1365 famílias foram atingidas. Destas, 289 foram realocadas para um bairro na Vila de Moatize e outras 716 para a região de Cateme. Conforme informações apresentadas por organizações da sociedade civil 254 famílias receberam da Vale uma indenização simples, e 106 uma modalidade chamada indenização assistida.

O processo de reassentamento é realizado por duas instituições, a Fundação Universitária para o Desenvolvimento da Educação (FUNDE), vinculada à Universidade Politécnica de Moçambique, e a empresa Diagonal, brasileira, essa última responsável por realizar projetos de regularização fundiária, habitação, saneamento, sustentabilidade e responsabilidade social em 21 países, sendo 06 (seis) africanos³¹.

Quanto ao processo de assentamento, um conjunto de organizações ingressou com representação informando que a situação é “caracterizada por infraestrutura de má qualidade, dificuldade de acesso à água potável, existência de fome aguda, falta de saneamento adequado” (2012). As ações da Vale na região têm impacto também nas atividades de produtores de cerâmica de Tete, chamados de Oleiros, que agora encontram dificuldades para instalação de fornos e a comercialização de seus produtos.

A população e os produtores iniciaram mobilizações e atos para pressionar o poder público e a empresa Vale para cumprimento das indenizações de forma adequada e segundo o

³¹ Entre os clientes da Diagonal citamos: BUNGE, VALE, ODEBRECHT, PETROBRAS, Fundação Vale, Banco Mundial e ONU Habitat. Disponível em <www.diagonal.net>. Acesso: Dez. 2015.

acordado. Os protestos foram coibidos pela polícia local e muitas lideranças dos manifestantes foram perseguidas e presas.

A Vale também atua em outra região do país. Ao Norte, integra o Consórcio de Gestão do Corredor Logístico de Nacala. Aliás, outras empresas brasileiras também estão desenvolvendo atividades ali. A Companhia Norberto Odebrecht foi responsável pela construção do Aeroporto Internacional de Nacala, com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

TABELA 08 - Financiamentos de exportação para obras no exterior concedidos pelo BNDES, Brasil, em US\$.

Nº	Empresa	Descrição	Valor (US\$)
01	Construtora Andrade Gutierrez S/A	Exportação de Bens e Serviços para a construção da Barragem de Moamba-Major, localizada no Rio Incomati (Região de Moamba) para fornecimento de água.	320.000.000,00
02	Construtora Norberto Odebrecht	Exportação de Bens e Serviços de Engenharia destinados à Construção do Aeroporto Internacional de Nacala, na cidade de Nacala, no Norte da República de Moçambique.	80.000.000,00
03	Construtora Norberto Odebrecht S/A	Exportações de bens e serviços para obras complementares do Aeroporto Internacional de Nacala	45.000.000,00

Fonte: BNDES, 2015.

Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/index.html>. Acesso: Ago. 2015.

A análise sobre os investimentos das empresas brasileiras ajuda a perceber os riscos que estes empreendimentos trazem para o desenvolvimento do país, e por consequência à soberania alimentar, uma vez que impactam nas diferentes dimensões que garantem a segurança alimentar e nutricional. Por outro lado, indica como a atuação dos dirigentes brasileiros para a expansão dos negócios destas corporações torna desproporcionais as

correlações de forças entre as organizações sociais e movimentos sociais e os representantes dos interesses do capital nos ambientes de decisão.

Em outra mão, a presença brasileira em Moçambique é destaque pela exibição de programas televisivos, notadamente as novelas, jornais e programas de entretenimento de emissoras como Rede Globo, Rede Record e SBT, que passam a transmitir quase em tempo real uma imagem sobre a vida no Brasil. Outra marca é a grande difusão de grupos religiosos de matriz evangélica neopentecostal como a Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Mundial do Poder de Deus, com um número grande de fiéis e ocupando significativo espaço na sociedade, inclusive na vida política do país. Vem se constituindo uma nova dinâmica das ações brasileiras em Moçambique para além das parcerias políticas e econômicas, encontrando repercussões na vida cotidiana da população, novos encontros e sociabilidade, e até mesmo nas práticas dos movimentos sociais e da sociedade civil.

Por fim, viu-se um crescimento do intercâmbio e construção de atividades conjuntas entre a sociedade civil do Brasil e Moçambique referentes às iniciativas em curso naquele país africano, e outras de caráter mais internacionalista para fortalecer as capacidades de luta e resistência por meio da elaboração de estudos e evidências sobre o modelo de desenvolvimento, formação política de lideranças, produtores familiares e da população e, ainda, a realização de encontros e conferências internacionais para a consolidação de alternativas de produção e pactuação de agendas comuns de ações.

Algumas iniciativas visam a participação de militantes dos movimentos sociais em missões ou brigadas no Brasil e Moçambique de modo a produzir novos conhecimentos sobre a sociedade e estratégias de mobilização, e o fortalecimento dos laços de solidariedade a partir de ações desenvolvidas conjuntamente.

Capítulo IV: A pesquisa

Trata-se de pesquisa de caráter exploratório que integra diferentes procedimentos metodológicos a fim de garantir maior aproximação ao conhecimento dos fatos e fenômenos, à compreensão e análise do objeto da investigação³². Procuramos estabelecer, assim, de forma

³² O projeto de pesquisa foi aprovado no Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo em 11 de março de 2015. Durante a execução do estudo foram observados os

coesa e coerente, uma correlação de operações tendo como referenciais teórico-metodológicos a pesquisa qualitativa (MINAYO, 2006).

O objetivo geral desta investigação é analisar os movimentos sociais em Moçambique e a soberania alimentar no contexto da implantação de programas de alimentação e produção de alimentos por meio da cooperação internacional entre o Brasil e Moçambique.

Para isso, procura-se perseguir os objetivos específicos a seguir relacionados:

- a) Compreender os fenômenos e conflitos sociais que ameaçam a soberania alimentar em um país africano, Moçambique;
- b) Identificar e conhecer os diferentes movimentos sociais em Moçambique no contexto da soberania alimentar, como atuam e se organizam;
- c) Verificar de que forma os pleitos dos movimentos sociais estão sendo incorporados à agenda política em nível local na perspectiva da implantação de políticas de segurança alimentar e nutricional.
- d) Analisar a atuação brasileira no campo da cooperação e parceria internacional na África na área de alimentação e produção de alimentos no que se refere aos movimentos sociais.

Inicialmente destinou-se um período para levantamento e análise das fontes documentais, a saber: livros e artigos, revistas e periódicos, relatórios e registros oficiais produzidos pela Administração Pública, estudos e pesquisas de organizações públicas e privadas, dados estatísticos, entre outros. Para a recolha desse material foram consultadas instituições, públicas e privadas, afetas ao tema no Brasil e em Moçambique, bem como aquelas de caráter internacional³³. Com este procedimento busca-se estabelecer uma reflexão crítica sobre os principais fatos e aspectos evidenciados no sentido de apontar elementos para a caracterização e problematização dos assuntos abordados na pesquisa.

princípios éticos referentes à pesquisa realizada em outro país definido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde do Brasil.

³³ Entre eles destacamos, no Brasil, o Ministério das Relações Exteriores e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), vinculados ao Governo brasileiro. Em Moçambique, a Universidade Eduardo Mondlane, notadamente o Centro de Análises Políticas, da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, e a Biblioteca Central, o Ministério da Agricultura e Abastecimento (MINAG), Direção Provincial de Agricultura de Nampula, e a Biblioteca Nacional, do Governo moçambicano, Embaixada do Brasil em Moçambique, Organizações da Sociedade Civil e, também, o Escritório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em Moçambique. Também foi possível acessar alguns materiais em função da participação em eventos realizados no Brasil e Moçambique em que o pesquisador se fez presente.

A investigação contou ainda com a realização de 02 (duas) visitas técnicas em Moçambique com o objetivo de reunir documentação como leis, atas e declarações, entre outros, bem como registros de colaboradores no sentido de produzir um acervo classificado de informações referentes ao tema, oportunizando a futuros pesquisadores o acesso a dados antes não disponíveis no Brasil.

As referidas missões de estudo procuraram, ainda, preparar o campo da pesquisa sobre os movimentos populares, identificando aqueles que atuam nas áreas de SAN e possibilitando melhor conhecimento da realidade local. As visitas técnicas ocorreram no primeiro e segundo semestres de 2014. A supervisão do trabalho de campo em Moçambique foi realizada pelo Centro de Análise de Políticas, vinculado à Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade Eduardo Mondlane, pela Professora Doutora Inês Macamo Raimundo. A pesquisa se concentrou nas províncias de Maputo e Nampula.

Na província de Maputo, onde está localizada a capital do país, está sediado um grande número de movimentos e organizações sociais. Da mesma forma, podem-se encontrar órgãos da Administração Central e Centros de Estudos e Pesquisas. Em Nampula, região norte do país, encontram-se distritos abrangidos, por exemplo, pelo Programa objeto da cooperação trilateral de desenvolvimento agrícola ProSAVANA, executada por meio da parceria entre Brasil, Japão e Moçambique.

Essa distribuição territorial dos movimentos sociais evidencia uma categoria social importante a ser considerada, pois agregam diferentes agentes em nível local, características e finalidades da associação dos sujeitos coletivos, pluralidade cultural e orientação político-ideológica. Da mesma forma, impõe a necessidade de observar os limites até mesmo estruturais do país como, por exemplo, serviços públicos existentes, as vias de ligação e mobilidade, e comunicação.

Para alcançar os objetivos da investigação, e levando em conta o nosso interesse em conhecer o papel dos movimentos sociais, foram realizadas entrevistas com informantes-chaves, os atores locais, principalmente representantes de organizações e movimentos sociais. As entrevistas foram realizadas em uma terceira incursão ocorrida entre os dias 08 a 23 de abril de 2015³⁴.

³⁴ Na mesma visita em que foram recolhidos os depoimentos, o pesquisador acompanhou a realização de 07 (sete) Audiências de Auscultação nas sessões que ocorreram entre os dias 20 a 24 de abril de 2015, em Rapale, Vila de Monapo/Netia, Corrane, Meconta e Muecate, na Província de Nampula promovidas pelo Ministério da Agricultura de Moçambique, referente à versão zero do Documento Orientador do Programa ProSavana.

Também foi agregado ao processo de pesquisa o registro de campo da pesquisa quando das visitas técnicas. Pode-se considerar, dessa maneira, que as visitas realizadas em diferentes momentos favoreceram uma observação longitudinal das transformações em curso e alguns desdobramentos significativos da vida política e econômica.

Para a realização das entrevistas, foi adotado o método da entrevista compreensiva³⁵, que permite manejar melhor a produção de dados que emergem do trabalho de campo, notadamente em virtude de um olhar mais sensível às relações e práticas sociais vivenciadas no país em estudo. Como apontado por Kaufmann (2013), esta abordagem favorece maior densidade teórica à medida que vão se forjando conceitos durante o processo de investigação ou articulando aqueles adotados previamente de forma crítica. Nas suas palavras: “o objeto é construído gradualmente, através de uma elaboração teórica que progride diariamente, a partir de hipóteses forjadas no campo. O resultado é uma teoria particular, friccionada ao concreto, que só emerge lentamente a partir dos dados” (2013, p.45).

Foram, então, realizadas 12 (doze) entrevistas. Em seguida, procedeu-se à audição do material gravado e sua transcrição. Em simultâneo, foi realizada a organização e digitação das informações registradas no caderno de campo, com apontamentos sobre as visitas técnicas e depoimentos coletados.

Para análise das entrevistas, foram produzidas fichas visando à sistematização dos conteúdos e esquematização conforme informantes, ações e fatos relatados, assim como os conceitos e categorias presentes nas diferentes narrativas.

Para análise dos dados optou-se pelo tratamento em 3 (três) níveis de adensamento das informações levantadas e das hipóteses do projeto, a saber:

- Identificação de temas, conceitos e ações dos Movimentos Sociais;
- Agrupamento das dimensões enunciadas, identificadas conforme os sentidos compartilhados;
- Condensação das ideias-força.

Procurou-se, também, construir um alinhamento das variáveis interpretativas, objetivando conhecer a incidência de cada fator listado para que fosse possível identificar os sentidos teóricos. Assumimos como orientação para este esforço interpretativo as

³⁵ O contato com este método se deu em virtude da realização de disciplina na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Seminários de Pesquisa, que contou com a presença de Professor convidado Vitor Sérgio Ferreira, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

considerações expostas por Lefebvre (2006), e Spink e Medrado (1999), que versam sobre a produção e uso das narrativas dos sujeitos na construção coletiva do saber, potencializando o alcance da investigação, rumo à superação de dilemas epistemológicos e desafios científicos acerca da participação social e das lutas nos países do Sul Global pela garantia de direitos a partir do enfrentamento da fome e da miséria, numa perspectiva solidária de cooperação.

4.1 Universo do estudo

Os participantes são representantes dos seguintes grupos e organizações:

- Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais - ADECRU
- Associação para Desenvolvimento Sustentável - ABIODES
- AKILIZETHO
- Associação Nacional de Segurança Alimentar - ANSA
- Mulher, Género e Desenvolvimento - MUCAGE
- Organização Rural de Auxílio Mútuo - ORAM
- Rede de Uthende - RUth
- União Nacional dos Agricultores - UNAC

E dois movimentos transnacionais, a saber:

- Marcha Mundial das Mulheres;
- Via Campesina.

Alguns desses entrevistados, porém, também participam ou participaram de fóruns, redes e/ou articulações que abordam questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional. Essas organizações são:

- Aliança Africana pelos Recursos Naturais;
- Plataforma de ONGs de Nampula;
- Plataforma de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Rede de Organizações para Soberania Alimentar - ROSA;

A análise considerou ainda os registros obtidos junto às organizações e coletivos consultados na fase de prospecção da pesquisa e preparação de campo, sendo:

- Associação Nacional de Extensão Rural - AENA;

- Associação Provincial de Campesinos (Nampula);
- Fórum Mulher;
- Instituto de Estudos Sociais e Económicos – IESE;
- Justiça Ambiental;
- Kulima;
- Liga Moçambicana de Direitos Humanos;
- Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil - MASC;
- Movimentos de Oleiros atingidos pela empresa VALE;
- N'weti
- Fórum de Rádios Comunitárias - FORCOM.

Os depoimentos registrados no âmbito deste projeto de pesquisa, quando da autorização dos colaboradores, foram gravados, transcritos, e digitalizados, com adequação da linguagem e organização do seu conteúdo. A partir disso, tornou-se possível estabelecer uma correlação com base na crítica das diferentes fontes adotadas.

4.2 Resultados e Análise

Nesta seção apresentamos os resultados das entrevistas realizadas junto a lideranças e representantes de organizações e movimentos sociais que atuam em Moçambique nas áreas afetas à segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar e direitos humanos. Participaram da pesquisa 04 mulheres e 08 homens, com idades variadas. Esses representantes assumem papéis de dirigentes, gestores ou consultores em seus movimentos e organizações sociais. Em relação à formação, grande parte deles/as possui nível de formação técnica ou universitária nas áreas de ciências sociais, comunicação social, desenvolvimento, direito, relações internacionais e engenharia agrícola.

O tempo de atuação dos informantes nesses movimentos e organizações sociais varia entre 03 a 12 anos, e o período de envolvimento e/ou atuação junto a outras temáticas sociais e de direitos humanos demonstram dedicação prévia ou simultânea à abordagem relacionada às dimensões de alimentação e agricultura. Dois entrevistados residem na cidade de Nampula, na Província de Nampula, nove habitam a cidade de Maputo e outro Matola, na Província de Maputo.

Em primeiro plano, fomos confrontados a explicitar o uso da terminologia Movimentos Sociais para essa prática coletiva que transcorre nos países da África e em Moçambique, relacionada à Soberania Alimentar. Nossa perspectiva compreende Movimento Social como o conjunto de sujeitos que se organizam para coletivamente alterar uma questão, ou conjunto de questões, relativas à realidade. Nesse sentido, carrega uma dimensão contraditória quanto às condições ou situações que os mantêm subordinados, expressando conflitos de interesses e antagonismos.

Gohn (2008), tomando como referência os estudos de Alain Touraine, identifica três formatos organizativos e estruturas dos movimentos sociais no mundo globalizado, a saber: a) os movimentos sociais identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais; b) os movimentos de lutas por melhores condições de vida e de trabalho no campo ou no meio urbano; e por fim, c) os movimentos que atuam em redes sociopolíticas e culturais via fóruns, plenárias, colegiados, conselhos, etc.

Contudo, as características dos sujeitos sociais em Moçambique que atuam nas áreas relacionadas à soberania alimentar, na atualidade, acabam por portar diferentes elementos constituintes, mobilizando saberes e práticas plurais. Essa heterogeneidade requer uma leitura mais ampliada para conseguir apreender as contribuições dessas lutas para um novo paradigma emancipatório no âmbito das relações entre agentes da sociedade civil e o Estado, e com outros atores políticos em nível nacional e internacional.

Relação e descrição dos movimentos sociais, organizações, redes e plataformas participantes do estudo:

Nº	Movimentos e Organização Nacionais	Descrição	Data da Entrevista
1	Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais – ADECRU	Participa das instâncias de discussão e decisão em temas relativos à SAN e Soberania Alimentar, considerando as perspectivas de género, renda e atenção em saúde (notadamente pacientes de HIV/SIDA). Promove projetos com vistas à geração de renda das comunidades locais, assim como iniciativas de advocacia. Foi criada em 1989. Está localizada em Maputo, na Província de Maputo.	23/04/2015
2	AKILIZETHO	Está localizada em Nampula, na Província de Nampula. Atua com o fomento à participação e controle social das políticas e serviços	17/04/2015

		públicos. Organização responsável pelo Secretariado da Plataforma de ONGs de Nampula no momento da entrevista. Integra o Fórum Mulher e a Marcha Mundial das Mulheres.	
3	Associação dos Técnicos Agro-Pecuários - ATP	Tem por missão realizar a facilitação na capacitação técnica e fortalecimento organizacional das comunidades rurais. Desenvolve projetos na área de advocacia referente à legislação de terra e ambiental. Foi responsável pelo Secretariado da ROSA. Está localizada em Matola, na Província de Maputo.	12/04/2015
4	Associação Nacional de Segurança Alimentar – ANSA	Organização criada fundamentalmente por profissionais da saúde, sendo que muitos já tiveram experiência na gestão pública. É responsável pela animação da Plataforma de Segurança Alimentar e Nutricional. Está localizada em Maputo, na Província de Maputo.	13/04/2015
5	Associação para Desenvolvimento Sustentável - ABIODES	Desenvolve atividades na área agrícola desde 1995. Tem como eixos de ação Agricultura e segurança alimentar; Ambiente e biodiversidade e Lobbying e Advocacia para o Desenvolvimento Sustentável. Procura estabelecer intercâmbio com outros povos e organizações para disseminação e conhecimento de tecnologias de produção sustentável. Está localizada em Maputo, na Província de Maputo. Foi responsável pelo Secretariado da ROSA.	14/04/2015
6	Mulher, Género e Desenvolvimento - MUGEDE	Criada em 2004, atua nas áreas de gênero e meio ambiente. Participa das discussões nacionais e internacionais sobre mudanças climáticas. Integra o Movimento Moçambicano de Mulheres Camponesas. Está localizada em Maputo, na Província de Maputo, e possui pontos focais em outras províncias. Foi responsável pelo Secretariado da ROSA.	10/04/2015
7	Organização Rural de Auxílio Mútuo – ORAM	Criada em 1992, tem atuação. Está localizada em Maputoa, na Província de Maputo. Organiza-se por meio de 06 (seis) Delegações, a saber: zona Sul, Sofala, Manica, Zambézia, Nampula e Niassa. Na ocasião da pesquisa, estava responsável pelo Secretariado da ROSA. Presta assistência às associações de camponeses, contribui para o registro de terras e mediação de conflitos. Promove ações voltadas ao protagonismo dos camponeses, incidindo nas ações para assegurar a posse e uso sustentável das terras e recursos naturais em nível local.	14/04/2015

8	Rede de Uthende – RUth	Associação para advocacia e lobby social. Foca-se nas questões relativas à promoção de serviços públicos de qualidade, notadamente de mobilidade e transporte. Dedica-se a refletir sobre as políticas públicas, bem como melhorias da gestão e desenho institucional da Administração pública	15/04/2015
9	União Nacional dos Agricultores - UNAC	Movimento de Camponeses do setor familiar. Constituiu-se em 1987, busca representar os camponeses e organizações visando a garantia de direitos, e participação ativa nas políticas de SAN. Atuam em diferentes regiões do país, tendo a média de 86 mil participantes, organizados em 83 uniões distritais, 7 uniões e 4 núcleos provinciais.	22/04/2015

Nº	Movimentos Transnacionais	Descrição	Data da Entrevista
01	Marcha Mundial das Mulheres	Iniciada em 2000, é uma mobilização internacional de mulheres que teve como origem a realização de Campanha contra a pobreza e violência. A partir de crítica ao sistema capitalista tem por ato de visibilidade colocar as mulheres nos locais públicos para expor /denunciar as situações de desigualdade de gênero e a violência contra a mulher. Utiliza-se dos recursos artísticos e comunicacionais para sensibilizar o conjunto da população e fomentar a autonomia das mulheres.	17/04/2015
05	Via Campesina	Movimento transnacional de camponeses e pequenos e médio agricultores, mulheres e indígenas. Tem como referência de criação as ações contra a liberalização do mercado em nível global, tendo como referência a Rodada do Uruguai (também conhecida pela sigla em inglês, GATT) que deu grande visibilidade sobre os impactos das políticas econômicas na alimentação e agricultura. Foi fundamental na construção da expressão soberania alimentar.	08/04/2015

Nº	Redes e Plataformas Nacionais	Descrição	Data da Entrevista
01	Plataforma de ONGs de Nampula	Articulação de organizações não-governamentais da Província de Nampula, região norte do país, que atuam em diferentes áreas. Organiza-se por meio de redes temática, sendo uma delas acerca das políticas e estratégias em Alimentação e Nutrição.	17/04/2015

02	Plataforma de Segurança Alimentar e Nutricional	Coletivo composto por organizações da sociedade civil de diferentes regiões do país, e províncias.	13/04/2015
03	Rede Organizações para a Soberania Alimentar – ROSA	Criada em 2003, é uma coligação de organizações da sociedade civil e movimentos sociais . Até o momento da pesquisa existia sem a formalidade jurídica, mas em fase de institucionalização. Entre as atividades promovidas destacam-se a realização de curso de formação sobre DHAA, participação de instâncias públicas sobre SAN em nível nacional e internacional como a CPLP, PALOP e FAO/ONU. Realizou projetos para difundir conceito de soberania alimentar no país, celebração de dias de visibilidade sobre SAN e o DHAA. E, ainda, promoveu pesquisas e estudos para produzir evidências sobre a situação de SAN no país.	Diferentes participantes da pesquisa

A análise aborda os seguintes aspectos: a) ameaças à segurança alimentar e nutricional e à soberania alimentar, b) características de atuação dos Movimentos Sociais nas áreas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional, bem como suas formas de organização, c) aspectos sobre as relações Brasil e Moçambique, pleitos e demandas no âmbito das políticas de alimentação e agricultura.

Quanto à soberania alimentar os entrevistados indicam um vinculado à perspectiva camponesa no que se refere à produção, comercialização e consumo de alimentos tendo como referência as práticas culturais, sociais e ambientalmente referenciadas à comunidade e ao território. Expõe, também, a necessidade de considerar a manifestação e incentivo às práticas seculares, a forma como fazem escolhas para orientar a agricultura.

Apresentam três dimensões diferentes para a limitação conceitual, a saber: “direito à”, “capacidade de” e “possibilidade de” produzir e consumir os alimentos que desejam. Nesse sentido, o conceito assume uma conotação associada à autonomia do indivíduo, e sua comunidade/povo, de fazer escolhas em benefício de uma alimentação amparada em seu cotidiano e formas de gestão dos recursos naturais aprendido ao longo do tempo.

A definição recebe um adendo interpretativo vinculado ao contexto histórico do processo de independência e reafirmação de uma sociabilidade emancipatória como podemos verificar no trecho a seguir:

Isso para mim significa a soberania alimentar, mas também significa em um conceito africanista aquilo que Julius Nyerere chamou de socialismo africano no sentido de uma revolução camponesa, uma unidade dentro da comunidade (Entrevista 11, abr.15).

Essa dimensão traz a perspectiva de relações internas de solidariedade ao nível da comunidade, que pode ser traduzida pela organização da comunidade para preparação das sementes, plantio e colheita de forma coletiva, ainda que em áreas específicas de cada família.

Além da unidade construída entre os integrantes daquele agrupamento, o entendimento procura conservar uma relação de respeito à natureza, seus fenômenos e recursos, considerando as melhores condições de plantio. Essa prática previa assegurar uma oferta racional de alimentos que pudesse atender a todas as famílias de modo a evitar possíveis conflitos em virtude da ausência de suprimentos necessários para atender às suas demandas.

Da mesma forma, outro entrevistado atenta para a necessidade de resgatar aspectos históricos de construção do conceito de soberania alimentar em Moçambique. Referencia, assim, a construção de uma nação independente com a implantação em 1977 de um Programa de caráter socialista que incorpora aspectos relacionados à agricultura, tendo como objetivo maior garantir ao país a autossuficiência alimentar, e com isso, a soberania do povo.

Os depoimentos sinalizam uma perspectiva projetiva de modo a agregar as dimensões históricas, políticas e práticas sinalizando uma proposta alternativa de transformação social, econômica e cultural. Entre as contribuições apontam a implantação da agroecologia, prática que consiste na adoção de uma nova ideologia que integra aspectos políticos e práticos de ação. Podemos perceber que ainda persiste um entendimento dicotômico.

Há organizações que preferem chamar a sua forma o que até então uma agricultura agroecológica como agroecologia, focando simplesmente nos fatores técnicos, nas questões técnicas da produção, não focando na questão de mercados locais, de políticas de apoio mais profundas, proteção dos direitos camponeses, proteção dos direitos das mulheres, a lei das sementes, a lei as terras. É uma ideologia que deveria gerir os recursos naturais (Entrevista 1, abr.15).

Nesse sentido, pode-se perceber um conceito com atributos anticapitalistas, ou seja, uma perspectiva de construir uma nova ordem de organização e convivência social que reveste a população de sua soberania de intervir nas decisões a partir da esfera local ou mesmo do seu dia a dia.

Não se observa, contudo, nos depoimentos elementos referentes às relações entre os países ou povos, e mesmo entre as empresas, que possam impor restrições ao direito de as pessoas terem uma alimentação adequada e às condições necessárias para a sua obtenção.

A partir das entrevistas podem-se apreender ainda algumas ameaças à segurança alimentar e nutricional da população em Moçambique. Os depoimentos enfatizam a importância da produção de alimentos focada no campesinato. Segundo informação coletada na Entrevista 4 (abr. 2015), 60 a 70% da população do país consome produtos da agricultura de base familiar.

Os entrevistados reconhecem a limitação de produção associada à qualidade do solo e aos ciclos de chuvas, que em determinadas regiões podem se expressar na forma de secas severas ou cheias abundantes. A dieta dos moçambicanos está associada ao consumo de tubérculos e grãos (como a mandioca, feijão e amendoim), de coco, mariscos e, em algumas famílias com renda maior, pode-se observar o uso de peixe seco. Foram referenciados ainda como problemas para melhoria da produção o acesso limitado à água e sementes de qualidade. É relatada uma forte dependência de Moçambique de alimentos vindos de outros países. É citada a importação de produtos como tomate e cebola sul-africanos, notadamente para abastecer a província de Maputo, localizada no sul do país e o envio de alimentos para serem beneficiados no Malawi para depois retornar ao país.

Da mesma forma, percebe-se a ausência de celeiros e outros mecanismos de acondicionamento do excedente da produção que poderia favorecer o pré-beneficiamento, ampliando o prazo para consumo, bem como a preparação e guarda de sementes para outras safras. Observa-se que a temática das sementes é abordada em grande parte das narrativas, e ganha centralidade na atuação dos diferentes coletivos.

Quanto ao acesso aos alimentos, os entrevistados relatam ainda profunda preocupação com o modelo que tem sido adotado e dão embasamento às políticas agrárias e de investimentos no país que orientam a produção para a exportação. Vemos em trechos como:

Se vem para produzir alimentos que não for da nossa dieta, será para exportação (Entrevista 7, abr. 15);

Alimentação a favor do capital (Entrevista 8, abr.15);

Outro problema é a produção de soja, moçambicanos não consomem soja. Será produzida para exportação (Entrevista 9, abr.15);

É para negócio, é para exportação e pronto. (...) Não vai ficar nada aqui, é para exportação. Porque até agora não se diz onde isto deve ir, a ideia que fica é que isso será exportado (Entrevista 10, abr.15);

É por isso que de certa maneira os planos, os documentos principais da política econômica e da política de agricultura em Moçambique não são de médio prazo ou de longo prazo porque elas estão dependentes e condicionadas pelas mudanças no contexto internacional e de forma estratégica as elites moçambicanas e o governo moçambicano sobretudo já se antecipam a esse processo deixando muitos espaços de forma muito vaga (Entrevista 12, abr.15).

A percepção de um coletivo que atua na área urbana de Maputo chama atenção para a perda das zonas verdes próximas às cidades, que poderiam favorecer a oferta de alimentos de qualidade, e também a produção de pequenos animais. Explicita a proliferação de produtos químicos comercializados e consumidos nas cidades, que poderia ser evitado com a criação e descentralização de centros/entrepósitos para abastecimento.

Em um esforço de perceber quais são as diferentes ameaças à SAN, buscamos organizar as demais contribuições e preocupações dos entrevistados em outras 05 (cinco) categorias para análise, a saber: usurpação das terras, aspectos ambientais, mudanças climáticas, saúde pública e participação social.

Os participantes informam um grande risco associado à perda das terras dos camponeses. A lei de terras em Moçambique assevera que a terra é propriedade do Estado, sendo gerida pela Administração Pública, porém um direito do povo moçambicano. Os movimentos sociais e organizações sociais, no entanto, apontam que o uso da terra também deve levar em conta aspectos culturais, tradicionais e de características do solo. Alertam para a relação que a comunidade estabelece com a terra para além de uma perspectiva utilitarista. A terra comporta entre outras coisas os cemitérios das comunidades, o vínculo com seus ancestrais que ali estiveram.

Por estas razões, a legislação prevê que a cessão de espaços deve acontecer por meio de consulta pública à comunidade ou mesmo por meio do consentimento do Conselho de Ministros ao nível da Administração Central. Os fatos revelados sinalizam que um número ainda pequeno de indivíduos ou comunidades possui o Direito de Uso e Aproveitamento da terra (DUAT), notadamente as mulheres.

Os depoimentos sinalizam, ainda, um conflito jurídico introduzido com a aprovação da Lei de Minas, criada para regular a prática de exploração dos recursos minerais no país. Esse diploma passou a se sobrepor à lei da terra na prioridade do seu uso. Assim, na compreensão

de alguns entrevistados, em havendo sob o território utilizado pelos pequenos produtores recursos como carvão, ou outro minério de maior interesse, as famílias devem ser removidas, desde que haja processo indenizatório e alocação em outro local que responda às demandas das comunidades.

O trecho a seguir colhido na Entrevista 11 (abr. 2015) busca esclarecer esse aspecto, a saber: *“Houve uma revisão da lei de minas. [Anteriormente] dava-se o primado da lei de terras sobre a lei de minas. No entanto, como a revisão da lei de minas prevê que essa se sobrepõe à lei de terras, ou seja, uma situação de conflito prevalece sobre a legislação mineira”*.

Na percepção dos entrevistados, contudo, as experiências de reassentamento têm levado à perda de direitos, dificuldade de acesso a serviços como educação e saúde, e consequentemente da capacidade de produzir e gerar renda para poder consumir alimentos de qualidade. Como podemos perceber no depoimento na Entrevista 1:

Um programa como o ProSAVANA está falando diretamente de tirar as pessoas das terras e coloca-las não sei onde. Não só está tirando o sustento dessas pessoas, mas está condicionando a sobrevivência dessa pessoa e do país como um todo a um novo modelo de desenvolvimento da alimentação, que vem para formar uma alimentação que é essencialmente nova. Quando se fala das variedades que são promovidas e que vem a mudar a dinâmica toda. Em geral, pela experiência internacional, as coisas nunca saem para o bem (abr. 2015).

Depreende-se da análise das entrevistas um risco eminente relacionado aos impactos ambientais provocados pela introdução de agrotóxicos utilizados para elevar a produção das culturas, adoção de medidas para racionalizar as técnicas como a pulverização dessas toxinas, o que traz riscos à saúde das pessoas expostas a médio e longo prazo, não apenas aos trabalhadores, mas também a toda a vizinhança que circunda a produção. Os depoimentos informam a possível contaminação do solo e rios que abastecem as aldeias pelos produtos químicos adotados como defensivos agrícolas, e os associam ao aparecimento de doenças respiratórias e câncer, entre outras, em Distritos localizados nas províncias de Zambézia e Nampula.

A prática da mineração sem o controle e fiscalização adequados também pode levar à degradação ambiental e seu efeito ampliado em todo o território, o que demonstra a complexidade e gravidade da situação. Sobre esse assunto, um entrevistado manifesta que *“se tem um rio por perto com certeza vai poluir o rio, vai poluir as águas, os lençóis hídricos*

da zona, e por aí já abrange uma zona maior, que pode destruir plantações, pode ter efeitos em saúde pública” (Entrevista 1, abr. 15).

Quanto à nutrição, a insegurança alimentar tem contribuído para um cenário ainda negativo. Segundo entrevistado (13/04/15) a desnutrição crônica atinge 43% das crianças do país. Há ainda a preocupação relacionada ao estado nutricional das gestantes e nutrízes que podem afetar o adequado desenvolvimento das crianças. O trecho a seguir elucida esta questão:

[Em Moçambique] Dever de nutrir a família é da mulher, buscar água, produzir e confeccionar os alimentos. A mulher acaba sendo duplamente violentada. A criança de zero a seis anos deve ser nutrida para ser um adulto com capacidade ou bem nutrido, mas aí estão a olhar o papel da mulher. Mas mais do que produzir e dar o alimento à criança, ela precisa ser uma mulher nutrida (Entrevista 9, abr. 2015).

As medidas, no entanto, aparentam ser limitadas. As entrevistas apontam a realização de algumas iniciativas no sentido de orientar a população sobre a importância do aleitamento materno e enriquecimento das papas (preparados fornecidos na primeira infância) com micronutrientes.

Todavia, consideram que essas medidas dependem de maior articulação com outros fatores que assegurariam o acesso aos alimentos de qualidade e condições para confecção das refeições de forma adequada. E, ao mesmo tempo, mecanismos mais duradouros de atenção às pessoas em recuperação nutricional no âmbito dos serviços públicos de saúde.

Os entrevistados apresentam informações que possibilitam compreender a atuação dos movimentos sociais em Moçambique no campo da alimentação e agricultura e a cooperação internacional brasileira. Entre os temas que compõem a agenda política, são apontados assuntos ligados à terra, ao sistema agrícola camponês, às sementes, à agroecologia, ao controle das corporações transnacionais, aos megaprojetos e seus projetos, e à questão de gênero. Um dos entrevistados (01/04/2015) resume que as diferentes práticas sociais assumem a abordagem de elementos que fazem sentido para a vida das pessoas como estratégia de dar razão às lutas.

Acho que tem uma diferença crucial de Moçambique do que em outros lugares. O tema da terra é particularmente sensível, o tema das sementes está começando a ser mais pertinente. (...) [É preciso] uma aliança mais forte, incentivar o intercâmbio maior entre as diferentes lutas, mas há muitos desafios. E eu não tenho detalhadamente dizer como chegar lá, mas com certeza há muitos pontos em comum a todas essas lutas. (...) Para nós como Via Campesina temos noção da importância de ligar as nossas lutas às outras lutas sociais porque se a gente fala da luta contra

o capitalismo, o neoliberalismo, estes se referem em vários níveis, seja a água, seja a terra, direitos trabalhistas. É uma mentalidade política que se infiltra e se reflete em vários níveis, em várias áreas de atuação (Entrevista 1, abr. 2015).

A atuação dos movimentos sociais, e em certa medida de toda a sociedade civil, considera a necessidade de informações sobre os assuntos que estão abordando. Assim, os entrevistados referem-se à produção de evidências que buscam elucidar os impactos do modelo de desenvolvimento que está sendo levado a cabo pelo governo de Moçambique, e a perspectiva que assumem a cooperação e os investimentos brasileiros nesse contexto.

A participação social em Moçambique está fortemente condicionada ao processo histórico vivenciado nas últimas quatro décadas. Desde a sua independência, em 1975, o país é governado pelo mesmo partido, a Frelimo, que em virtude da organização das instâncias de participação da Administração, criou um processo bastante coercitivo na opinião de alguns entrevistados. Isso tem ainda hoje dificultado a ampliação de um processo de participação e diálogo entre a sociedade e o governo, a sociedade e as empresas que operam no país.

Ao mesmo tempo, a sociedade vivencia uma recente mobilização em torno da alimentação. Em 2003, criou-se a Rede de Organizações pela Soberania Alimentar (ROSA). Os participantes relatam seu surgimento em virtude de maior visibilização da temática nas instâncias em nível nacional e internacional, como a participação no âmbito da Via Campesina, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP). Em Moçambique há a contribuição inicial da UNAC, ABIODES, ORAM e Actionaid, esta última referenciada como importante integrante para obtenção de apoio financeiro para o coletivo recém-criado. A coordenação da rede é realizada por representantes das entidades que a constituem, tendo diferentes perfis de gestão e dinâmica dos trabalhos.

Alguns integrantes desta rede a definem como uma possibilidade de “abordar assuntos mais gerais ligados às políticas públicas”, “capacidade de pressionar o governo”, ou, ainda “facilitar a articulação no âmbito dos PALOP”, “intercâmbio com organizações que atuam na Rede de Segurança Alimentar e Nutricional em nível da CPLP”. No entanto, outros sujeitos entrevistados no estudo sinalizam algumas fragilidades da rede em virtude dos diferentes posicionamentos políticos e objetivos díspares das organizações que a compõe.

Em geral, é possível perceber que apesar da rede ter abordado diferentes temas ligados à segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar, não produziu análise mais

aprofundada sobre a cooperação internacional brasileira, ou mesmo sobre os investimentos de empresas e órgãos brasileiros. Não houve uma iniciativa específica da rede que abordasse publicamente os diferentes projetos na área de alimentação e agricultura, suas metas e ações, e consequentemente seus impactos no país e nos demais países africanos.

Os entrevistados informam a realização de uma ampla campanha denominada “Não ao ProSAVANA”. Caracterizada como “coalizão”, a iniciativa busca reunir coletivos, organizações e pessoas de interesse comum em nível internacional, notadamente dos países Brasil, Moçambique e Japão, envolvidos na cooperação voltada ao desenvolvimento agrícola que ocorre no Corredor de Nacala. Vejamos como um entrevistado percebe essa nova “articulação”:

(...) muitas das vezes faz sentido trabalhar em coalizões em função de uma determinada pauta e identificação do que constituir plataformas com secretariados. Essas são facilmente capturadas e acabam a serviço do governo do dia. A Campanha Não ao ProSAVANA talvez seja uma das maiores campanhas já realizadas ao nível do país que trouxe alguma mudança, que teve uma consistência maior de dois anos (Entrevista 11, abr. 15).

A campanha foi responsável pela realização de material informativo sobre os riscos da implantação do ProSAVANA, promoveu encontros internacionais chamados Conferência dos Povos, com objetivo de analisar experiências anteriores realizadas no Brasil no âmbito do Prodecir, levado a cabo na década de 1980. Essa prática, inclusive, foi bastante reforçada pelos entrevistados, enfatizando-se muito a importância de informações e evidências para esclarecer e se comunicar melhor com a população, os produtores e os governantes.

Contudo, a campanha teve a saída de algumas organizações presentes ao início. Em um depoimento (Entrevista 1, abr. 15) este fato se deve à densidade política e notoriedade que a iniciativa ganhou repercutindo em diferentes níveis. Em outro ponto de vista na Entrevista 9 (abr.15) é relativizado que a visibilidade da Campanha acabou se fragilizando naturalmente após as primeiras atividades que foram feitas e que, no momento, o coletivo não dispõe de tantos recursos para realizar novas iniciativas. “*Parece que agora estamos mais fracos. No ano passado após a conferência, mas agora deve parar de ter visibilidade. Nós o agora está um pouco apagado*”, resume um sujeito da pesquisa (Entrevista 7, abr. 2015). Apresentamos a seguir alguns momentos que marcaram o processo de mobilização contra o ProSAVANA.

FIGURA 2: Atuação da Sociedade Civil sobre o ProSAVANA

Elaboração. André Luzzi de Campos. Compilado pelo autor a partir das informações recolhidas.

Os depoimentos mencionam também a participação ao nível da Via Campesina. Em Moçambique, a UNAC integra a Via Campesina, tendo sido uma importante instância de obtenção de informações e análise das transformações que ocorrem em nível regional e internacional e que podem trazer contribuições para refletir e construir estratégias ao nível nacional. Isso porque na compreensão desse coletivo a luta contra o capitalismo e o neoliberalismo desdobra-se em vários níveis como acesso à água, à terra e direitos trabalhistas, entre outros.

Na perspectiva organizativa, conforme observado na Entrevista 1 (abr. 2015) Moçambique integra a região correspondente à África 1, composta pelos países da África Central e Austral. Esse é um espaço privilegiado para estruturação das ações em nível regional e que permitem “ligar as lutas”. A Via Campesina procura também influenciar ao nível da comunidade internacional em pautas relacionadas à responsabilização das grandes corporações e o combate à corrupção que impactam nas condições de vida da população e o desvio de recursos para melhoria das políticas públicas e ambiente equilibrado. A Via Campesina integra a Campanha Global para dismantelar o poder das corporações, ou simplesmente Campanha Global contra as Transnacionais, iniciada no contexto da Cúpula dos Povos durante a Rio +20, realizada no Rio de Janeiro.

Outra associação que incorpora a perspectiva da soberania alimentar, vinculado às lutas das mulheres, é o Fórum das Mulheres, de Moçambique, que integra a Marcha Mundial das Mulheres. A atuação das mulheres sinaliza para as condições que tornam as mulheres mais vulneráveis no que se refere à violação do direito humano à alimentação adequada. Foram apontadas algumas condições, em virtude da divisão social do trabalho e visão de mundo, em muitas comunidades de caráter patriarcal, como:

- maior dificuldade da mulher à obtenção do DUAT;
- envolvimento da mulher na produção dos alimentos, busca de água, confecção dos alimentos;
- baixa escolaridade;
- falta de acesso aos alimentos necessários para uma boa dieta, e manutenção de um estado nutricional favorável à geração de filhos saudáveis;
- violência nos espaços públicos e privados.

O envolvimento das mulheres moçambicanas com os movimentos feministas brasileiros foi considerado oportuno na construção de uma solidariedade internacional de ação conjunta e para ampliar a conscientização das pessoas sobre os fenômenos que estão ocorrendo em Moçambique e os impactos nas vidas das mulheres de forma mais contundente. O depoimento a seguir registra isso:

Nós, por exemplo, em 2013 tivemos em São Paulo no Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres. Nós fizemos uma ação contra a Vale porque também têm mulheres sendo afetadas pelo projeto da Vale no Brasil e então juntas podemos fazer uma ação mais forte. Estar no Brasil, com apoio das brasileiras, e dizer: as mulheres moçambicanas não querem a Vale em Moçambique ou que não querem o ProSAVANA. No Brasil, no meio das companheiras do movimento brasileiro, nós conseguimos que as brasileiras tivessem o ProSAVANA e a Vale como uma pauta de luta. Mas tivemos também advocacia lá (Entrevista 09, abr.15).

Outro coletivo de mulheres, o Movimento Moçambicano das Mulheres (MMM) incentivado pela organização Mulher, Gênero e Desenvolvimento (MUGEDE) atua em diferentes províncias do país tendo como foco de atuação o empoderamento, a advocacia dos direitos das mulheres e a realização de projetos na área de agricultura e geração de renda no campo, tendo a questão de gênero como perspectiva transversal em temas relacionados ao desenvolvimento rural, meio ambiente e mudanças climáticas, por exemplo. A esse respeito o depoimento colhido (Entrevista 2, abr.2015) ajuda a clarear esse entendimento: “*se queremos que a vida da mulher mude, que é a pessoa que mais sofre, temos que mudar também a mentalidade do homem (...) temos que trazer todos para o paradigma da mudança*”.

A intensificação de uma agenda comum de luta e solidariedade com os movimentos sociais e organizações brasileiros é vista como benéfica para fortalecer a construção de uma ação social e política em nível internacional. Em alguns depoimentos é possível identificar uma avaliação positiva, à medida que esse vínculo estabelece um campo de aprendizagem sobre o fazer social. O acúmulo da experiência da sociedade brasileira na pressão e negociação com os diferentes agentes políticos é citado como referência.

Porém, atentam para a necessidade de considerar que esta relação se dá em níveis desiguais. Em uma entrevista, é feita uma relevante crítica sobre a forma como a sociedade civil do Brasil se coloca e que algumas organizações brasileiras, não todas, agem numa posição de superioridade, numa posição hegemônica, e querendo orientar o sentido das parcerias, os sentidos das articulações, o sentido das agendas (Entrevista 12, abr.2015). Essa mesma percepção se repara no que diz respeito à adoção de algumas expressões como

“agronegócio”, mais utilizada nos documentos oficiais e mobilizações dos movimentos e organizações brasileiras.

Ainda sobre as formas de organização dos movimentos sociais, a análise das entrevistas aponta para o uso das definições advocacia (muitas vezes na tradução em inglês) e *lobbies* para nomear suas ações, mesmo em grupos considerados mais críticos ou politizados. É interessante perceber como esses dois conceitos atravessam as diferentes narrativas. De certa maneira subprodutos da presença de um conjunto de instituições internacionais que operam no país, sejam essas vinculadas aos organismos internacionais de governança, ou a organizações não governamentais de caráter internacional.

Essas práticas encontram muito mais ressonância na lógica de atuação dos parceiros externos financiadores de projetos voltados ao fortalecimento da sociedade civil e à mobilização social em vários países em desenvolvimento, distanciando-se dos interesses e estratégias de luta da população local. Podemos ver em um depoimento a origem dessa contradição:

Se tu não reflete essa discussão e orientação nas suas propostas de financiamento que é um dos grandes 'condicionalismo' das suas ações tu não se beneficia dos recursos. (...) Esse é um dos 'condicionalismos' porque a nossa sociedade civil não se move por posições políticas formadas e fundamentadas. Move-se por algum sentido de ajuda mútua, algum sentido humano de dignidade, mas que se acredita concretizar dentro do que as propostas hegemônicas sugerem, e que pode fazer a disputa dentro desse marco hegemônico (Entrevista 12, abr. 2015).

Ao nível dos órgãos governamentais de gestão os participantes desse estudo sinalizam para um dilema em relação às estruturas existentes para a discussão, implantação e monitoramento das políticas de segurança alimentar e nutricional e defesa da soberania alimentar. A existência do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) é vista com grande criticidade.

As entrevistas sugerem que a baixa capacidade institucional do colegiado pode produzir efeitos políticos e práticos para implantação de políticas, programas e serviços. Citam, inicialmente, o percurso de sua criação e vinculação em diferentes Ministérios, até se atrelar atualmente ao Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar.

Os entrevistados acreditam que essa situação dificulta a sua autonomia e, sobretudo, a capacidade de produzir políticas e ações intersetoriais que envolvam diferentes áreas do governo. Para sanar essa fragilidade reconhecem a importância de vinculação do órgão ao

Gabinete do Primeiro Ministro ou mesmo ao Conselho de Ministros. Apontam também a pouca estrutura operacional e a falta de representatividade ao nível das províncias, o que favoreceria maior diálogo e interação para levantamento e incorporação das demandas locais nas políticas e programas.

Alguns deles não olvidam, contudo, que o SETSAN tem promovido articulação com algumas organizações da sociedade civil e da academia que possibilitam a produção de estudos e pesquisas que contribuem para a definição de diagnósticos. Esses recursos são vistos assim como pontos fortes para embasar a atuação da sociedade civil e aprimorar sua prática na elaboração de projetos de intervenção e, até mesmo, na captação de recursos.

Os depoimentos demonstram que apesar da sua natureza e temas relacionados à soberania alimentar, o colegiado não se dedicou a discutir amiúde os programas e projetos objetos da cooperação internacional com o Brasil, nem tampouco foram considerados para contribuir na elaboração dos documentos de referência dos acordos e convênios.

Apesar dos esforços empreendidos, os entrevistados evidenciam alguns limites e desafios para aprofundar a participação dos coletivos e organizações nos temas afetos à soberania alimentar. Consideram a necessidade de maior *“cometimento político ao longo prazo das organizações da sociedade civil e que esse cometimento venha, seria melhor incentivar o engajamento de outras partes que ainda possam não estar envolvidas na luta”* (Entrevista 1, abr. 2015).

Representantes das organizações da sociedade civil participantes desse estudo revelam que entre as estratégias de ação está a participação em articulações no âmbito internacional de modo a poder obter e partilhar informações, realizar o intercâmbio de experiências, e com isso pressionar o governo local para a adoção de medidas com a densidade das discussões feitas no cenário global. Neste sentido, foram citados o Painel de Mudanças Climáticas, que tem foro na cidade de Bruxelas, na Bélgica, e a Aliança Africana pelos Recursos Naturais, *The Nutrition Partners Forum*, por exemplo.

Da mesma forma, a atuação de diferentes organizações internacionais da sociedade civil e os organismos internacionais de governança também se faz sentir no fomento à mobilização da população das ONGs e redes em Moçambique, incentivando a criação de espaços para ação conjunta como se percebe na formação da Rede Mulher e Mudanças

Climáticas (Entrevista 2, abr. 2015) e a Plataforma de Segurança Alimentar e Nutricional (Entrevista 4, abr. 2015), esta última envolvendo diferentes membros nacionais e internacionais, inclusive a Universidade Politécnica de Moçambique, a Universidade de Michigan e a Universidade John Hopkins – especialmente o Departamento de Comunicação.

Ao analisarmos os limites e perspectivas de ampliação de uma ação mais direta da população nessas temáticas, as narrativas advertem que não é possível desprezar ainda os diferentes mecanismos repressivos, represálias e perseguição utilizados pelo governo em nível da Administração Central e das províncias. Observa-se que essa atitude ainda é a justificativa para a baixa participação da população e uma intervenção crítica no que se refere à aplicação dos recursos públicos, definição das prioridades, transparência do processo de elaboração das políticas e serviços de agricultura e alimentação, e a definição de parcerias e cooperação em nível internacional de modo a atender às demandas das comunidades.

Alguns outros depoimentos dizem respeito à baixa escolaridade e consciência crítica/política que dificulta as pessoas a fazerem parte das discussões e poderem se comprometer com o processo de tomada de decisões e acompanhamento das ações.

Quando indagados sobre processos de ação direta da população na forma de manifestações ou revoltas, como observadas nas cidades de Maputo e Matola, na Província de Maputo, no ano de 2010, quando se questionou a qualidade dos serviços públicos, os entrevistados apontam que é preciso considerar alguns aspectos para analisar esses fenômenos. Em certa medida entendem que houve uma disposição da população em agir em razão de uma insatisfação ou indignação sem o papel de uma liderança organizativa clara, mas alegam que esses fenômenos são pontuais e em certa medida podem se tornar muito violentos – alguns participantes narraram a morte de duas pessoas que protestavam.

Na área da alimentação e agricultura, foram citados dois fatos ocorridos em tempo recente que contribuem para pensar as potências agregadoras e de qualificação do debate político. Em Cateme, na província de Tete, cerca de 1.300 trabalhadores oleiros manifestaram-se contra o processo de reassentamento, questionando os valores das indenizações, a efetivação dos pagamentos e a qualidade das moradias concedidos pela empresa Vale às famílias. Criticavam também a localização para onde foram removidos, em lugares distantes de serviços de educação e saúde, por exemplo, e de baixa qualidade do solo

para produção e falta de acesso à água. Esse cenário vem impedindo as famílias a terem condições de vida digna e mesmo acesso à alimentação.

Os oleiros, trabalhadores nas fábricas de cerâmica, realizaram bloqueios nas ferrovias utilizadas pela empresa para transporte do carvão procurando dar visibilidade à agenda de reivindicações e conseguir negociar com a empresa. Os protestos foram reprimidos pela polícia para liberação da via com o uso de balas de borracha e gás lacrimogêneo³⁶.

Na província de Nampula, os depoimentos relataram a proibição de comercialização e fechamento das paradas de trens utilizadas pelos produtores há longo tempo no Corredor de Nacala, um mecanismo que permitia o escoamento da produção excedente das famílias, inclusive para as cidades. A concessionária Corredor de Desenvolvimento Norte (CDN), que tem como parte integrante a Vale, chegou a suspender a circulação de trens entre Nampula e Cuamba.

As medidas adotadas pelo governo provincial, a polícia e a empresa deixaram a população bastante insatisfeita e as reações ocorreram na forma de protestos, depredação dos equipamentos e colocação de obstáculos nas vias. O impasse, divulgado em âmbito nacional por diferentes veículos de comunicação, produziu um debate entre diferentes setores, expondo a fragilidade dos mecanismos de construção de políticas locais de abastecimento e comercialização da produção agrícola.

Os entrevistados consideram que essa participação direta da população de modo mais autônomo e horizontal no meio urbano em temas relativos à soberania alimentar ainda é incipiente devido a uma ausência de “cultura de cidadania”, bem como à falta de conhecimento sobre as ameaças e riscos relacionados à segurança alimentar e nutricional. Um entrevistado analisa: *“precisamos comunicar melhor e precisamos nos engajar mais com o meio urbano. E, acima de tudo, com alguns movimentos e organizações urbanas que se engajem nessas questões”* (Entrevista 11, abr. 2015).

³⁶ BBC Brasil. Polícia dispersa protesto contra a Vale em Moçambique. 17, abr. 2013. Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130416_mocambique_vale_mdb_jf. Último acesso em: fevereiro de 2016; DEUSCHTVELLE. Diálogo da Vale Moçambique com oleiros é alvo de críticas. 25, abr. 2013. Disponível em: <http://www.dw.com/pt/di%C3%A1logo-da-vale-mo%C3%A7ambique-com-oleiros-%C3%A9-alvo-de-cr%C3%ADticas/a-16773074>. Acesso em: Fev. 2016.

Em uma dimensão mais concreta visualiza-se o surgimento de iniciativas que procuram despertar os usuários (utentes, em Moçambique) para sair da passividade com a tentativa de criação de Coletivos de Utentes e a realização de atividades em Educação para a cidadania. Essas medidas, na opinião de um participante da pesquisa (Entrevista 8, abr. 2015), auxiliariam a romper com a lógica criada do Estado-providência, responsável por suprir todas as necessidades da população.

O estudo procurou conhecer a percepção dos movimentos moçambicanos sobre a cooperação brasileira. Para melhor compreensão deste fenômeno, os entrevistados declararam a necessidade de destacar também os investimentos das empresas brasileiras, e órgãos de fomento brasileiro às empresas brasileiras que operam em Moçambique.

Assim, discorreremos neste momento as considerações apresentadas em três temas específicos, a) atuação das empresas brasileiras, b) diferentes programas nas áreas afetas à segurança alimentar e nutricional, objeto de cooperação com Brasil, e c) Programa de Desenvolvimento Agrícola do Corredor de Nacala, conhecido como ProSAVANA.

Em relação à atuação das empresas brasileiras, os entrevistados assumem posições diferentes. Alguns informantes compreendem que a atuação do Brasil não difere de outros países que estão inseridos numa lógica de organização e expansão do capital em diferentes localidades, realização de *lobbies* e tráfico de influências, buscando maximizar os seus ganhos por meio da articulação com os governos locais e os setores da sociedade interessados na exploração dos recursos naturais e por meio da diminuição da capacidade do Estado em gerir e ofertar serviços públicos.

Outros participantes identificaram uma perspectiva mais negativa da atuação das empresas em virtude da facilidade linguística e proximidade cultural – que até poderia ser considerado um aspecto positivo, mas se traduz em aspectos mais subjetivos de dominação e opressão. Há ainda uma crítica à situação de falta de emprego e geração de renda que se apresenta como promessa da entrada das empresas no país - porém, o que se observa é pouca admissão da população moçambicana nas operações dessas transnacionais.

É evidenciado que há uma leniência do governo moçambicano e da legislação vigente, que deveria regular melhor os acordos para a atração e permanência das empresas no país, fiscalizando o cumprimento dos termos em que foram estabelecidos, por exemplo, o processo

de reassentamento e indenização pela remoção das famílias de suas terras que tais empresas passaram agora a explorar.

Alguns entrevistados alertam que o governo moçambicano deve considerar todas as dimensões e impactos na vida das pessoas com o deslocamento das famílias, como o estresse gerado para obtenção de vagas em escola, atendimento adequado nos serviços de saúde, garantia de assistência técnica para a produção e comercialização de alimentos, e condições para a manutenção dos diferentes ofícios que a população desenvolvia anteriormente – como o trabalho realizado nas empresas cerâmicas.

Aparecem, como pontos favoráveis, a intervenção das empresas quando essas se dedicam à realização de cursos de formação voltados à população local, incentivo a práticas locais da comunidade no sentido de seu favorecimento, a transferência de tecnologias para o país e a possibilidade de contratação dos moçambicanos, resultando no aumento da renda das pessoas e no incremento econômico de toda a base da sociedade.

Um entrevistado evoca a necessidade de atenção aos órgãos de financiamento das empresas brasileiras, neste caso o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Os dados referentes aos projetos contratados entre o banco e as empresas que atuam em Moçambique no período de abril de 2007 a abril de 2015 demonstram a natureza das intervenções e a localização em regiões consideradas estratégicas ao desenvolvimento e com impactos à SAN³⁷.

Já se observa também o surgimento de algumas empresas impulsionadas pelo lançamento e início da implantação do ProSAVANA, como é o caso de AGROMOZ – Agribusiness de Moçambique S/A, formada pelas empresas Américo Amorim (Portugal), Intelec (Moçambique) e Pinesso (Brasil). A empresa iniciou sua operação nas Províncias de Zambézia e Nampula cultivando as culturas de algodão, milho e soja. Neste sentido, os empreendimentos nas áreas de agricultura e segurança alimentar e nutricional ganham espaço na agenda das relações comerciais entre os dois países, por meio de ações promocionais de

³⁷Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/consulta_as_operacoes_exportacao/painel_consulta_pos_embarque_obras.html>. Acesso Jul. 2015.

instituições como a Câmara de Comércio Brasil-Moçambique, responsável pela divulgação de oportunidades no Brasil.³⁸

As entrevistas sugerem uma contradição da política externa brasileira. Inicialmente constatou-se uma incoerência da atuação do país na cessão de cooperação. É identificado um conjunto de políticas e ações brasileiras de combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil, que tem resultado na melhoria do acesso a alimentos, fortalecimento da agricultura familiar e diminuição da desigualdade social. Contudo, a abordagem do Brasil nos países parceiros receptores de cooperação é distinta, contribuindo para a disseminação de um modelo de desenvolvimento extrativista e predatório, em que os interesses econômicos estão a organizar os planos e estratégias de parceria. Relata-se sobremaneira que o papel da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tem sido favorecer as empresas brasileiras, notadamente para a produção de alimentos em Moçambique voltados à exportação.

O trecho a seguir contribui para elucidar as razões que tem motivado as relações entre os dois países:

Está evidente que a preocupação maior tem muito mais a ver com a questão econômica e é verdade que essa questão econômica encontra um eco dentro da sociedade moçambicana porque é uma sociedade que está a passar níveis de sofrimento e de pobreza tremendos e de certa formas as pessoas estão ávidas em poder ascender a uma situação de bem-estar (Entrevista 09, abr. 2015).

Outro entrevistado alega que “*é uma relação muito desastrosa porque o Brasil vem com uma maturidade, conhece os mercados mundiais, os corredores e tudo. E sabe jogar bem as coisas a seu favor*” (Entrevista 11, abr. 2015).

Quanto aos demais programas apoiados pelo Brasil, percebe-se um menor conhecimento sobre seus objetivos, alcance e impactos na melhoria das políticas e serviços de alimentação, agricultura e nutrição. Para os coletivos que atuam mais diretamente com a questão agrária, como a UNAC, o PAA – África em Moçambique, tem-se obtido resultados

³⁸ A Câmara de Comércio Brasil-Moçambique para dar visibilidade à temática apoiou o desfile da Escola de Samba Nenê da Vila Matilde de São Paulo, um dos Estados campeões do Agronegócio no Brasil. O samba enredo homenageou Moçambique, destacando a história e cultura, mas também os aspectos que colocam os motivos recentes dos investimentos estrangeiros. Trechos da canção como “trago um 'eldorado' de riquezas naturais, “hoje a savana renasce” ou “surge o 'leão da tecnologia', vejo um futuro promissor” evocam essa tendência.

mais satisfatórios pois se favorece o fortalecimento da agricultura familiar, a realização de compras institucionais e a produção de circuito virtuoso – atendendo a toda a cadeia produtiva. Destaca-se também o fato de a implantação do programa contar com um componente de participação comunitária na construção das ações e fortalecimento das organizações locais de produtores.

Um entrevistado questiona, no entanto, a viabilidade dessa iniciativa uma vez que ainda não está estabelecida como política pública do país, e apenas agora as autoridades moçambicanas começaram a se envolver na execução do programa realizado na província de Tete.

Da mesma forma, em outra entrevista, é possível verificar a preocupação da ampliação do projeto em outros territórios, como na Província de Nampula, considerando que essa medida pode gerar tensão, uma vez que ainda está muito recente a presença brasileira como apoiadora do programa ProSAVANA.

Observa-se que a ausência de uma maior transparência e comunicação sobre o conjunto dos programas e sobre o valor aportado pelo governo brasileiro para execução desses projetos cria uma sensação de menor relevância na agenda política e promoção da soberania alimentar em Moçambique. Em alguns momentos estes são considerados diminutos, pouco eficazes para a dimensão dos problemas enfrentados pelo país, ou bons à medida que não trazem inconvenientes no sentido da garantia de direitos como terra, água, e nem nos desequilíbrios ambientais.

Quanto ao banco de leite materno, parceria com a Fiocruz, uma entrevista sugere outra prioridade em relação à política materno-infantil, recomendando a atuação brasileira inicialmente nas questões que incidem sobre a qualidade da alimentação das mulheres gestantes e nutrízes, bem como os riscos que as doenças decorrentes da contaminação por uso de produtos químicos na produção de alimentos e na mineração podem acarretar.

A criança de zero a seis anos deve ser nutrida para ser um adulto com capacidade ou bem nutrido, mas aí estão a olhar o papel da mulher. Mas, mais do que produzir e dar o alimento à criança, ela precisa ser uma mulher nutrida. E qual o trabalho que o Brasil está a fazer no sentido que essa mulher antes da gestação ou durante a gestação tem que ser uma pessoa bem nutrida para poder gerar uma criança bem nutrida? (Entrevista 9, abr. 2015).

Essa posição, aparentemente consolidada, tem dificultado maior engajamento de atores sociais, principalmente daqueles que atuam nas áreas de políticas para as mulheres ou de nutrição no que se refere à busca de informações mais detalhadas sobre a iniciativa. Segundo os dados obtidos junto às autoridades brasileiras nas visitas técnicas, apesar das tratativas e do lançamento formal na presença de autoridades dos dois países, o cumprimento das metas do projeto encontra-se atrasado.

Registramos a seguir mais algumas percepções dos informantes-chave que auxiliam a compreensão sobre os programas em segurança alimentar e nutricional apoiados pelo Brasil em Moçambique, diferentemente da visão sobre o ProSAVANA.

Penso primeiro na questão da amplitude (...) mas era preciso mostrar aos outros companheiros que existe outro Brasil de alternativas o qual o nosso governo poderia se aliar. É assim que começamos a nos engajar nessa discussão e veja que nem mesmo o governo moçambicano estava integrado a essa discussão do PAA África e nós tivemos que fazer uma pressão para que estivesse. (...) é uma pauta que responde a discussão em torno da Soberania Alimentar, que também é uma questão muito incipiente, que muitas vezes está mais associada aos movimentos sociais de Moçambique, nesse caso seria a UNAC, o Fórum Mulher, a ADECCRO (Entrevista 11, abr. 2015).

A própria UNAC buscou ampliar essa agenda para a agenda das organizações da sociedade civil, mas aquilo que eu saiba tem tido alguns constrangimentos porque essas organizações muitas vezes não tomam essa agenda como sua, como relevante. Acreditam que essa agenda é mais dos camponeses, e não tem a ver com uma agenda dos direitos das mulheres, com os direitos humanos, ou com a questão ambiental. Então tem tido uma dificuldade... (Entrevista 12, abr. 2015).

Apenas conheço o de alimentação escolar. Há informação básica que eu tenho primeiro são identificadas as escolas e depois as melhorias de instrução das pessoas para a base nutricional deles. O que eu acho que é bom. Instruir as raparigas. Também porque consegue manter um número de raparigas na escola. (...) Os outros são honestos e o ProSAVANA não é honesto. Essa é a diferença. A sociedade civil passou a conhecer esses programas, mas o ProSAVANA já não. Indo mexer com a terra que é o grande bem que as comunidades locais dispõem (Entrevista 10, abr. 2015).

Ao mesmo tempo, questionam os pressupostos do ProSAVANA, acolhido em nível internacional por Organizações de Governança e o Banco Mundial, como parte de um modelo de desenvolvimento induzido por corredores de áreas produtivas, polos, ou outros recursos dinamizadores de uma região ou conjunto de espaços considerados vazios urbanos, ou mesmo degradados. E questiona-se a natureza da cooperação que se diz de ganhos múltiplos. Em grande medida os participantes sinalizam a produção de externalidades na região abrangida pelo programa, a adoção de práticas de cultivo não adequadas à realidade moçambicana e a introdução de uma dieta alimentar que não está referenciada nos hábitos e culturas locais.

Lamentam, ainda, a ausência do governo brasileiro nas discussões. Reiteram que as comunicações feitas ao governo brasileiro não tiveram o retorno desejado, e que em grande parte a resposta remetia-se à responsabilidade do governo recebedor da cooperação. Porém, mesmo as consultas feitas pela Sociedade Civil brasileira às autoridades também não obtiveram êxito.

No que se refere à atuação com o governo brasileiro, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é tido como importante instância de articulação e comprometimento, bastante em razão da atuação ativa e forte dos representantes da sociedade civil integrantes do colegiado, com quem mantêm relações e intercâmbio de experiências e informações.

Registramos algumas observações referentes ao procedimento para apresentação do documento “Versão Zero” do Plano Diretor. O chamamento foi feito pelo Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar por meio de publicação em jornal de âmbito nacional e de algumas rádios (comerciais e comunitárias). Os encontros aconteceram nas Sedes dos Distritos e Postos Administrativos, localizados nas Províncias de Zambézia, Nampula e Niassa. Nota-se que o governo brasileiro não se fez presente nesta dinâmica de participação social.

As sessões ocorreram em simultâneo em três Províncias e nos distritos³⁹. Essa medida dificultou o acompanhamento das diferentes sessões pelas organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e outras interessadas nessa temática. Mosca e Bruna (2015) reforçam informações coletadas em nossas entrevistas sobre o processo de participação da comunidade que tem sido levado a cabo pelo governo moçambicano. É citada a dificuldade de acesso à informação, pouca transparência na metodologia de consulta e construção do Plano Diretor do ProSAVANA e pouca clareza sobre os mecanismos de acompanhamento e controle social. Sobre os encontros para auscultação (expressão menos usual na dinâmica administrativa/gerencial no Brasil), os autores confirmam episódios em que as autoridades locais assediaram as comunidades e representantes dos camponeses, sugerindo a concordância com o programa sob ameaça de retaliações. Assinalam, ainda, a desigualdade de condições dos diferentes atores nas sessões realizadas.

³⁹

As reuniões transcorreram entre os dias 20 a 29 de abril de 2015.

Ponderações levantadas pela população nas reuniões de Auscultação sobre o Plano Diretor do ProSAVANA (Versão Zero)

- As pessoas presentes indagaram sobre a cooperação com o Brasil e o Japão. Por que esses países? Quais são suas contribuições e benefícios? Alguns posicionamentos revelam o receio de perda da terra dos produtores e comunidades, exploração dos recursos pelos “investidores” brasileiros e japoneses e, ainda, como será a continuidade do Programa após a conclusão da Cooperação Tripartite em 2030;

- A experiência realizada pelos governos do Brasil e do Japão na década de 1970/80 no âmbito do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados Brasileiros (PRODECER) é mencionada como tendo sido referência para o ProSAVANA. É mencionado pelos representantes das associações dos camponeses e da sociedade civil o temor deste modelo orientado para o mercado e produção em grande escala sem considerar as comunidades camponesas e os impactos ambientais;

- A audiência recomenda a suspensão do Programa ProSAVANA até a elaboração do estudo pormenorizado de impacto ambiental do Programa;

- Há uma dúvida persistente sobre os resultados e impactos nos territórios abrangidos pelo programa até o momento, ou seja, as técnicas objeto de investigação, os investimentos realizados, situação das terras dos produtores e das comunidades, ameaças à saúde das pessoas pelo uso de produtos químicos, entre outros. E mais, o porquê da demora de aproximadamente 05 anos para apresentação da versão zero. Nesse sentido, representantes de organizações da Sociedade Civil apontam as mudanças ocorridas no documento que foi objeto de discussões públicas anteriores junto ao Governo de Moçambique;

- As pessoas presentes de forma recorrente nas diferentes localidades buscaram esclarecer temas relativos ao direito à terra: perda das terras, mecanismos para fornecimento de certificado de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), aspectos sobre gratuidade ou pagamento do fornecimento da declaração, divulgação da Lei da Terra, acesso à água;

- Outra dúvida recorrente diz respeito ao financiamento agrícola como a fonte de origem, quantidade, formas de concessão e pagamento; disponibilidade de maquinaria (tratores, moageiras, etc.); quais são os riscos dos contratos de trabalho, se haverá medida para garantia de preço justo aos produtores. Foi enfatizada a necessidade de focar prioritariamente no pequeno produtor, no camponês, de modo a garantir a melhoria das suas condições de vida e a cultura local;

- As pessoas presentes demonstraram também preocupação sobre a abrangência do Programa em apenas alguns distritos, que integram o Corredor de Desenvolvimento de Nacala, e não em toda a região de savana na região norte do país. Perdura a dúvida sobre a extensão e a quantidade de área que será contemplada, qual prioridade será dada às culturas de rendimentos e às de subsistência a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias;

- Outros temas de interesse dos produtores presentes: como ocorrerá o acesso às sementes de qualidade, a existência de projetos de irrigação, e os serviços públicos de extensão rural conforme a necessidade e o perfil de cada produtor; riscos do uso de agrotóxicos;

- Os participantes chamam atenção às questões relativas à infraestrutura social para garantia dos direitos das comunidades como acesso à saúde, educação, outras formas de geração de renda, etc. Criticam a perspectiva de melhoria desses serviços públicos em decorrência de contrapartida social dos investidores na região. Acreditam que essa dinâmica, defendida por organismos internacionais como o Banco Mundial, e previsto em legislação vigente no país, o Princípio do Investimento Agrário Responsável (PIAR), leva a uma falta de comprometimento do governo moçambicano em assegurar os direitos fundamentais para uma vida plena e digna;

- É relatada a existência de aproximadamente 5.225 associações de camponeses identificadas naquela região. Assim, foi recomendado fortalecer os coletivos já existentes, principalmente no sentido de assegurar a efetivação de mecanismos de acompanhamento e monitoramento do Programa em nível local.

Uma expressão bastante enfatizada pelos representantes do poder público sobre o ProSAVANA nas sessões acompanhadas durante a visita técnica foi que “trata-se de um Programa do Governo de Moçambique para os moçambicanos”. Nessa perspectiva, a cooperação com o Brasil e Japão foi justificada pela oportunidade de construir uma ação capaz de aumentar a produtividade de Moçambique e a competitividade dos produtores locais. A parceria foi tratada como uma cooperação estratégica para o desenvolvimento de Moçambique não havendo razões específicas *per se*, sendo comparada ao apoio recebido de quaisquer outros países. Como exemplo, foi relatada a existência de outras iniciativas na região sul de Moçambique, o ProSul, e na região central, no Vale do Rio Zambeze.

FIGURA 3 - Auscultação em Posto Administrativo de Namaita, Nampula.

FIGURA 4 - Auscultação no Distrito de Rapale, Nampula.

FIGURA 5 – Auscultação no Posto Administrativo de Corrane, Nampula.

FIGURA 6 - Auscultação no Posto Administrativo de Corrane, Nampula.

Capítulo V: Discussão: vozes, práticas sociais e seus sentidos

5.1 Ação coletiva e alimentação no contexto internacional

A crise da estrutura e função do Estado está entre as principais mudanças no final do século XX. O processo acentuado de globalização e os ajustes estruturais de caráter neoliberal enfraqueceram a adoção de políticas de Estado para assegurar direitos. Neste cenário o estabelecimento de parâmetros de eficiência e métodos de gestão da coisa pública por terceiros, na opinião de defensores do Estado mínimo, favoreceria a diminuição dos gastos públicos e maior dinâmica ao poder público.

Esta visão preconiza a transferir para a iniciativa privada desde a exploração dos recursos naturais, a privatização ou concessão de infraestrutura (rodovias, portos, aeroportos) e serviços públicos nos diferentes campos da vida como saúde, cultura, educação, assistência social e até mesmo o setor da agricultura, que se volta para uma maior racionalização dos ganhos. Esses fenômenos estão evidenciados na ideologia neoliberal por meio da “reforma do Estado, desestatização da economia, privatização das empresas produtivas e lucrativas governamentais, abertura de mercados, redução de encargos sociais relativos aos assalariados por parte do poder público e das empresas ou corporações privadas, informatização dos processos decisórios, produtivos, de comercialização e outros” (IANNI, 2004, p. 217).

O papel que restaria ao Estado, nesta concepção, é criar as condições para a acumulação e reprodução do capital, assegurando a efetiva aplicação da lei e estabilidade econômica de modo que seja possível investir nos países, atraindo negócios estrangeiros por meio da confiança do mercado e da opinião pública. Na visão de Mascaro (2013, p.106) “o poder do capital, majorando-se no plano internacional, altera a soberania efetiva e as funções dos Estados Nacionais” que imprime novas dinâmicas nas relações sociais e conflitos de interesse ao nível nacional, bem como formas desiguais e hierarquizadas de Estados e territórios no plano internacional.

Nesta lógica, vários países que haviam experimentado um processo de libertação do colonialismo, adotando uma orientação socialista, viram-se, após períodos de conflitos internos e crises econômicas, abrindo progressivamente seu mercado para esta política econômica de caráter liberalizante. Dito dessa forma parece até mesmo um determinismo, uma mônada; todavia é necessário considerar a longa pressão sofrida pelos países

considerados do Terceiro Mundo do continente africano, América Latina e Caribe e da Ásia, no cenário internacional.

Havia também a dificuldade de acumular forças para negociar de forma autônoma e soberana nas instâncias de pactuação e concertação sobre a economia mundial como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que ao longo dos anos de 1980 e 1990, notadamente, foram responsáveis por definir – ao sabor e interesse dos Estados Unidos da América e da Europa – os procedimentos para ajustes macroeconômicos. Ianni (2004, p. 226) caracteriza esses ajustes como uma “guerra civil difusa, latente ou aberta, visível ou invisível”.

Era um profundo ciclo vicioso que deixava esses países cada vez mais dependentes. Vivendo grave situação econômica, estados críticos da realidade socioeconômica e de saúde, os governos adotaram medidas na expectativa de que essas favoreceriam o crescimento econômico e desenvolvimento social. Uma vara de condão: novas subvenções econômicas – leia-se agravamento da dívida – estavam condicionadas à implantação de procedimentos orientados à melhoria da governança e ao estabelecimento de ações para fortalecimento da democracia.

Marco Aurélio Nogueira (2011) diz que a reforma do Estado, como defendida desde o Consenso de Washington, foi perdendo força em parcela de seus defensores aos constatarem a dificuldade em reorganizá-lo focando na “obtenção de ganhos fiscais, contenção de despesas e enxugamento administrativo” (2011, p. 89). Mesmo sendo genuíno esse *mea culpa*, a essa altura a desgraça já estava feita: os procedimentos preconizados, ao revés, resultaram em aprofundamento da desigualdade e concentração de renda em nível global; a quantidade de pessoas com fome encontra patamares avassaladores (sucessivas crises alimentares revelam que o problema é crônico) e a deterioração do meio ambiente continua progressivamente.

No caso de formação dos Estados nacionais na África pós-colonial é preciso considerar a ascensão ao poder de uma elite política de caráter centralizador, que procurou orientar o processo de inserção desses países no cenário internacional de forma dependente das grandes potências e do modelo econômico vigente. Nzongola-Ntalaja (2011, p.125) constata que “o movimento democrático atual na África é um protesto social contra o fracasso do Estado pós-colonial de viver segundo as expectativas do povo em relação à independência, incluindo a satisfação das necessidades básicas do ser humano”.

Os resultados desta pesquisa contribuem para elucidar os movimentos sociais nas áreas relacionadas à alimentação no tempo presente, no contexto das relações internacionais. Os movimentos sociais constituem forças importantes nas diferentes sociedades. Apontam para o contraditório, ensejando alterar a estrutura societal que produz a exclusão e injustiça social. Podemos verificar que a sua presença na arena política almeja colocar em cena os sujeitos sociais favorecendo o debate político das situações e condições de vida, a luta por direitos e a construção de laços de solidariedade (SHERER-WARREN, 1993; MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

Quevedo (2007, p. 29) sistematiza que o “movimento social é um fenômeno coletivo com organização estruturada e identificada, com finalidade específica de arregimentar certo número de pessoas, que decidem coletivamente mudar, alterar uma situação de injustiça social”. A caracterização desses grupos sociais não fica, assim, limitada à sua institucionalidade, havendo ou não uma personalidade jurídica própria.

Frente às profundas transformações na contemporaneidade precisamos revisitar quem são esses sujeitos que atuam de modo transnacional e que se ocupam de temas relacionados à alimentação e agricultura. A análise sobre estes fenômenos é amparada no arcabouço teórico que enfoca os estudos sobre movimentos socioterritoriais. Essa matriz enfatiza a preponderância do papel do campesinato nas lutas e resistências, as questões relacionadas à terra como a Reforma Agrária, e uma forte crítica à agricultura moderna pautada pelos interesses do capital, bem como à política atravessada pelo *lobby* das grandes corporações da agroindústria e produtores/investidores rurais.

Quais seriam os desafios para a participação social engendrados a partir da experiência de independência, guerras e governo centralizador em Moçambique? A história e formação social de Moçambique repercutem na lógica e organização das práticas sociais existentes na área da alimentação e agricultura.

Os tensionamentos político-ideológicos a partir das posições de grupos capitaneados pelos partidos como Frelimo e Renamo repercutem sobre a atuação da população, uma vez que essas forças se distribuem pelo território, influenciando a ação coletiva sobre temas de interesse e impacto na vida da população. Expressões recolhidas nos depoimentos como “*que seja de fato um processo de participação genuína*”, “*os moçambicanos estavam desinformados*”, “*medo sobre possíveis represálias ou perseguições*” e “*a nossa sociedade*

civil não se move por posições políticas formadas e fundamentadas”, sugerem uma percepção ainda frágil da participação e controle social.

Nota-se que emerge um crescente e diversificado movimento no meio urbano em favor de uma alimentação mais saudável que indaga a origem dos alimentos, o processo de pauperização dos agricultores familiares, a lógica de ocupação do espaço e sobretudo os impactos do consumo alimentar no estado de saúde da população urbana. Estes coletivos envolvem os consumidores, ativistas, artistas, pesquisadores, profissionais liberais, etc. Expressões como “a revolução pelos garfos”, “alimentação e consciência”, “alimentação e poder” ajudam a criar um *mote motive* para agregar pessoas interessadas em transformar o mundo começando inicialmente por novas atitudes mais conscientes e responsáveis e, em seguida, reunindo mais e mais pessoas em causas que criam impactos em escala mundial.

Se o processo de globalização econômica projeta uma ameaça aos mercados locais, a busca pelo reforço às identidades culturais traz força para as mobilizações a respeito da temática alimentar. Como bem posicionado por Câmara Cascudo “a manutenção usual dos alimentos regionais é um elemento poderoso de defesa coletiva, no sentido psicológico, mantendo como uma ‘permanente’ as características da nutrição popular” (2004, p. 381).

Denunciar as causas e mecanismos que levam à fome e má nutrição por meio do aperfeiçoamento da lógica e operacionalização do sistema agroalimentar atual torna-se exitoso à medida que as pessoas conseguem observar e sentir as ameaças aos patrimônios e recursos naturais, a perda de referências socioculturais transmitidas por gerações e, sem dúvida, os riscos a uma vida saudável e equilibrada.

Em Moçambique, os movimentos e grupos que atuam nas temáticas em SAN evocam a preponderância de uma perspectiva de classe social, o campesinato. É importante frisar que não se trata apenas de uma dimensão relativa ao lugar social que os camponeses assumem no sistema e relações de produção, mas toda uma dinâmica que envolve cultura, identidade e consciência de sua classe social, na perspectiva de reivindicar os direitos dos trabalhadores rurais.

As iniciativas naquele país que assumem de forma mais orgânica a noção de soberania alimentar como bandeira de luta estão mais associadas à UNAC e à Via Campesina, que na “rejeição explícita do modelo neoliberal de desenvolvimento rural, uma recusa contundente de serem excluídos da política de desenvolvimento agrícola e uma firme determinação de

trabalharemos juntas para garantir poder a uma voz camponesa e estabelecer um modelo alternativo de agricultura” (DESMARAIS, 2013, p. 150).

Esse modelo alternativo de produção e relações de consumo propõe a superação do antagonismo entre homem e natureza, da mesma forma que sinaliza para uma possível articulação das lutas de classe e a luta em defesa do meio ambiente. Marx, ao discorrer sobre as sociedades pré-capitalistas, constata que o processo de separação entre a cidade e o campo vem acompanhado de um apartamento do capital e a propriedade territorial, como mecanismo para o desenvolvimento do capital (1964). Em Moçambique, sendo a terra uma propriedade do Estado e seu uso em grande medida comunal, ainda hodiernamente, isso poderia representar, em nossa análise, uma perspectiva de resistência anticapitalista frente à especulação do capital em todo o globo pela ampliação das fronteiras agrícolas e exploração a baixo custo das terras.

Em nossa opinião o trabalho cooperativado ou associativo, diferentemente da forma assalariada que caracteriza o capitalismo, guarda a potência de manter o equilíbrio ecológico e formas de sociabilidade mais justas e solidárias. A produção, com base coletiva, favorecerá assim a dicotomia capital e trabalho, liberando os trabalhadores da exploração dos proprietários dos meios de produção (CAMPOS, 2014, n.77: 102-106). No entanto, a consolidação de um ordenamento jurídico em Moçambique com base no Estado de Direito criou formas concorrentes de produção com base na livre iniciativa do trabalho. A formação social e econômica ganha complexidade ao incorporar dispositivos estruturais contraditórios.

A Constituição da República de Moçambique, aprovada em 2004, no artigo 45 trata dos deveres para a comunidade, abordando a necessidade de o cidadão dispor sua capacidade ao serviço da comunidade, bem como zelar pela saúde pública, meio ambiente e as finanças públicas. O artigo 46, por sua vez, versa sobre os deveres para com o Estado quanto à defesa e cumprimento da legislação vigente. Artigo 84 (Direito ao trabalho): 1. O trabalho constitui direito e dever de cada cidadão. (...) Artigo 99 (Sectores de propriedade dos meios de produção): 1. A economia nacional garante a coexistência de três sectores de propriedade dos meios de produção. 2. O sector público é constituído pelos meios de produção cuja propriedade e gestão pertence ao Estado ou a outras entidades públicas. 3. O sector privado é constituído pelos meios de produção cuja propriedade ou gestão pertence a pessoas singulares ou coletivas privadas, sem prejuízo do disposto no número seguinte. 4. O sector cooperativo e social compreende especificamente: a) os meios de produção comunitários, possuídos e

geridos por comunidades locais; b) os meios de produção destinados à exploração coletiva por trabalhadores; c) os meios de produção possuídos e geridos por pessoas coletivas, sem caráter lucrativo, que tenham como principal objetivo a solidariedade social, designadamente entidades de natureza mutualista.

O campesinato teve muita relevância na estratégia do Estado moçambicano após a independência. Guiado por uma orientação política denominada leninista-marxista a produção é assumida por Samora Machel e pela Frelimo como uma condição para a autossuficiência e autonomia, e também a independência do país em relação às grandes potências que se polarizavam durante a Guerra Fria.

Se por uma frente resolvia-se a necessidade de ampliar a presença do governo no interior do país, mantendo viva a perspectiva de novos paradigmas revolucionários, não se lidou bem naquele período com a forma de organização, as práticas sociais e os saberes tradicionais existentes.

Isso fez com que as organizações tendessem a reproduzir em sua estrutura o autoritarismo e verticalidade da dominação colonial. As consequências funestas destas características foram as ausências de uma cultura e uma prática política marcadas por eleições democráticas, pelo pluripartidarismo e o livre contraste dos grupos de interesse (LOPES e ARNAUT, 2008, p.85).

A transição para um Estado de direito foi seguida por uma visão hierárquica e centralizada do governo comandada pela Frelimo em nome do “homem novo” e do “país novo”. Os conflitos, em decorrência desse processo, trouxeram muitas violações de direitos, impactos para a construção de infraestrutura e serviços públicos de qualidade para a população, e especialmente para o exercício democrático da participação social.

Um Estado em profunda mutação da libertação política à abertura econômica de caráter capitalista e neoliberal. As medidas defendidas pelos organismos internacionais de governança e os bancos de empréstimos estabeleciam diretrizes claras sobre a diminuição da influência do Estado no mercado, e a indução de processos internos para o desenvolvimento e crescimento econômico por meio de investimentos estrangeiros e a exploração dos recursos naturais. Desde o aceite do ajuste estrutural na década de 1990 o país tem um incremento significativo dos apoios externos. “A ajuda externa era de um terço de empréstimos bonificados e dois terços em donativos” (HANLON, 1997).

Por um lado, a luta anticolonialista favoreceu uma aglutinação da população para o enfretamento da dominação. Por outro lado, a abertura econômica trouxe uma profusão de

análises e modos muito mais complexos de estruturação do sistema de produção e relações de consumo. O desenvolvimento como valor de troca distancia as pessoas dos saberes considerados mais tradicionais e a orientação voltada ao crescimento econômico passa a guiar a gestão pública e a iniciativa privada. O valor de mercado, assim, passa a pautar os direitos e a cidadania.

Aspectos relacionados à baixa escolarização foram apontados em alguns depoimentos como justificativa para o baixo envolvimento e compreensão da população sobre os assuntos em debate e as posições políticas. É evidente que com melhor formação e um conhecimento acadêmico sistematizado pode-se ampliar o repertório e referências dos indivíduos, porém temos dados bastante explorados pela literatura que reúnem relatos e teorias sobre a formação de cognições e saberes construídos ao longo da experiência de luta/ação social. Ou seja, a atuação social é *per se* pedagógica.

Observamos a tentativa de ampliar este enfoque. Pode-se considerar que a ROSA, como apontado nos capítulos anteriores, cumpre muito mais uma forma de organização que tem procurado reunir diferentes movimentos e organizações sociais para discutir e atuar conjuntamente, potencializando os esforços em relação aos assuntos que impactam na garantia da alimentação adequada e um ambiente equilibrado (ROSA, 2013). Pudemos perceber que a sua criação foi bastante animada pelo debate internacional e a disposição de determinados atores locais em impulsionar esta ação política. Todavia, os objetivos, a visão e as posturas de seus integrantes têm levado a uma instabilidade e inconsistência deste ambiente de articulação e mobilização social. Avançaremos sobre esse aspecto mais à frente.

Diferentes sujeitos históricos sinalizam a necessidade de se assumir uma mudança que passa, por exemplo, pela superação da exclusão como mecanismo de assegurar direitos. Desta forma, é imprescindível estudarmos a situação das mulheres e a questão de gênero para compreendermos como o movimento feminista também está assumindo a discussão da alimentação.

Um dos elementos da desigualdade está relacionado à fragilidade da participação na arena política, caracterizado por um fenômeno de marginalização. De acordo com CASIMIRO (2004) vem sendo quebrada a percepção em África de uma certa neutralidade nas relações entre homens e mulheres, demonstrando as desigualdades nas esferas sociais, econômicas e políticas.

Para pensar novas formas de atuação sociopolítica no campo da alimentação e nutrição tem se ampliado o diálogo com outros segmentos sociais. A experiência em Moçambique de um ativismo oriundo dos usuários de serviços públicos, notadamente das áreas urbanas, tem jogado luz a outra dimensão das lutas sociais. Uma abordagem que promana de maior compreensão da lógica em que se organiza a Administração Pública e a exigibilidade de direitos. Estes grupos e coletivos, mesmo que possuam uma base legal para seu funcionamento, adquirem uma forma plural e dinâmica de organização. Presentes em diferentes arenas de debates e atuação direta como o Fórum Social Mundial e outras instâncias antiglobalização capitalista, adotam uma presença ativa no ambiente virtual, ao mesmo tempo em que mantêm vínculos ativos com suas comunidades, compreendendo e sendo solidários às necessidades da população.

A atuação em favor de um transporte público de qualidade, por exemplo, conseguiu dar maior visibilidade a esta questão. O aumento das tarifas dos chapas⁴⁰ aprofundou a insatisfação pelos serviços oferecidos na região da grande Maputo, na Província de Maputo. Pode-se observar a percepção de que a consolidação de uma rede de mobilidade e logística inteligente e eficiente favorece a prática de uma alimentação saudável e adequada, seja pela maior facilidade de locomoção dos trabalhadores da sua moradia ao local de trabalho, ampliando o tempo livre para a convivência familiar, seja pela disponibilização de infraestrutura no sentido de criar sistemas locais de segurança alimentar e nutricional, corrigindo os efeitos negativos que o processo de urbanização crescente vem revelando como a dificuldade de abastecimento e o adensamento populacional em áreas anteriormente utilizadas para o cultivo e mesmo em florestas.

São sociedades sobrevivendo regra geral de pequenos e múltiplos esquemas de sobrevivência. Mais do que conceberem os problemas que enfrentam, os seus moradores sofrem-nos. O seu poder sobre o presente é mínimo e incerto, logo o futuro é um constante ponto de interrogação. Não é a revolução que os movimenta, mas – com mentalidade anárquica do comércio informal – o protesto sensitivo e imediato contra uma situação plural que sentem oprimi-los diariamente (SERRA, 2012, p. 107).

Chama-nos atenção, no entanto, a incipiente preocupação e atuação em favor da democratização da comunicação. É sabido o quanto a disputa pela informação produz comportamentos sociais diversos e mesmo hábitos de consumo nefastos, notadamente de

⁴⁰ Veículos privados utilizados no transporte de passageiros seja em nível municipal e intermunicipal, semelhantes às *vans* (utilitários produzidos em sua grande maioria por montadoras asiáticas) utilizadas no Brasil e alguns países da América Latina.

alimentação. Mesmo com o fortalecimento de iniciativas relacionadas à disseminação das rádios de caráter comunitário, não é claramente identificada essa associação e interdependência. É evidente que alguns coletivos fazem uso dos meios de comunicação (em Moçambique chamado de mídias) como estratégia de difundir e dar ciência de suas posições. Não há, contudo, uma maior densidade em desenvolver em sua agenda política o direto à comunicação com maior centralidade e enfrentamento do modelo agroalimentar ainda hoje hegemônico.

Nesse vácuo ganham espaço as ações de *marketing* das corporações agroalimentares nacionais e internacionais como forma de massificar a noção de alimentos mais acessíveis e práticos para o dia a dia em rápida transformação da sociedade moçambicana e global, mesmo quando se trata de produtos específicos como os preparados voltados para a suplementação nutricional. Foi o que pudemos observar na Entrevista 04 (abr. 2015), quando se aborda a estratégia de empresas transnacionais como a suíça Nestlé que fornece sachês de micronutrientes para reforçar as papas oferecidas às crianças na primeira infância. Esses produtos são fornecidos pelo prazo de até 06 (seis) meses com o conhecimento do serviço sanitário local, mas findado este período passa-se a comercializar tal insumo, caracterizando-se nitidamente em uma ação promocional revestida de caráter humanitário ou solidário.

Esse aspecto é fundamental se estamos tratando de soberania alimentar como direito de cada povo produzir e consumir com base em suas referências culturais e da biodiversidade local. Neste momento devemos tratar da intensificação da emissão de mensagens relativas a práticas alimentares e produtos característicos notadamente do Ocidente por meio de obras veiculadas pelos canais de televisão como novelas, séries e minisséries, programas de entretenimentos e mesmo aqueles de caráter jornalísticos.

No que se refere ao Brasil, pode-se observar que a população moçambicana mantém uma boa aceitação da audiência de suas obras produzidas por emissoras como Rede Globo, Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e Rede Record, esta última possuindo uma emissora em Moçambique, a TV Miramar⁴¹, que detém um dos maiores níveis de audiência. Apesar de parecer mera curiosidade, esses programas televisivos – salvo exceções, muitas vezes de caráter contratual ou dificuldade de edição em tempo tão curto – mantêm os anúncios em caráter de *merchandising*, tendo como foco a alimentação, ou ligados às rotinas cotidianas e

⁴¹ Ver <www.miramar.com.mz>.

domésticas. Hoje em dia, ao produzir e transmitir uma mensagem nos maiores grupos de comunicação brasileiros essa repercutirá rapidamente em muitos países, especialmente aqueles de língua portuguesa e hispânica, que consomem esses programas quase em tempo real.

Podemos afirmar que ainda existem poucos estudos sobre esses intercâmbios de informações e o papel dos meios de comunicação e seus reflexos na alimentação em Moçambique, mas é de todo modo um campo muito fértil de análise. Da mesma forma, temos percebido poucas discussões nas emissoras brasileiras sobre a cooperação brasileira nas áreas relacionadas à segurança alimentar e nutricional, papel que tem cabido muito mais à imprensa escrita⁴². Na maior parte das vezes a abordagem tem sido em relação à política externa brasileira questionar o caráter exploratório das iniciativas, o favorecimento de empresários brasileiros alinhados com os governos cooperantes, ou mesmo, em relação às denúncias de possíveis irregularidades nas relações entre as nações como a troca de influências.

5.2 Alimentação e lutas sociais em Moçambique

Pode-se registrar a acentuação da tendência de incorporação de uma agenda econômica neoliberal em Moçambique com a eleição em 2004 do Presidente Armando Guebuza (SHANKLAND E GONÇALVES, 2016), que construiu sua carreira no setor empresarial. Sua visão objetivou favorecer a entrada de investimentos estrangeiros no país e maior facilidade para tramitação de acordos no âmbito do Conselho de Ministros. Por outro lado, as evidências mostram uma maior pressão junto às comunidades durante o processo de consultas públicas, pouca transparência sobre os projetos em discussão e construção de pactos para cessão e exploração de áreas de uso comunal com grande potencial para a agricultura e existência de recursos minerais como carvão e gás.

A análise das entrevistas permite afirmar, de acordo com a tabela, os principais assuntos que ocupam a agenda dos movimentos e organizações sociais em Moçambique conforme o seu grau de incidência nos depoimentos recolhidos.

⁴² O Jornal Folha de São Paulo, por exemplo, em diferentes edições desde 2009 tem abordado aspectos sobre a atuação do Brasil neste campo.

Tabela 09 - Incidência dos temas na agenda dos movimentos e organizações sociais

Temas	Incidências
Acesso à informação
Direito à terra
Mudanças climáticas
Nutrição
Participação Social
Produção de alimentos com base sustentável (sementes crioulas, combate ao uso de agrotóxicos, etc.)
Relações de gênero

Elaboração: André Luzzi de Campos, 2016.

Buscando uma inserção mundial e o apoio internacional, Moçambique vem se comprometendo com os documentos e/ou referências internacionais que abordam temas relativos à melhoria da proteção social e qualidade de vida da população e, mesmo, a revisão de legislação que possa prejudicar a chegada de novos investidores. Neste sentido, como um exemplo, produziu uma Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional e criou um Programa para Erradicação da Pobreza, e aplica-se a elaborar Programas e Planos para o desenvolvimento da agricultura e do meio rural, para citarmos apenas algumas referências nas áreas envolvidas em nosso estudo.

A constituição federal de Moçambique consagrou a agricultura como base para o desenvolvimento do país. Essa visão não se diferencia de todo processo de afirmação dos países independentes, Estados-nação recém-criados. “As diversas medidas de política agrícola concebidas pelas autoridades africanas e pelas instituições internacionais, no sentido de melhorar a agricultura e o bem-estar da população rural, são motivadas pela preocupação em

exercer um controle sobre a produtividade dos camponeses e em permitir a comercialização dos seus excedentes por potentes grupos e organismos privilegiados, públicos e privados” (HEYER et al, 1981, p. 412).

É importante considerar a intensificação de um fluxo dos países e corporações transnacionais para a o continente africano no intuito de ampliar suas fronteiras agrícolas para a produção de alimentos visando à alimentação humana ou geração de energia (biocombustíveis).

Da mesma maneira, pode-se observar na construção das políticas de alimentação e agricultura, e desenvolvimento rural, uma forte influência dos organismos de governança e agências de cooperação. Uma forte diversificação de instrumentos legais é criada para orientar as ações do governo e, com isso, sinalizar para os parceiros externos.

TABELA 10 – Planos, Programas e Estratégias na área da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Item	Iniciativa	Apresentação	Características	Período
1	Programa de Emergência de Sementes e Utensílios - PESU	Fundo composto por diferentes doadores internacionais e assistência técnica prestada ao Ministério de Agricultura		
2	Estratégia Alternativa de Desenvolvimento Agrário	Elaborado através do financiamento pela Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI), com a participação de representantes do Ministério da Agricultura e pesquisadores do Centro Internacional de Desenvolvimento Rural da Universidade de Ciências Agrárias de Uppsala	Ênfase ao setor camponês e deslocados de guerra; distribuição e segurança da posse de terra; priorização da produção alimentar; intervenção do Estado na alocação dos recursos em áreas estruturais prioritárias.	1990

3	Política Agrária e Respectivas estratégias de Intervenção	Instituída por meio da Resolução nº 11/95.	Objetivos do Desenvolvimento do país: Segurança alimentar, desenvolvimento econômico sustentável, redução de taxas de desemprego e redução dos níveis de pobreza. Objetivos do desenvolvimento da agricultura: promover um setor agrário de subsistência que contribua com excedentes para o mercado e formação de um setor empresarial eficiente e participativo.	1995
4	Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário - PROAGRI I e II	Cooperação de apoio ao orçamento de Estado no setor agrícola	Com base no Plano de Ação para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), favorecer a economia de mercado; descentralização, coordenação da ajuda, maior racionalização da agricultura; redução da pobreza, por meio da segurança alimentar e melhoria da renda das famílias.	PROAGRI I – 1998/2014; PROAGRI II – 2006/2010
5	Estratégia de Desenvolvimento Rural	Documento construído com base no material “Abordagem de Desenvolvimento Rural” aprovado pelo Conselho de Ministros em 2000.	Objetivos gerais: Competitividade, produtividade e acumulação de Riqueza; Gestão produtiva sustentável dos recursos naturais e do ambiente; Diversificação e eficiência do capital social, de infraestruturas e institucional; Expansão do capital humano,	2007

			<p>inovação e tecnologia;</p> <p>Boa governança e planejamento para o mercado</p>	
6	Revolução Verde Moçambicana	No bojo das discussões em nível internacional em relação à crise dos preços de cereais, combustíveis e fertilizantes.	Foco no aumento da proteção e produtividade com vistas a incrementar a exportação e fornecimento de matéria-prima para a indústria.	2007/2008
7	Programa de Apoio à Intensificação e Diversificação da Agricultura e Pecuária em Moçambique (IDAP)	Ênfase no setor privado como indutor do crescimento da agricultura. Criação de ações de financiamento para este segmento.	<p>Componentes:</p> <p>Planejamento e uso de zonas agroecológicas;</p> <p>Geração e transferência de tecnologia agropecuária;</p>	2008
8	Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrário (PEDSA)	Elaborado pelo Ministério da Agricultura	<p>Objetivo: contribuir para a segurança alimentar, a renda e rentabilidade dos produtores agrários e aumento da produção agrária orientada para o mercado, de forma rápida, competitiva e sustentável.</p> <p>Estratégias: Recursos naturais;</p> <p>Tecnologias de produção e processamento;</p> <p>Infraestrutura e acesso a mercados;</p> <p>Serviços financeiros;</p> <p>Desenvolvimento Institucional e de Capital Humano</p>	2009

Sistematização/Adaptação: André Luzzi de Campos (2015)

Fonte: MOSCA, 2011.

As expressões “desenvolvimento” e “crescimento econômico” têm ocupado os discursos políticos e, sobremaneira, o imaginário das lideranças políticas e da população. Diferentes acepções são introduzidas no debate para justificar ou assentar determinadas intervenções dos atores sociais e as instituições. Trazemos como uma definição:

Desenvolvimento: processo de crescimento autossustentado levado a cabo através da participação das pessoas a agirem para satisfazer os seus próprios interesses, tal como elas mesmas os concebem, e são o seu próprio controle. O seu primeiro objetivo deve ser acabar com a pobreza, criar empregos produtivos e satisfazer as necessidades básicas de todas as pessoas, sendo qualquer excedente equitativamente repartido. Isto implica que bens e serviços básicos tais como alimentos e habitação, educação básica, e serviços de saúde, bem como água potável, têm de ser acessíveis a todos. Além disso, o desenvolvimento pressupõe uma estrutura democrática de governo, acompanhado das liberdades de expressão, de reunião e organização, de imprensa e publicação, que constituem o seu suporte, bem como um sistema de justiça das ações que violem as leis justas publicamente conhecidas e aceitas (COMISSÃO SUL, 1990, p. 24).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento assume uma dimensão integral que passa pela efetiva participação da população e garantia de direitos. Contudo, ainda se refere ao usufruto dos bens e recursos conforme um mínimo para assegurar uma vida digna, a ser estabelecido endogenamente. Mantém-se uma lógica reformista de garantias mínimas sociais.

A presença brasileira em Moçambique vem intensificar as contradições na construção e consecução de estratégias para a alimentação e agricultura. Ao longo do estudo temos demonstrado uma forte distinção entre os programas e projetos brasileiros desenvolvidos em Moçambique por meio da cooperação. Os movimentos e organizações sociais têm dedicado maior atenção ao ProSAVANA e ao Mais Alimentos para África, justificando que os riscos que apresentam são maiores. A UNAC, entre os distintos sujeitos sociais, também tem acompanhado de forma mais sistemática a implantação do PAA África na Província de Tete. Acreditamos, contudo, que essa hierarquização de relevância dificulta manter uma atuação mais consistente e completa sobre essas iniciativas. Verifica-se uma narrativa afirmando a ambiguidade ou contrariedade da política externa brasileira para África. O que se observa também por uma grande parte da sociedade civil é um desinteresse em participar e realizar o controle social dos demais projetos, alegando desconhecimento ou que são boas iniciativas, considerando terem sido positivas no Brasil.

Os documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil⁴³ registram, como um exemplo, o atraso para instalação do Banco de Leite Materno pela

⁴³

Material obtido pelo pesquisador por meio da Lei de Acesso à Informações.

Fiocruz no Hospital Central em Maputo. A implantação de um equipamento público dessa natureza, conhecendo a formação sociocultural do país, requer uma atuação efetiva da comunidade para elucidar os elementos que podem proporcionar uma boa adesão tanto das mulheres doadoras quanto das beneficiadas pelo leite materno. A Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza a adoção de políticas de incentivo ao aleitamento materno na primeira infância, e que sejam envidadas medidas para evitar o uso de substitutos (OMS, 1981). Deve-se reconhecer da mesma forma os desafios para engajar as mulheres, companheiros e familiares em medidas alternativas quando da restrição à oferta de leite naturalmente.

Quanto ao Programa de Alimentação Escolar, as informações apuradas demonstram a realização de um conjunto de atividades para intercâmbio de experiências, fomento à criação de delegações de especialistas ou dirigentes para conhecer o modelo brasileiro e a participação em eventos nacionais e internacionais. Concentra enfoque na criação de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional, estimulando a aquisição de produtos dos pequenos agricultores com base em técnicas saudáveis e sustentáveis sem o uso de agrotóxicos, e métodos intensivos de produção.

A avaliação de organismos como a FAO, PNUD, no âmbito da ONU e CPLP, bem como estudos desenvolvidos por pesquisadores acadêmicos e instituições de pesquisa indicam que a revisão em 2009 no Brasil do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, foi bastante exitoso para melhorar o estado nutricional de escolares em regiões de alta vulnerabilidade, assim como criar um círculo virtuoso de produção e consumo elevando a renda dos pequenos agricultores (PNUD, 2015). Em Moçambique, foi aprovado pelo Conselho de Ministros a criação em 2013 do Programa Nacional de Alimentação Escolar em 2013. O Programa está ocorrendo de forma progressiva, tendo sido iniciado nos distritos de Changara e Cahora-Bassa, na Província de Tete. Neste processo, as escolas atendidas estão sendo equipadas e os alimentos comprados localmente, beneficiando cerca de 76.500 alunos (SANTARELLI, 2015).

A presença de profissionais técnicos ou consultores brasileiros atuando nos Ministérios evoca a necessidade, cada vez maior, dos movimentos sociais trazerem à cena como essa interação institucional reflete no desenho das políticas públicas e formulação de projetos em áreas como saúde, educação, proteção e assistência social, trabalho e geração de renda, setores onde foi observado maior protagonismo no sentido de uma política inclusiva,

porém de profundas e persistentes disputas entre concepções de Estado e sociedade. Indagamo-nos o que faz dos programas brasileiros diferentes daqueles apresentados por países considerados desenvolvidos por meio de suas agências de cooperação ou pelos organismos internacionais.

Um caminho para compreendê-los seria a noção de direitos. A metodologia desenvolvida pelo governo brasileiro tem procurado articular uma base conceitual e a formulação de procedimentos mais coerentes à realidade. É, pois, a partir da compreensão de que se trata de garantir direitos que vem sendo possível pensar as políticas públicas de modo sistêmico e universal. O aperfeiçoamento dessa matriz só se faz perene quando em diálogo continuado com a sociedade, organizações e movimentos sociais, tendo a convicção de que não se refere apenas a uma escolha de governo, mas a uma mudança de paradigma social e econômico.

Uma forte tensão emerge nesse cenário na valência público-privado ou dos atravessamentos do público pelo interesse dos entes privados (ou mesmo individuais). Aqui tomamos o privado não apenas como o capitalista – empresários e empreendedores – mas os interesses representados por pessoas, segmentos ou corporações que defendem posições ou privilégios anteriormente alcançados na longa trajetória de acordos informais ou troca de favores. O que estamos procurando demonstrar é que uma visão de Estado (papel, instituições, organização) coloca-se em relevo e, por essa razão, em disputa na forma como se concebem e operam os projetos frutos da cooperação internacional.

Mascaro (2013) afirma que os Estados procuram se relacionar de modo a reproduzir o capital em nível interno e internacional, expandindo-o. Da mesma forma, ressalta que acordos e tratados procuram impor os interesses dos capitais de forma vertical, seja por Estados nacionais ou grupos.

Com isso deve-se indagar a viabilidade de se manter relações internacionais marcadas pela solidariedade em que se deve respeitar a demanda do país receptor, e criar condições favoráveis para que se possa dar continuidade a determinada política de forma estrutural, apoiando a formação de quadros, suportando a implantação de infraestrutura adequada e contribuindo para a adoção de processos e procedimentos. Há, ainda, sem dúvida, um atributo importante a considerar: a urgência. Como diria Hebert de Souza, “quem tem fome tem pressa”. Pandofi e Heymann (2005) lembram sua mensagem: “a fome é exclusão (...).

Quando uma pessoa chega a não ter o que comer, é porque tudo o mais já lhe foi negado” (2005, p. 179).

Esse acompanhamento crítico, vis-à-vis, sem com isso representar um risco de institucionalização dos movimentos sociais guarda, em nossa opinião, forte capacidade de radicalização das posturas e ressignifica o papel do controle social das políticas públicas, e dos acordos internacionais.

Assim vejamos. A participação social levada a cabo no projeto do PAA em Moçambique vem produzindo efeito significativo por meio do constrangimento público, impelindo o governo de Moçambique a assumir esta experiência como estratégia de desenvolvimento agrário e rural. Da mesma forma, também incide sobre o programa promovido em outras quatro localidades no continente africano para incorporar a dimensão da participação e o fortalecimento dos pequenos agricultores, assim como da sociedade civil em nível local. O que isso representa? Provisoriamente podemos dizer: mais autonomia das comunidades beneficiadas e permeabilidade do sistema da ONU para aperfeiçoamento da sua gestão e de como desenvolve suas iniciativas em países intervenientes da cooperação multilateral.

No Estado Democrático de Direito será defendida a participação do cidadão como um princípio. Na prática, tudo dependerá dos riscos envolvidos para os governos e os investidores. A ausência de uma construção coletiva no contexto do ProSAVANA ajuda a entendermos melhor. Anunciado como um grande marco para o desenvolvimento do Corredor de Nacala por meio da agricultura sustentável e ao mesmo tempo, alternativa para superação da insegurança alimentar em Moçambique, o programa teve poucas informações divulgadas desde a sua criação, bem como os seus impactos para a população (CLEMENTS e FERNANDES, 2013).

Na observação de campo, quando das audiências para coleta de opiniões da população nos distritos abrangidos verificou-se uma metodologia inadequada aos objetivos dos encontros. Soma-se a isso a falta de clareza sobre o processo de elaboração dos documentos de orientação e dos mecanismos de devolutivas, criando uma incerteza sobre se as considerações apontadas foram incorporadas aos instrumentos de planejamento e gestão. Isso

expõe um simulacro de participação social, que caminha para uma forma de legitimação das ações do Estado através da mera exposição e esclarecimentos sobre possíveis dúvidas⁴⁴.

Contudo, a Administração Pública procura criar uma imagem de legalidade referenciando o procedimento de escuta aos dispositivos legais preconizados, como a publicação do ato em jornal de grande circulação, afixação do edital na sede do órgão público responsável e no sítio eletrônico do governo, no prazo regulamentar, considerando isso “ampla divulgação aos interessados”. Em seguida há um exaustivo percurso de encontros nas regiões, exigindo dos gestores e participantes grande disposição para se manterem focados, uma vez que a pouca informação leva a toda sorte de dúvidas e interpretações sobre o programa. A atuação vigilante de setores da sociedade civil procura garantir o cumprimento dos procedimentos legais evitando violações de direitos e a cooptação da população por meio de constrangimentos, criação de condicionalidade na assistência e acesso a serviços e políticas.

O direito à terra tem sido um tema central na mobilização social, elemento agregador dos diferentes coletivos e organizações. Evidentemente os aspectos jurídicos sobre a posse da terra favorecem maior adensamento da luta. Mas outras dimensões de caráter antropológico são empregadas para sensibilizar a população sobre os riscos de perda da terra. Os muitos grupos étnicos existentes em Moçambique mantêm vínculos culturais e sagrados com a terra como espaço de construção de laços sociais e reprodução da comunidade, local de transcendência por meio da realização de cultos e assistência religiosa, e cemitério para enterro de seus ancestrais. Da mesma forma, as florestas e rios guardam os saberes e protegem a comunidade de ameaças externas.

Há, por assim dizer, uma cultura da terra e as diferentes relações que estabelece com ela os camponeses. Nesse sentido, é valioso buscar uma semelhança à consideração que Henri Lefebvre sobre a noção de cultura camponesa:

“Trata-se de uma “ cultura sem conceitos, transmitida oralmente, que comporta anedotas, narrações, interpretações de ritos e magias e exemplos que servem para orientar a prática, para conservar ou adaptar os costumes, para dirigir as emoções e as ações agindo diretamente sobre elas” (LEFEBVRE, 1986)

⁴⁴ A consulta ao sítio eletrônico <www.prosavana.gov.moz> ajuda a elucidar que as informações são sempre em caráter retrospectivo ou, em outro caso, noticiosa sobre eventos futuros. É tido, portanto, numa noção unidirecional, considerando apenas a perspectiva do emissor da mensagem.

5.3 Soberania alimentar – uma visão crítica

Diante dos argumentos expostos até aqui, é possível identificar uma literatura e ações de governos e organizações que demonstram uma variação de SAN ao longo do tempo, mas ainda profundamente articulados aos seus marcos inaugurais após a Segunda Guerra Mundial – limitando seu entendimento no campo da produção de alimentos e abastecimento.

Observa-se que para os entrevistados a soberania alimentar vincula-se à perspectiva campesina tendo como referência as práticas seculares e a autonomia do indivíduo e seu povo de produção e consumo alimentar. A definição incorpora a sociabilidade emancipatória, que traz a perspectiva de relações internas de solidariedade ao nível da comunidade. Essa insígnia traduz-se na alternativa concreta de implantação da agroecologia ou agrofloresta, por exemplo. Entre os temas que compõem a agenda política dos coletivos sociais estão o direito à terra e a denúncia ao processo de usurpação, acesso às sementes nativas, agroecologia, corporações transnacionais, megaprojetos e gênero.

A usurpação de terra tem assumido diferentes situações no mundo como a perda de terra pela expulsão do território, por iniciativa do ente público ou privado, a produção de documentação irregular, também conhecida como grilagem, ou a especulação do mercado (TNI, 2013).

Trata-se de cenário bastante complexo. O Documento da Nova Aliança para SAN em Moçambique (2012) apresenta as tratativas dos grandes potenciais e a disposição do governo nacional em atender às expectativas que condicionam às doações voltadas, sobremaneira, a valorizar a atuação do setor privado na área da agricultura e alimentação. Neste estudo, é apresentada a relação das Empresas interessadas a investir em Moçambique no âmbito do PNISA.

Empresas Registadas em Moçambicanas

- ENICA
- JFS Holding
- Khulima Púnguè Agricultura e Serviços
- Lozane Farms
- Rei do Agro
- Sunshine Nut Company

Empresas Internacionais

- African Cashew Initiative
- AGCO
- Cargill
- Competitive African Cotton Initiative
- Corvus International
- Itochu
- Jain Irrigation
- Nippon Biodiesel Fuel co. Ltd.
- SABMiller
- Sumitomo Corporation
- Toyo Engineering Corporation
- United Phosphorous Limited
- Vodafone

Fonte: Nova Aliança para Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

Sobre a forma de um pensamento em soberania alimentar que remonta ao Sul, temos a dizer que foi desenvolvida neste estudo a terminologia ancorada numa perspectiva contra-hegemônica, que busca recolocar o sentido político da luta pela alimentação. Remete-nos a pensar e colocar em questão o Estado-nação moderno e as diferentes disputas ideológicas e políticas para (re)significação do seu papel e atribuições.

Nas Ciências Políticas o conceito de soberania vincula-se notadamente à capacidade dos Estados se autodeterminarem, assegurando a extensão de seu poder sobre assuntos que dizem respeito ao seu povo e território. Em nome da soberania nacional definem-se estratégias de defesa militar, econômica e segurança da sociedade. Essa dimensão não foi desprezada nem mesmo nos debates acerca da formação dos Estados nacionais africanos no período pós-colonial (LOPES, 2012).

Assim, preferimos abrir caminho para uma análise sob o viés de construção da autoria e autonomia dos sujeitos, sejam eles individuais ou coletivos.

A intenção de se colocar e interagir no âmbito do sistema de produção agroalimentar de forma independente demanda dos diferentes atores esforços que articulam conhecimentos e disposição para enfrentar uma lógica de dominação e reprodução do capital ao nível local e global. Quando se assevera o direito de escolher e decidir sobre o que produzir e como se alimentar busca-se criar as condições para emancipação social apontando para a construção de outras lógicas e modelos de produção e consumo.

Os recursos destinados às culturas alimentares representam apenas ¼ dos recursos totais, ou seja, menos recursos irão para o apoio à agricultura camponesa, contrariando, em termos de execução, às orientações do PEDSA. Este fato tem uma explicação: a estrangeirização das políticas agrárias (importação de modelos de políticas de desenvolvimento desajustadas à realidade nacional e que respondem às demandas e interesses dos moçambicanos), pois o PNISA resulta da Nova Aliança para a Segurança Alimentar do G8, uma iniciativa controlada por corporações agrícolas, controversa e reprovada em muitos países africanos, porém Moçambique é um dos escassos 06 países que aderiram à mesma (UNAC, 2014, p. 1).

Cabe aqui indagar alguns elementos neste processo que em muitas ocasiões são representados de forma dicotômicas entre arcaico e moderno, novo e velho, preservação da natureza e progresso. Em grande medida considerar a presença humana superior, ou melhor, dominadora da natureza, se tornou inadequada. Ao defender a autonomia para produzir e consumir não se está preconizando apenas a mudança da redistribuição dos papéis sociais na lógica do sistema agroalimentar.

É afirmar uma transformação do processo assumindo a consciência e corresponsabilidade sobre o que produzir, como produzir e para quem reproduzir. Neste sentido, assume a dimensão da vida e das relações sociais. Dizendo dessa forma, é possível compreender as ações sociais no sentido de articular os conhecimentos ancestralmente referenciados e vivenciar os sentidos e rituais compartilhados pelas populações também em suas tradições, ao mesmo tempo em que processos globais se realizam. Giddens (1992) pondera que as tradições, mesmo em sociedade altamente modernizadas, existem. O autor afirma:

“os costumes locais são mais genuinamente hábitos coletivos quando são influências internas a uma área ou comunidade; mas é provável que aqueles que são remanescentes de práticas mais tradicionais se desenvolvam em itens que alguns têm chamado museus vivos” (GIDDENS, p. 158, 2012)

Pode-se observar que o uso da expressão “soberania alimentar” passou a vigorar mais frequentemente nas narrativas dos movimentos e organizações sociais moçambicanos aprofundando as dimensões que envolvem as relações de gênero, os aspectos geracionais e o processo crescente de urbanização do país.

É possível considerar, também, que o intercâmbio cada vez maior dos agentes políticos em arenas internacionais de mobilização, negociação, ou mesmo de formação permite a apropriação dos temas relacionados à soberania alimentar e maior criticidade sobre as relações entre as nações.

Os resultados obtidos em nossa investigação referentes à Soberania Alimentar e as relações Brasil-Moçambique confirmam as percepções encontrados por Beghin (2014) junto a dirigentes/lideranças de movimentos e organizações sociais de âmbito nacional e internacional sobre o comportamento brasileiro na cooperação internacional nas áreas de segurança alimentar e nutricional. Reproduzimos a seguir os trechos que consolidam as opiniões:

- O Brasil nem sempre respeita a soberania alimentar dos países, isto é, muitas ações brasileiras de cooperação não permitem que os camponeses possam decidir sozinhos o que querem produzir, como produzir e qual a maneira ideal para fazê-lo.
- O país não estimula o envolvimento das organizações da sociedade civil, nem no Brasil e nem nos países com os quais coopera.
- O governo brasileiro incentiva a expansão do agronegócio (...)
- O país financia, por meio do BNDES, investimentos de empresas brasileiras nos

países com os quais se relaciona, o que resulta na violação do direito humano à alimentação adequada e no aumento da insegurança alimentar e nutricional (BEGHIN, 2014, p. 82)

Estes elementos reforçam argumentos quanto à dualidade da atuação do Brasil no cenário internacional, suas contradições e limites para avançar na efetivação de políticas adequadas para promoção do direito humano à alimentação.

5.4 Atuação dos movimentos sociais em Moçambique nas áreas de alimentação e agricultura

Se nas décadas anteriores autores como Josué de Castro, René Dumont e Susan George apontavam as causas da fome pelo mundo, em uma Geopolítica da Fome, podemos falar na atualidade de uma distribuição das forças de resistência e luta contra um modelo de sistema agroalimentar que intensifica as desigualdades, ameaça o meio ambiente e produz graves problemas de saúde. Nesse sentido, as experiências em curso nos países do continente africano, por exemplo, nos ajudam a compreender esses fenômenos e a identificar as forças sociopolíticas e suas potencialidades para superar as diferentes formas de dominação.

O esforço de criação de aldeias comunais no processo pós-independência contribuiu fortemente para a organização político-administrativa do país em nível local através de Distritos e Postos Administrativos (CABAÇO, 2009). Esta distribuição da população pelo território coloca grande desafio para a manutenção da comunicação e deslocamento. Por essa razão, muitas iniciativas acontecem com apoio de pontos de referências ou núcleos locais que favorecem a animação e dinamização das ações nas Províncias.

Constata-se uma grande quantidade de associações locais que atuam nas áreas relacionadas ao desenvolvimento rural, meio ambiente e direitos coletivos. Mesmo mantendo poucos recursos para suportar suas ações e a infraestrutura necessária, essas organizações recebem apoio de movimentos e organizações de caráter regional e/ou nacional que auxiliam na implantação de projetos e articulação, muitas vezes advindos das ONGs.

Podemos estabelecer assim uma tipologia que agrega as organizações de caráter de classe como associações locais de trabalhadores/camposinos; aquelas de auxílio-mútuo que incorporam as reivindicações dos trabalhadores/camposinos, mas também de moradores, mulheres, ou de cunho religioso; representações de lideranças religiosas ou tradicionais; as organizações não-governamentais (tendo caráter mais específico de assistência técnica, orientação jurídica, estudos e pesquisas), e os movimentos e as redes.

A independência de Moçambique incitou a criação de instâncias de organização e participação social, sendo privilegiados estrategicamente dois públicos, as mulheres e os jovens. Neste sentido foi criada a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), em 1973, e a Organização da Juventude Moçambicana (OJM), existentes até hoje.

Na ideia em que se misturavam, quase se fundiam o Estado e o Partido, o objetivo da Frelimo era criar mecanismos de aproximação do governo da população, e com isso influir na forma como se dão as relações sociais. Evidentemente o discurso trazia para a cena política dois atores negligenciados na história do Ocidente e que nessas instâncias poderiam contribuir significativamente para a formação de quadros para o governo e o partido.

Conceição Osório reconhece que a OMM porta um discurso emancipatório das mulheres ao passo em que contesta o sistema colonial e tradicional vigente (2002, p. 428-429). Porém, ao mesmo tempo, a autora identifica aspectos contraditórios, na medida em que as ações desenvolvidas para garantir a igualdade entre mulheres e homens não conseguem transformar a estrutura partidária e do modelo social orientada pela visão masculina.

A literatura referencia que a década de 1980 foi marcada pelo surgimento e proliferação de Organizações não governamentais em Moçambique (fato comum a outros países do Terceiro Mundo), notadamente em virtude da necessidade da população em decorrência da crise econômica e dos conflitos sociais. É patente a influência que têm as agências e organismos internacionais, e mesmo as igrejas. Na década seguinte se verifica o crescimento dessas organizações, seja pelo maior envolvimento da população em temas de interesse partilhado, em virtude da busca de consolidação do processo democrático, mas também maior conhecimento sobre os mecanismos de gestão de projetos e iniciativas de interesse da comunidade (ROQUE, 1998).

Um aspecto favorecido na atualidade pela maior conexão em nível internacional diz respeito à realização de edições da Conferência Triangular dos Povos, reunindo representantes da sociedade civil, camponeses, ativistas e especialistas dos três países envolvidos na cooperação que dão suporte ao ProSAVANA, Brasil, Japão e Moçambique, que mostram as articulações em nível nacional e internacional, notadamente com o Brasil. Os encontros contaram ainda com a presença de empresários e representantes do poder público de Moçambique.

Além disso, percebem-se esforços de divulgação e engajamento de organizações e movimentos sociais em outros países, especialmente dos países vizinhos, para dar visibilidade aos impactos da iniciativa e ao mesmo tempo buscar apoio para a Campanha Não ao ProSAVANA. A iniciativa envolve, inclusive, setores da Igreja Católica como a “Justiça e Paz”, e a Congregação dos Missionários Combonianos e Combonianas que se manifestaram ao governo moçambicano apontando os riscos e impactos da intervenção⁴⁵.

Há também uma crescente atuação de lideranças ou representantes da sociedade civil moçambicana em instâncias de discussão no cenário internacional. No entanto, observa-se que o processo de participação nesse nível ainda é marcado por relações personalistas, onde se vive a transição ou combinação de uma forma de atuação representativa e de ação direta. A fim de obter uma legitimidade do discurso nas arenas de discussão ou instâncias de decisão os nomes escolhidos para frequentar os ambientes de consulta pública e negociação com poder público estão condicionados ao posto adquirido nos movimentos ou organizações sociais definidos. Em muitos momentos, outros aspectos são levados em conta como reconhecimento entre os pares sobre o grau de formação e domínio das temáticas que serão abordadas, domínio de outro idioma, a disponibilidade de tempo para o afastamento (saída) do país por determinado período, e até mesmo as condições de financiamento para custear os deslocamentos, alimentação e hospedagem.

Isso faz com que, em grande medida, se formem grupos seletos de militantes/especialistas, ou como se diz nos organismos de governança, *experts* (com “x”), portadores de um discurso de autoridade que precisam ter elementos e habilidades para transitar nesses ambientes e poder influenciar nos processos e tomadas de decisões – muitas vezes com pouquíssimo tempo – e que respondam aos anseios dos segmentos e país que representam, considerando as correlações de forças existentes naqueles ambientes de pactuação/governança. E quem está em tais grupos seletos não quer sair deles, evidentemente.

Da parte do poder público, como pudemos observar, quando da necessidade de convidar representantes da sociedade civil para compor delegações internacionais de estudo ou negociação, ou para participar de encontros, conferências, cúpulas, etc., são adotados critérios pouco transparentes. Aqui reside uma fragilidade dos movimentos sociais quando esses se institucionalizam e acabam por criar vínculos com o *staff* da administração pública.

⁴⁵ Disponível em: <<http://ec2-46-137-92-195.eu-west-1.compute.amazonaws.com/pt/news/prosavana-um-presente-envenenado-para-os-mocambica>>. Acesso em: Jan. 2016.

A existência de chamamentos públicos para composição dessas missões ou delegações, quando existem, está muitas vezes amparada em uma metodologia construída ou sugerida pelo Organismo/Órgão que está promovendo tais iniciativas. E isso não agrada em nada os governos. Temos aqui um grande desafio: como pensar o acesso democrático às instâncias internacionais e formação continuada de representantes dos movimentos sociais para participação no debate?

É preciso reiterar que em diferentes depoimentos a experiência brasileira de participação social é vista como um resultado das lutas democráticas e da formação social, histórica e política próprias. É possível perceber que, em grande medida, na articulação com organizações e movimentos sociais brasileiros já haviam conexões anteriores recentes que potencializaram as interações em virtude de processos de solidariedade, como é o caso dos atos antiglobalização, o Fórum Social Mundial, a Marcha Mundial das Mulheres e a Via Campesina Internacional.

Outra forma de articulação ocorre ao nível dos encontros e eventos internacionais promovidos por agências de cooperação e os organismos internacionais e regionais. A necessidade de negociações em torno de temas e acordos que representem os interesses dos setores populares leva a uma maior integração dos diferentes coletivos, promovendo inclusive a diminuição das fronteiras das abordagens setoriais ou temáticas. Estamos afirmando que existe uma permeabilidade para contemplar aspectos ligados à soberania alimentar nas discussões internacionais sobre redução da miséria, políticas de gênero e diversidade, meio ambiente, mudanças climáticas, deslocamentos humanos, entre outros.

Chama atenção a percepção positiva atribuída ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil em razão de sua atuação protagonista com relação à discussão sobre a política externa brasileira em SAN. Julgamos que alguns fatores corroboram para isso, a saber: o papel dos representantes da sociedade civil integrantes do colegiado que têm uma proximidade com os movimentos de resistência induzidos pela sociedade civil moçambicana, a sensibilidade e preocupação da presidência em acompanhar esta agenda de forma sistemática (sendo a presidência permanente atribuída à Sociedade Civil)⁴⁶, e, por fim, a legitimidade do órgão no interior do governo.

⁴⁶

Conforme disposto na Lei Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil (LOSAN).

A preocupação do CONSEA com o diálogo internacional traduz-se no recebimento de delegações de diferentes países para conhecer os mecanismos de participação e controle social adotados pelo Brasil. Consagrou-se como instância de interlocução permanente a realização de encontro com os países interessados nos dias que antecedem a realização das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional.

Por outro lado, a visita de conselheiros em Moçambique para participação em atividades que indagam sobre a natureza e os componentes do ProSAVANA, evidentemente, colaboraram para gerar uma imagem “ativista” daquele órgão. Essa forte interação resultou na formulação e envio à Presidente da República Dilma Rousseff de uma Exposição de Motivos⁴⁷ sobre a cooperação brasileira na área da alimentação.

O CONSEA reconhece a baixa institucionalidade da cooperação internacional, por envolver uma série de agentes e não haver no Brasil um marco legal que coordene as variadas ações e promova a participação social como ocorre em outras políticas públicas. Avalia que há poucos recursos voltados para este setor, representando apenas 0,4% do Produto Interno Bruto. Outrossim, revela antagonismo entre as estratégias brasileiras na área comercial e os objetivos da diplomacia solidária.

De maneira distinta, o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN), vinculado ao Ministério de Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique, é percebido de forma limitada em relação à cooperação técnica internacional. As críticas ressaltam os constrangimentos decorrentes do vínculo institucional que o órgão mantém, a ausência de debates mais densos referentes à soberania alimentar e pouca efetivação das suas deliberações, considerando a dimensão intersetorial das políticas de alimentação e agricultura. Vunjanne e Adriano (2015) confirmam:

Uma mudança domiciliar [vinculação institucional] é necessária para que o SETSAN ganhe a relevância e força necessária no âmbito da coordenação da SAN, podendo situar-se ao nível do Gabinete do Primeiro Ministro ao nível da Presidência da República. Isso, por si só não resolve o problema, porém confere um estatuto especial ao SETSAN na coordenação da SAN, abrindo um potencial enorme para que a SAN seja uma prioridade nacional. (VUNJANNE E ADRIANO, 2015, p. 30)

⁴⁷

E. M. Nº 07-2013/CONSEA, de 05 de dezembro de 2013.

5.5 Diferentes estratégias de ações – significados e sentidos

A Entrevista 11 (abr. 2015) traz uma importante insígnia sobre o atual processo de participação social quando afirma que “O governo faz ouvido de mercador”. A máxima chama a atenção para um elemento constitutivo das relações políticas: a confiança. Ainda que em campos distintos, o fazer político pressupõe a expectativa de que as considerações aportadas pela população serão assumidas pelo poder público, uma vez que esse foi constituído para conduzir a gestão do Estado no sentido de melhorar a vida da população.

Em um processo de construção social coletivizada da Administração Pública se espera obter a respeitabilidade dos diferentes segmentos da sociedade ao incorporar as demandas de modo a obter as condições favoráveis para dar sequência às negociações em curso e, com isso, a formação de pactuações para a governabilidade. Da mesma forma, deve-se construir determinado grau de legitimidade junto aos segmentos objeto de suas ações, políticas e estratégias.

Ao contrário, um estado de suspensão favorece a criação da interdição do debate, um ambiente de adversidade e bloqueios dos mecanismos de comunicação necessários para circulação de informações e ideias. Esta incapacidade de diálogo e construção de acordos, mesmo que provisórios, agudiza as fissuras sociais e provoca mais verticalidade nas decisões dos governos, pois procuram uma via mais rápida de implantação e execução das políticas formuladas ao nível dos gabinetes técnico-políticos sem os riscos de mudanças/alteração de percurso quando colocadas sob o crivo da sociedade e do contraditório.

Por parte da população, as frustrações colecionadas apontam para maior distanciamento do povo das questões relacionadas ao cotidiano comum, da exigibilidade de seus direitos e maior responsabilização do Estado, interiorizando sentimentos negativos sobre a política. A traumática experiência da violência e conflitos políticos em diferentes regiões de Moçambique ainda presentes tornam mais vívida essa percepção.

O desapontamento é manifestado nas considerações sobre a eficácia da consulta pública realizada no mês de abril de 2015 nos distritos abrangidos pelo programa ProSAVANA. As dúvidas permeavam as audiências promovidas pelo Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, por meio da Direção Provincial. A longa espera da população para conhecer os objetivos, diretrizes e metas do programa criou um dificultador

para a construção coletiva do Plano Diretor, uma vez que o programa está em execução desde 2009 e alguns resultados negativos já são sentidos pela comunidade.

Da mesma forma, cristaliza-se um sentimento de que se trata de uma simples formalidade para atender aparentemente o que dispõe a legislação e, ao mesmo tempo, demonstrar uma imagem positiva do governo. Contudo, o poder público local não garantiu aos participantes e à população em geral formas concretas de participação na gestão do programa, o cronograma para recebimento de contribuições para elaboração dos instrumentos de orientação e as metas pactuadas junto à população e aos países parceiros (Brasil e Japão).

Os elementos obtidos na investigação demonstram uma fragilidade da ROSA como espaço autônomo de coordenação e mobilização. A rede apresenta diferentes momentos em sua existência, oscilando conforme a disponibilidade de recursos para a execução de algum projeto, ou a realização/organização de eventos, celebrações como o Dia Mundial da Alimentação, ou mediante a necessidade de consultas em fase de preparação à participação da sociedade civil em conferências ou encontros internacionais.

Há, como exemplo, a contribuição da ROSA na construção do documento “Estratégia de Desenvolvimento da Agricultura”, subsidiando com questões pontuais em assuntos que tinham sido negligenciados, ou seja, a capacidade de incidir nos processos políticos nacionais ou internacionais tem sido considerada baixa.

Em grande medida a opção estratégica dos movimentos sociais vem se configurando pela inserção em instâncias ou articulações já consolidadas com visão político-ideológica compartilhada, ou mesmo a composição de “grupos de coalizão”, com a finalidade de realizar campanhas de convencimento do conjunto da população, o levantamento de evidências para esclarecer os pontos defendidos e, com isso, acumular forças sociais para pressionar os governos ou a iniciativa privada.

Os movimentos e organizações sociais analisados demonstram preocupação com o processo de formação política de seus integrantes. Por isso realizam encontros, seminários e produzem materiais informativos. Em uma frente identificamos uma intervenção de natureza instrumental que, sendo elaborada e dirigida por lideranças desses grupos, procura criar subsídios para aperfeiçoar a sua intervenção social.

Em outra esfera, acentua-se um mecanismo colaborativo de construção do saber, em que os elementos do próprio cotidiano da organização e das comunidades contribuem para a criação de conceitos e até mesmo abordagem dos temas em discussão. É valorizado o momento de formação em ação, objetivando ampliar o alcance e a interlocução com o conjunto da sociedade e, com isso, interferir na própria presença dos indivíduos na cena pública (ou espaço público).

No que se refere aos grupos formados por produtores/trabalhadores, nota-se, ainda, uma atividade formativa com a finalidade de disseminar aspectos relacionados a conceitos e técnicas de produção e manejo sustentáveis, mecanismos de organização e fortalecimento das associações em nível local, em muitas ocasiões promovidas por determinado coletivo, ou em sua articulação com outros atores. Neste caso, o financiamento pode ser próprio, custeado por fundos públicos ou recursos disponibilizados por agências de cooperação internacional ou ONGs internacionais. Há também uma estratégia de oferecer apoio técnico diretamente aos produtores das associações de camponeses.

Os conteúdos referem-se à agroecologia, manejo sustentável, uso de sementes crioulas, mitigação aos efeitos das mudanças climáticas, fortalecimento da participação social e da sociedade civil, associativismo, advocacia, direito à terra, gênero e violência doméstica, entre outros.

Definida como uma cooperação de classe (MPA, 2015, p. 8) que tem como base o internacionalismo e a solidariedade entre os trabalhadores rurais, a parceria se estende também entre os movimentos sociais camponeses, como se vê no projeto desenvolvido entre o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), do Brasil, e a União das Cooperativas Agrícolas de Marracuene, membro da UNAC, com os auspícios da OXFAM. A iniciativa integra a Campanha Internacional da Via Campesina “Sementes: Patrimônio dos Povos a serviço da Humanidade” e visa resgatar, melhorar e conservar espécies de sementes crioulas. Nos três anos de execução do projeto o MPA disponibilizou militantes e técnicos para a realização de formações voltadas aos camponeses e acompanhamento dos campos de desenvolvimento das sementes em Moçambique. O intercâmbio também ocorre por meio da participação dos moçambicanos em atividades realizadas pelo MPA no Brasil.

Segundo os organizadores (MPA, 2015, p. 25) o projeto tem elevado em 30% a produtividade da cultura do milho, além de aperfeiçoar geneticamente esses insumos. A cada

ano tem se ampliado o número de associações rurais participantes e a quantidade de pessoas capacitadas. No último ano foram 07 associações, 150 camponeses formados e 10 campos de produção das sementes.

O desenvolvimento de práticas como essa busca apresentar soluções concretas para resistir à introdução de Organismos Geneticamente Modificados e, a partir de seus resultados, impactar na discussão que acontece em Moçambique referente à revisão da Lei de Sementes, conforme acordado com os países do G8 no âmbito da Cooperação chamada “Aliança para a Segurança Alimentar”.

Nesse percurso, a prática social e política forja novos conhecimentos e uma cognição própria de quem participa e compartilha da luta, fortalecendo uma identidade camponesa. Não é apenas uma técnica para melhorar a produtividade, mas um modo de se relacionar com a natureza e as pessoas de forma mais consciente e afetiva.

5.6 A disputa pela informação

Brasil e Moçambique experienciam a criação de leis nacionais⁴⁸ para garantir a transparência da Administração Pública. Assim como os recursos minerais e naturais tão cobiçados, as informações sobre potencialidades e nichos do Estado a serem explorados tornam-se estratégicas para o mercado. Nesta fase de expansão do capital, observa-se uma maior aproximação entre os governos dos países emergentes e o setor empresarial, que tem contado com a colaboração dos dirigentes políticos para ampliar mercado e consolidar o processo de internacionalização em regiões como a América Latina e África, especialmente.

Os dados recolhidos em Moçambique apontam que existe uma boa impressão sobre a aprovação da legislação em questão, porém há pouca expectativa sobre a efetivação de seus dispositivos. Isso não é difícil de entender. Os sítios eletrônicos dos governos trazem poucos dados e informações sobre a cooperação nas áreas relacionadas à segurança alimentar e nutricional. Quando existem, além de dispersas em diferentes órgãos, estão desatualizados e

⁴⁸ No Brasil, trata-se da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o acesso à informação conforme previsto na Constituição Federal. São diretrizes a observância da publicidade como preceito geral e o sigilo como exceção; divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; e o desenvolvimento do controle social da administração pública. Em Moçambique, a Lei de Direito à Informação foi promulgada revogando legislações anteriores que se colocavam em conflito a esta.

em formato que não possibilita ao usuário o cruzamento de variáveis para sua animação e análise sob diferentes prismas.

É necessário mudar o paradigma sobre o acesso à informação e a efetivação da participação social à luz de marcos legais dessa natureza, entretanto, os corpos diplomáticos padecem historicamente de um silêncio institucional. O Decreto Federal nº 8.749, de 09 de maio de 2016, do Governo Brasileiro, por exemplo, que regulamenta a designação e atuação de adidos agrícolas junto a missões diplomáticas mantém uma normativa para que esses servidores públicos *se abstenham de quaisquer manifestações públicas, escritas ou orais, sobre assuntos relativos às políticas interna e externa brasileira, sem a prévia autorização do chefe da missão diplomática.*

Se por um lado os movimentos e organizações da sociedade civil procuram utilizar os diferentes meios de comunicação para disseminar suas bandeiras de luta e os impactos de medidas adotadas ou a serem adotados pelos governos e corporações, essas últimas procuram blindar-se assumindo a transparência como um mecanismo de gestão de possíveis crises e risco a suas imagens. Não à toa, instalam-se nos gabinetes verdadeiras artilharias de jornalistas e assessores de imprensa para tratar do que deve/pode ser veiculado e a melhor forma de fazer isso.

Como mencionado na Entrevista 10, as equipes de propaganda muitas vezes selecionam alguns contemplados pelas medidas implantadas, sendo esses um pequeno recorte de toda a demanda da população, que em seu depoimento procura demonstrar a sua satisfação sem uma visão crítica ou coletiva sobre o processo e todo o contexto da intervenção. Este relato passa então a estampar publicações, cartazes, folhetos, editoriais, entre outras peças publicitárias, e o que deveria ser um direito, o direito ao acesso à informação como princípio da comunicação social, passa a ser um componente que denota a seletividade da informação para gerar uma percepção positiva do programa, projeto ou iniciativa.

Ao contrário, espera-se que os governos cooperantes, instituições e empresas disponibilizem os planos de ação detalhados, regiões e comunidades a serem atingidas, possíveis riscos/ameaças, medidas que estão ou serão adotadas para minimizá-los ou mitigá-los, e como a população pode participar da sua gestão, ou mesmo, ser beneficiada dos serviços e produtos ofertados nesta ação.

Pode-se notar que o CONSEA no Brasil, como uma instância de controle social que reúne representantes do poder público e da sociedade civil, tem sido um ambiente institucional onde se vem colecionando informações e subsídio às discussões sobre a cooperação brasileira nas áreas afetas à SAN⁴⁹. Além disso, busca expor ao conjunto do governo brasileiro medidas que devem ser perseguidas para assegurar o direito humano à alimentação adequada e à soberania alimentar. Da mesma forma, é importante destacar que o colegiado possui uma Comissão Permanente de Macrodesafios Nacionais e Internacionais⁵⁰.

Conclusão

Considerando os resultados e os argumentos expostos até aqui podemos afirmar nesta tese que a cooperação internacional e os investimentos brasileiros em Moçambique têm produzido efeitos adversos para a promoção da soberania alimentar e nutricional naquele país. Todavia, a atuação de diferentes movimentos tem contribuído para o adensamento da discussão política sobre soberania alimentar, ampliando sua conceituação e, ainda, para fortalecer uma relação de solidariedade internacional das práticas de resistência à disseminação do modelo de desenvolvimento e cooperação excludente e predatório. Soma-se a isso a presença de movimentos sociais de caráter transnacional que dinamizam ainda mais as lutas locais potencializando as suas práticas e estratégias.

A trajetória de resistência social, se anteriormente estava voltada a combater o colonialismo, na atualidade ganha complexidade de agir em nível internacional de modo criativo. A participação social naquele país, como vimos, foi marcada desde a década de 1970 por estruturas como a OMM e OJM e foi se aprofundando, tornando-se mais complexa e potente. Percebe-se um maior engajamento da população na luta social, mesmo em um cenário de pouca abertura política em virtude dos conflitos políticos presentes no país.

⁴⁹ A sessão XIII de dezembro de 2013 dedicou-se a analisar a temática. Para isso, a CAISAN apurou junto aos órgãos federais dados e características sobre as diferentes iniciativas. Em 2015, na sessão de setembro, o colegiado voltou a apreciar a matéria tendo em pauta a produção de relatório e a construção de exposição de motivos à Presidenta da República.

⁵⁰ Ressalta-se que o Conselho Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (CONDRAF), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil vem progressivamente aprofundando a articulação com o CONSEA nas temáticas relativas à posição brasileira internacionalmente.

Tem-se ainda um limitado e tênue Acordo Geral de Paz que indica a fragilidade dos processos democráticos. Em 2015, novos conflitos militares opuseram a força de repressão do Estado de Moçambique e os grupos descontentes, vinculados à Renamo. Negar ou rejeitar as circunstâncias da realidade local afasta a possibilidade de efetivação da soberania popular.

A soberania alimentar vem se consagrando na agenda dos movimentos e organizações sociais em Moçambique. No entanto, essa assertiva é mais consistente em coletivos que têm em suas pautas a luta pela terra, a defesa do sistema campesino de produção e do meio ambiente. Encontramos uma significativa apropriação da discussão em atores do meio urbano, mesmo não sendo esta temática objeto da sua intervenção ou mobilização social.

Quanto à segurança alimentar e nutricional percebemos uma ampla difusão do conceito. Isso decorre de, pelo menos, dois fatores: a iniciativa de movimentos e organizações da sociedade civil e a atividade do governo e dos organismos internacionais que atuam em Moçambique e vêm priorizando aspectos relacionados ao combate à fome e à miséria.

É necessário, todavia, explicitar que o conceito adotado pelo governo não adquire as dimensões que buscamos expor neste trabalho. A Agenda 2015 – Visão Estratégica da Nação, em vigor desde 2003, e revisada em 2013, reconhece a necessidade de melhorar as condições da população em relação à alimentação e nutrição, e aponta tal necessidade como prioridade à gestão. Em Moçambique, segurança alimentar “é entendida como o nível de acesso aos alimentos, por parte de todos os cidadãos, e a estabilidade de oferta de alimentos”, considerando os aspectos referentes à dependência da produção, preços dos produtos e a renda das famílias (MOÇAMBIQUE, 2013, p. 144).

Moçambique tem incorporado progressivamente a centralidade da segurança alimentar em suas políticas públicas, ao menos no campo do discurso, e a produção de diplomas orientadores das ações estratégicas do governo para erradicação da miséria, promoção da segurança alimentar, desenvolvimento da agricultura e do meio rural. Contudo, fica evidente que essa construção não respondeu totalmente às demandas e necessidades da população, uma vez que esta participou de forma periférica e residual na formulação desses documentos.

Igualmente, mesmo com o simbolismo dos discursos técnico-político-administrativos, não se vê a introspecção dessa máxima no cotidiano da estrutura e ações do governo local, o que se traduz em medidas contraditórias – até muitas vezes conflitantes entre si. E é essa visão que se projeta na cooperação com o Brasil.

Como apreciado a partir das evidências arroladas, os países que não conseguem resolver suas contradições internas não podem levar para o ambiente da cooperação e das relações internacionais mais do que incoerências. Isso a participação dos movimentos sociais tem demonstrado. Evidentemente a ação mais aglutinadora girou em torno da Campanha “Não ao ProSAVANA” e às críticas ao Mais Alimentos para a África em razão, conforme depoimentos, do maior impacto em Moçambique em virtude das ameaças que o programa já demonstra em relação à perda de terras dos camponeses, à adoção de técnicas agrícolas intensivas para aumento da produção que podem alterar negativamente o ambiente, precarizar as relações de trabalho, trazer riscos à saúde pública e intensificar os fluxos migratórios para os centros urbanos e até mesmo para os países vizinhos.

Constatamos menor dedicação/prioridade dos movimentos sociais em Moçambique às demais iniciativas apoiadas pelo Brasil por meio da cooperação e em certa medida podemos acreditar que isso ocorre em virtude de uma maior apropriação da abordagem que considera os aspectos nutricionais. Em nosso ponto de vista é um fator que ao ser explorado poderia adensar a discussão envolvendo novos atores, principalmente do meio urbano. Essa discussão, em realidade, tem maior aderência em iniciativas de ONGs, grupos formados por profissionais da área de nutrição e saúde pública. Poderíamos afirmar que operam sem haver uma visão integral que os conceitos aportam, ou seja, assegurar a produção, acesso e consumo a alimentos de qualidade, em quantidade e regularidade, baseado em práticas promotoras da saúde.

Temos ainda a considerar que existe uma resistência em assumir a nutrição como campo de embates políticos. A transição epidemiológica e nutricional que se assiste em Moçambique tem como um dos principais fatores a dificuldade de acesso à alimentação por um lado, mas também à má alimentação por outro. Este fenômeno está associado a novos padrões e hábitos de vida que se assumem na contemporaneidade. Assim, poder-se-ia evocar uma Soberania Alimentar e Nutricional.

É por esta razão que acompanhar esses projetos pode incidir no enfrentamento dos interesses do capital encarnado nas grandes corporações agroalimentares, mas também da indústria farmacêutica, financeiras e de comunicação. Contribuir para a elaboração e implantação de políticas públicas de alimentação escolar, estruturação de equipamentos de abastecimento alimentar, construção de sistemas locais de segurança alimentar, assistência alimentar e nutricional em saúde, tudo isso faz parte de uma luta ainda silenciosa.

Pudemos perceber que o êxito da implantação do Programa PAA em Moçambique, levado a cabo pela parceria entre o Brasil, Reino Unido e FAO, está justamente na interseção de promover a produção com base sustentável e gerar mecanismos institucionais de aquisição e consumo pela população de alimentos de qualidade. Soma-se a isso o esforço em garantir um ambiente de participação e cogestão de temas de interesse da comunidade.

As narrativas recolhidas pela pesquisa, bem como nossa observação desenvolvida durante as visitas técnicas, sinalizam que é preciso maior compromisso político do governo de Moçambique em assumir esta experiência desenvolvida e dar a ela a amplitude necessária para atender a um número cada vez maior de produtores rurais e famílias beneficiadas pelos serviços/equipamentos públicos. Para isso, faz-se necessária a disseminação de seus resultados, encorajar novos projetos com essas características e inserir no orçamento público os recursos adequados para a expansão dessa prática. Trata-se, ao fim e ao cabo, menos de discursos e documentos, e de mais ações concretas, efetivas.

Nosso estudo revela uma nova dinâmica no cenário internacional com a presença dos movimentos sociais que têm a segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar como razões de sua existência. Constatamos uma atuação ativa particularmente ao nível de organismos como a CPLP e PALOP, que em certa medida foi bastante priorizada pelo Brasil como instância de negociação e governança regional.

Por outro lado, fica evidente a consolidação de um campo de articulação política e cooperação entre os movimentos e organizações sociais do Brasil e Moçambique, apontando uma arena de solidariedade e luta conjunta. Animados pela visão de que os problemas que afetam as sociedades locais têm repercussão global em decorrência de um sistema capitalista de produção e consumo de alimentos, os grupos vêm se organizando, tendo as tecnologias de comunicação como importante ambiente de disseminação de informações.

Observamos também a realização e participação de representantes dos movimentos e organizações sociais em eventos, encontros e fóruns no Brasil e nos países do continente Africano para realização de formações e discussões, bem como para pressionar os governos locais. É preciso constatar que o trânsito entre esses países também se intensificou favorecendo o melhor conhecimento das realidades, a interlocução com maior número de participantes dos movimentos e incidência nos ambientes de discussão e decisão da política externa.

Podemos registrar, como exemplos, a realização de duas edições da Conferência dos Povos ocorridas em Moçambique com a participação de representantes da sociedade civil do Brasil, Japão e Moçambique, e também a realização e participação no Fórum Social em Moçambique, encontros da Marcha Mundial das Mulheres, a participação de representantes da UNAC no Brasil em reuniões do CONSEA, no Instituto Lula, e com os movimentos como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Essa relação mais próxima favoreceu a construção de iniciativas conjuntas entre os movimentos voltadas à formação política e desenvolvimento de técnicas mais condizentes e coerentes ao arcabouço político-ideológico compartilhado pelos coletivos.

Em nossa investigação, detivemos também atenção a fenômenos que emergem da indignação da população em relação ao cotidiano e que tem potência para dar visibilidade às demandas da população por direitos e serviços públicos de qualidade. Registramos três episódios emblemáticos como as manifestações ocorridas na região de Maputo, nos anos de 1998 e 2010, referentes ao transporte público – o episódio dos chapas, já relatado anteriormente; a atuação dos oleiros em Tete cobrando o cumprimento das metas de assentamento estabelecidas à Vale em caráter de indenização pelo deslocamento das famílias para viabilizar as suas operações de extração de minérios; e, por fim, os atos em Nampula quando do fechamento das paradas de trem que circulam no corredor de Nacala.

Os movimentos e organizações sociais, assumindo um caráter mais institucionalizado de luta, ainda dedicam pouca atenção a essas práticas sociais. Elas são destacadas como uma resposta espontânea e imediata a uma situação que provoca transtorno ou risco a determinado coletivo. Alegam sua incapacidade de produzir efeitos mais duradouros uma vez que não se tem uma agenda clara e lideranças bem definidas. Esse talvez tenha sido o argumento mais difundido no mundo quando do surgimento das grandes manifestações que ocuparam as praças e ruas em vários países.

Enfatizamos as palavras de Negri e Hardt (2014), de que a política se faz também na produção do afeto e interação presencial dos sujeitos. Aqui evocamos um personagem importante na arena internacional, o indivíduo, participante ou não de algum coletivo, seja pelo uso das tecnologias da informação, seja por meio das redes sociais, e também pelo uso dos telefones celulares e os recursos disponíveis de mensagens instantâneas. Esses agentes conseguem em tempo real disseminar e reproduzir informações sobre fatos ocorridos de

violações ou ameaças a direitos e suas repercussões, por exemplo, à soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional.

Mesmo não participando das arenas de negociação das políticas e acordos internacionais ainda reservados para os representantes dos movimentos e organizações sociais, a atuação nas redes sociais influencia as arenas políticas pelo clamor das ruas e necessidade de maior sensibilidade em ouvir o conjunto da sociedade. São novos desafios da participação e controle social em um ambiente dedicado anteriormente apenas à chancelaria, especialistas ou personalidades, composto por seus rituais próprios.

Observa-se que mesmo os órgãos nacionais voltados às ações e políticas de segurança alimentar e nutricional e assessoramento aos altos dirigentes públicos, no Brasil e Moçambique, estão desafiados a analisar e incidir sobre a política externa na área da alimentação e agricultura de modo contínuo, criando mecanismos efetivos de participação que envolvam espectro amplo dos diferentes segmentos da sociedade e que, por outro lado, consigam criar um pacto interno ao nível do governo que possa influenciar as tomadas de decisão. Neste sentido, a partir dos depoimentos conferidos, observamos papéis diferentes desempenhados pelo CONSEA, no Brasil, e o SETSAN em Moçambique. De forma sumária, podemos afirmar que esses colegiados passam por uma atuação mais ou menos contundente/crítica da sociedade civil, bem como o caráter de sua representatividade junto à população.

Os debates ao nível internacional apontam para a potencialidade das resistências locais a partir da articulação dos atores sociais e suas lutas por meio de atos, protestos e a constituição de redes. Vimos, contudo, que as demandas exógenas como aquelas que suscitaram a criação da ROSA, em Moçambique, podem levar à instabilidade de sua atuação, tendo momentos de maior atividade e outros menos profícuos. Não resta dúvida que uma perspectiva organizacional horizontal, dinâmica e fluida ainda é um desafio para os movimentos e organizações da sociedade civil.

Forma é conteúdo. Constatamos que as divergências internas nesta Rede, que integra movimentos e organizações, não estão relacionadas apenas à maior ou menor institucionalidade do colegiado, seu financiamento e forma de gestão e coordenação dos trabalhos, mas às visões de mundo e posições político-ideológicas dos participantes.

Fizemos uma exposição sobre o processo histórico que resultou no conceito de segurança alimentar e nutricional como conhecemos hoje, sendo possível afirmar que estamos

diante de um conceito de natureza operacional. Ou seja, trata-se de uma definição que porta diferentes atributos – todos esses suportados por outros conceitos. Em nosso ponto de vista, define-se melhor com um viés transversal que se realiza na justa articulação de elementos para responder integralmente às necessidades do indivíduo e sua comunidade.

Reiteramos, pois, as variadas apropriações que a terminologia denota. Por isso, afirmamos que está constantemente em disputa. Não se trata apenas da sua assunção nos jogos da linguagem que favorecem mais ou menos seu entendimento pelos distintos interlocutores, mas também do acirramento que seus usos produzem em um campo simbólico e que, portanto, se apoia nas imagens, subjetividades e dramatizações expressas no discurso.

Constatamos ao longo da investigação que a validação do conceito em seus componentes técnico-ideológico-político foi compartilhada pelos movimentos e organizações da sociedade civil, dando novo significado para sua abordagem inicial.

A soberania alimentar por sua vez também incorpora na agenda política dos grupos, movimentos e organizações sociais um vocábulo bastante difundido no campo da análise e ciências sociais e humanas. Alguns autores podem justificar a emersão deste conceito como resposta direta ao enfraquecimento do Estado-nação, disputas territoriais, e, com isso, pelo acentuado risco de perda da soberania dos Estados. Wallerstein (2002) fala de duas acepções relativas à autoridade do Estado de se impor internamente para seus administrados, e externamente na relação ativa com os demais Estados do sistema-mundo.

Dois outros elementos são importantes de se elucidar. Sabe-se que o Estado moderno visa sobremaneira favorecer a acumulação e reprodução de capital, criando as condições adequadas para sua expansão nos diferentes polos do planeta (MASCARO, 2013). Neste sentido, estamos falando diretamente de uma dimensão anticapitalista de configuração do sistema agroalimentar em que no centro está o interesse social e de reprodução da vida, em conciliação com a natureza.

Pensamos, ainda, que o termo soberania alimentar deve ser compreendido na chave da soberania popular, assumindo intenções relativas à “autonomia”, “escolha”, “capacidade de decisão” dos indivíduos e sua coletividade. Para isso, evoca-se um poder para além do Estado e que permeia a vida cotidiana, pois incide sobre as diferentes dimensões da existência, e com isso das identidades e formas de sociabilidade.

Evidentemente que a expressão também circula nos debates políticos, pelos representantes do poder público instituído e da sociedade como estratégia de recuperar a força dos Estados, em especial aqueles mais fragilizados.

No que se refere ao campo da saúde pública, as transformações em curso em Moçambique trazem riscos de doença e agravos à saúde. O uso de agrotóxicos tem sido associado a graves problemas. No Brasil, estudos investigam os episódios de má formação dos fetos e o aumento dos casos de câncer. A contaminação ocorre pelo contato direto do veneno com o corpo, no caso dos trabalhadores e manipuladores, pela contaminação dos recursos naturais (ar, solo, água) e pelo consumo humano de alimentos e animais.

As intervenções decorrentes da parceria Brasil e Moçambique refletem ainda no acesso à água. As interferências no ambiente estão dificultando o uso da água para a pesca de peixes para alimentação, bem como a utilização da água para preparação de alimentos e irrigação. Considerando as avaliações existentes sobre as mudanças climáticas essas medidas não preocupam apenas em curto prazo, mas são questões relativas a processos de desertificação em determinadas localidades e fortes precipitações em outras, alterações das marés e cheias, e, com isso, a intensificação dos fluxos migratórios em busca de sobrevivência de animais e de grupos sociais.

Além disso, as novas apostas dos governos cooperantes na máxima de induzir o desenvolvimento em grandes corredores, como é o caso de Nampula-Nacala, pode contribuir para outras questões de saúde. Raimundo (REVISTA ESPAÇO E TEMPO, 2011, p. 43) procura demonstrar como a mobilidade humana em Moçambique contribui para a disseminação da epidemia de HIV/AIDS. A autora enfatiza que não é possível creditar o aumento dos casos da infecção aos processos de migração, mas procura chamar atenção aos setores responsáveis pelas políticas de saúde sobre a necessidade de considerar aspectos que envolvem as culturas e práticas sexuais existentes para uma melhor orientação das ações de prevenção e tratamento.

A presença brasileira na África, tomando como estudo as relações entre Brasil e Moçambique na área de alimentação, tem repercutido também para reforçar os deslocamentos compulsórios. Em nosso ponto de vista, viola elementos previstos na Política Populacional de Moçambique instituída pela Resolução nº 5/99. Tem ainda criado entraves para cumprimento do Artigo 55 da Constituição de Moçambique, em seus números 1 e 2, que versa sobre o direito do cidadão moçambicano residir onde queira, vedando expulsões.

As migrações internas e ao exterior trazem ameaças à realização do direito humano à alimentação, pois sem as condições de produção, ou os meios para aquisição de alimentos, os indivíduos e suas comunidades passam a não ter mais a certeza de que poderão se alimentar de forma saudável e adequada.

Os entrevistados, em grande medida, apontaram que a parceria brasileira não se difere dos outros países. No argumento apresentado sinalizam as justificativas de haver o mesmo interesse, operar da mesma forma que as demais nações, e se aliar com os parceiros tradicionais da cooperação Norte-Sul. Conforme dados atualizados do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2015), os parceiros na cooperação trilateral com Moçambique são: Alemanha, Estados Unidos da América, França, Itália, Japão, e a Associação das Cidades e Banco Mundial.

Nestas circunstâncias, ainda estamos falando de uma cooperação Sul-Sul? Alguns autores denominariam essa dinâmica multilateral⁵¹ como cooperação horizontal, pois busca maior articulação entre as partes envolvidas, buscando fortalecer seus compromissos internacionais em virtude da natureza e características dos projetos apoiados (temáticas, conceituação, abordagens, etc.), e ao mesmo tempo criar as condições para melhor estruturação do país demandante.

Temos, no entanto, que considerar a heterogeneidade das iniciativas e que a maior parte dos recursos estão direcionados para as áreas estratégicas que envolvem a expansão do comércio indutor do desenvolvimento, ou seja, não alterando a lógica apontada anteriormente nesse estudo.

Além disso, a implantação de megaprojetos, inclusive nos quais o Brasil se insere, levam ao empobrecimento das pessoas que aceitaram receber o auxílio. Pode, ainda, alterar a forma como indivíduos e suas famílias se alimentam, uma vez que parcelas dos gêneros alimentícios passam a abastecer os trabalhadores das empresas instaladas na região dos empreendimentos, elevando o preço dos produtos.

⁵¹ É importante notar que o uso da expressão multilateral nunca é destituído de seu aspecto ideológico; ao contrário, torna-se cada vez mais necessário precisar a acepção que se faz desse termo. Em que pesem os efeitos diversos e adversos da globalização, vivemos em um cenário internacional de múltiplos polos de poder, que estão a confrontar seus interesses a partir de uma matriz político-ideológica. Há uma afirmação corrente que considera o fim da Guerra Fria como o momento de florescimento de agendas com variados temas sem “viés ideológico” como “direitos humanos, segurança, meio ambiente e livre comércio” (LEITE, 2011, p. 163-164), favorecendo a autonomia do Brasil para atuar na comunidade internacional.

É preciso considerar que os negócios das empresas brasileiras, nos moldes em que têm se dado, interferem no ambiente local, alterando o patrimônio alimentar e limitando o acesso aos recursos hídricos. Dessa forma, é preciso concordar com a prognose dos colaboradores da pesquisa quanto aos efeitos socioambientais não apenas imediatos, mas também no médio e longo prazo.

A opinião de representante da Plataforma de Organizações Não Governamentais de Nampula reforça nossos dados acerca da formação e informação da população para assegurar sua efetiva participação em temas de interesse da comunidade:

É necessário promoção de ações de capacitação em matéria de legislação sobre recursos minerais e interesses das comunidades, formação de comitês de cogestão dos recursos e fortalecimento dos Conselhos de líderes comunitários, capacitação em negociação de parcerias de mútuo-beneficiamento com os investidores, elaboração de memorando com termos das partes monitoráveis periodicamente e de valor jurídico, oferecer capacitações integradas das áreas que contribuem para o desenvolvimento humano das comunidades (JORNAL NOVA ERA, p. 14, 07 de out. 2014).

Um indicador é que a sociedade, se concentrando cada vez mais no meio urbano, passa a consumir alimentos como arroz, soja, milho e trigo. Assim, com a perda de hábitos e dietas alimentares tradicionalmente e culturalmente referenciados, problemas de saúde começam a se impor, como a obesidade e doenças crônicas não transmissíveis.

As vozes apresentadas em sua luta cotidiana no campo e na cidade revelam a necessidade urgente de incorporar a ética como princípio das relações entre os Estados e os povos, de modo a construir os enlaces para a garantia da soberania alimentar e nutricional.

Por derradeiro, esse estudo permite afirmar a consagração de um campo de estudos e pesquisas contribuindo com outras iniciativas em desenvolvimento⁵². Desta maneira, indicamos como sugestão temas que poderiam integrar uma agenda de pesquisa em nível nacional e internacional, a saber:

- Compreensão sobre as diferentes práticas e lutas dos movimentos sociais de SAN e Soberania Alimentar em diferentes territórios em África;

⁵² Entre os dias 4 a 6 de dezembro de 2012 foi realizado o “Seminário de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional”, promovido pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Neste momento, estão sendo formadas redes de pesquisadores em nível local nas áreas afetas à SAN.

- Análise dos conteúdos e práticas formativas no âmbito da cooperação entre os movimentos sociais e da sociedade civil do Brasil e países africanos;
- Percepções e representações de soberania alimentar no âmbito dos organismos internacionais de governança, notadamente a CPLP, PALOP e Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), entre outros;
- Efeitos/impactos da presença brasileira nas práticas e hábitos alimentares, e ameaças à SAN, bem como os mecanismos de responsabilização das empresas brasileiras que atuam em Moçambique.

Referências Bibliográficas

AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO e INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional**. Brasília, DF: IPEA/ABC, 2013.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

BEGHIN, Nathalie. **A cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional na área de segurança alimentar e nutricional: avanços e desafios. Onde estamos e para onde vamos?** Brasília, DF: INESC, 2014.

BOVÉ, José. **O mundo não é uma Mercadoria: Camponeses contra a comida ruim**. José Bové e François Dufour - entrevista com Gilles Luneau. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Brasil). **Agroecologia e o Direito Humano à Alimentação Adequada**. Relatório de Olivier de Schutter, relator especial da ONU para direito à alimentação, apresentado ao Conselho de Direitos Humanos. Brasília, DF: MDS/CAISAN, 2012.

BROWN, Lester. A nova geopolítica dos alimentos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 mai. 2011.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CAMPOS, Pedro. De como el socialismo pudiera imponerse al capitalismo. *Revista Temas*, n.77, p. 102-106, jan./mar., 2014.

CASIMIRO, Isabel Maria. **“Paz na Terra, guerra em casa”**, feminismo e organizações de Mulheres em Moçambique. Maputo: PROMÉDIA, 2004.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Reflectindo sobre acumulação, porosidade e industrialização em contexto de economia extractiva. In: **Desafios para Moçambique 2013**. Maputo: IESE, 2013.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

_____. **Geopolítica da Fome**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1954.

_____. **O livro Negro da Fome**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

CHICHAVA et al. Discursos e narrativas sobre o engajamento brasileiro e chinês na agricultura moçambicana. In: **IESE, Desafios para Moçambique** – 2013. Maputo: IESE, 2013.

CGFOME. **Cooperação Humanitária Internacional: Balanço 2006-2010**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores/ Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome, 2011.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos África**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores/ Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome, 2013.

CLEMENTS, Elizabeth Alice e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Land grabbing, agribusiness and peasantry in Brazil and Mozambique**. In: Agrarian South: Journal of Political Economy 2013 2: 41

COLAÇO, João Carlos. Trabalho como política em Moçambique: do período colonial ao regime socialista. In: FRY, Peter(org.). **Moçambique Ensaios**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

COMISSÃO SUL. **Relatório - O Desafio do Sul**. Portugal: Edições Afrontamento, 1990.

COSTA, Christiane G. Araujo Costa. **Segurança alimentar e nutricional - significados e apropriações**. São Paulo: Annablume, 2011.

COSTA, Sônia Maria Alves. O direito humano à alimentação no mundo contemporâneo. In: DAGNINO, Evelina e PINTO, Regina Pahim (org.). **Mobilização, participação e direitos**. São Paulo: Contexto, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **A Via Campesina**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

DUMONT, René. **O crescimento da fome**. Lisboa: Editorial Vega, 1977.

DÚRAN, Jimena e CHICHAVA, Sérgio. O Brasil na agricultura moçambicana: parceiros de desenvolvimento ou usurpador de terra? In: **IESE, Desafios para Moçambique** – 2013. Maputo: IESE, 2013.

- DURHAM, Eunice Ribeiro (org.). **Malinowski: Antropologia**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- FERNANDES, Bernardo Mançano e PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (org.). **Josué de Castro – vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FERREIRA, Vitor Sérgio. Artes e manhas da entrevista compreensiva. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 979-992, set. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/88581>>. Acesso em: 04 nov. 2015.
- FLAMMANG, Janet A. **The Taste for civilization**. Food, Politics and Civil Society. Chicago: University of Illinois Press, 2009.
- FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR. **Declaração Final**. Cuba: Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, 2001. Disponível em: <http://cecaneparana.blogspot.com.br/2010/01/declaracao-do-forum-sobre-soberania.html>. Acesso em: Abr.2015
- FOSTER, John Bellamy. Marx e o meio ambiente. In: WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, John Bellamy (org.). **Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- GAMBARATTO, Renira Rampazzo. Design informação – morfologia da linguagem. **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, 2005. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2103>. Acesso em: Jun. 2015.
- GEORGE, Susan. **O mercado da Fome**: as verdadeiras razões da fome no mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GIZ. **Guião da orçamentação participativa municipal em Moçambique**, Maputo: Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), 2014. Disponível em: http://www.guarulhos.sp.gov.br/files1/gopmm_final.pdf
- GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- GOHN, Maria da Glória e BRINGEL (org.). **Movimentos sociais na era global**. São Paulo: Editora Vozes, 2012.
- GUARULHOS. **Relatório Trimestral**. Guarulhos: Prefeitura Municipal de Guarulhos/Coordenadoria de Relações Internacionais, 2015, Mimeo.

HANLON, Joseph e SMART, Teresa. **Há mais bicicletas – mas há desenvolvimento?** Maputo: Missanga Ideias e Projectos, 2008.

HOBSBAWN, Eric. **Como Mudar o Mundo: Marx e o Marxismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Introdução. In: MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric **Food Movements Unite!** Oakland: Food First Books, 2011.

HUGON, Philippe. **Geopolítica da África**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

IANNI, A. M. Z. 2004. **Fronteiras do Biológico e do Social na Saúde. Um Estudo Sobre A Epidemiologia no Brasil - 1990-2002**. São Paulo, 2004, 148p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

ISAACMAN, Allen F. **A Tradição de resistência em Moçambique – O Vale do Zambeze, 1850-1921**. Portugal/Porto: Afrontamento, 1979.

JORNAL NOVA ERA. *Crescimento económico não beneficia moçambicanos*. Jornal Nova Era, Nampula, p. 14, 07 de out. 2014.

JUSTIÇA AMBIENTAL. Newsletter. Maputo: Justiça Ambiental. n. 01, out. 2012; *Os senhores da terra: análise preliminar do fenómeno de usurpação de terras em Moçambique*. Maputo: Justiça Ambiental / União Nacional de Camponeses, 2011.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**. Um guia para pesquisa de campo. São Paulo: Editora Vozes / Editora Universidade Federal de Alagoas, 2013.

KFF. **Food for thought: television food advertising to children in the United States**. Washington: Kaiser Family Foundation, 2007.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LOPES e ARNAUT. **História da África - uma introdução**. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

MABOTA, Alice. Sociedade civil e Estado: a questão dos direitos Humanos. In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 4. 1996, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IFCS, 1996, 704 p.

MACAMO, Elísio. Cultura política e cidadania em Moçambique: uma relação conflituosa. In: **Desafios para Moçambique 2014**. Maputo: IESE, 2014.

MAGDOFF, Fred e TOKAR, Brian. **Agriculture and food in crisis: Conflict, Resistance, and Renewal**. Nova York, 2010.

MELLO, William Agel. **Ujama – O socialismo africano: o modelo da Tanzânia**. Brasília, DF: Thesaurus, 1990.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra e HENRIQUE, Carneiro. **A história da alimentação**: balizas historiográficas. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér., v.5, p.9-91, jan./dez., 1997.

MÉSZÁROS, ISTVÁN. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (Brasil). **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MOÇAMBIQUE. **Agenda 2025 – visão e estratégias da nação**. Maputo: Comitê de Conselheiros, 2013.

_____. **Anuário Estatístico**. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2014.

_____. **Estratégia da Segurança Alimentar e Nutricional (2007-2015)**. Maputo: Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional / República de Moçambique, 2007.

_____. **Moçambique Inquérito Demográfico e de Saúde**. Calverton, Maryland, USA: Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Estatísticas, ICFI International, 2011.

MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOSCA, João. **Políticas agrárias de(em) Moçambique (1975 – 2009)**. Maputo: Escolar Editora, 2011.

MOSCA, João. **Aspectos da competitividade e transformação do sector agrícola em Moçambique**. Maputo: Escolar Editora, 2014.

MOSCA, João e BRUNA, NATACHA. **ProSAVANA: discursos, práticas e realidades**. Maputo: OMR, n. 31, ago. 2015.
MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. **Internacionalismo y solidaridad entre los pueblos!** Cooperación Campesina, un lazo de reciprocidad. Brasília, DF: MPA, 2015.

MUNANGA, Kabengele. África: trinta anos de processo de independência. **Revista USP**, São Paulo, n. 18, 1993.

NEGRI, Antonio.e HARDT, Michael. **Declaração – Isto não é um manifesto**. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

NOVA ALIANÇA. **Quadro de Cooperação do G8 para Apoiar - A “Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional” em Moçambique**. Moçambique: New Alliance for Food Security and Nutrition, 2012. Disponível em:

NZONGOLA-NTALAJA, Georges. Desafios para a formação do Estado na África. In: LOPES, Carlos (org.). **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Comentário Geral nº 12 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Bruxelas: ONU, Alto Comissariado de Direitos Humanos, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Código Internacional de Marketing de Substitutos do Leite Materno**. Genebra: OMS, 1981.

OSÓRIO, Conceição. Poder Político e protagonismo feminino. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e SILVA, Teresa Cruz. **Moçambique e a Reinvenção da Emancipação Social**. Maputo: Centro de Formação Jurídica e Judiciária, 2004.

PANDOLFI, Dulce e HEYMANN, Luciana (org.). **Um abraço Betinho**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Structured Demand and Smallholder Farmers in Brazil: the Case of PAA and PNAE**. Disponível em <<http://www.ipc-undp.org/pub/IPCTechnicalPaper7.pdf>>. Último acesso: Ago. 2015.

RAIMUNDO, Inês Macamo. Migrações em Moçambique: reflexões sobre uma Política de Migração. In: Estudos Moçambicanos. **Revista de Ciências Sociais e Humanas**, CEA/UEM. V. 22, nº.1, Dez. 2011.

_____. Migração e HIV/SIDA em Moçambique: Desafios da região centro de Moçambique. In: **Revista GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, n.29 - Especial, pp. 43 - 55, 2011.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza**. São Paulo, Buenos Aires: Outras Expressões / CLACSO, 2013.

RIBEIRO, Daniel e DIMON, Joshua. **Petróleo ou Desenvolvimento?** Resultados de um estudo de campo sobre os impactos ambientais e sociais da exploração de petróleo ao longo da costa norte. Maputo: Justiça Ambiental, 2011.

REDE DE ORGANIZAÇÕES PARA SOBERANIA ALIMENTAR. **Trajetória 2003 a 2013**. Maputo: ROSA, 2013.

ROQUE, Carlos. Mozambique: the growth of civil society organisations. In: ANSELL, Gwen e HOLLANDS, Glenn. **Winds of small change : civil society interaction with the African state : proceedings of multilateral workshops on good governance, sustainable development, and democracy, Graz, Austria 1995--Kampala, Uganda 1998**. Afesis-Corplan, 1998.

ROSSI, Amanda. **Moçambique, o Brasil é aqui**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SALA, José Blanes e SANTOS, Clara Maria Faria. O Reconhecimento dos municípios como sujeitos de direito internacional. In: SALA, José Blanes (org.). **O município e as relações internacionais – Aspectos jurídicos**. São Paulo: EDUC, 2009.

SANTIAGO, VANDECK. **Josué de Castro: o gênio silenciado**. Recife: Bagaço, 2008.

SANTARELLI, Mariana. **Cooperação Sul-Sul brasileira: a experiência do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Moçambique**. Rio de Janeiro: ActionAid, 2015

SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil atlântico: Relações Internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

_____. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)**. Brasília: Editora UNB, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SCHLESINGER, Sergio. **Cooperação e investimentos do Brasil na África – o caso do ProSAVANA em Moçambique**. Maputo: FASE, 2013.

SERRA, Carlos. **Chaves das portas do social (Notas de Reflexão e pesquisa)**. Maputo: Imprensa Universitária: 2012.

SHANKLAND, Alex e GONÇALVES, Euclides. **Imagining Agricultural Development in South–South Cooperation: The Contestation and Transformation of ProSAVANA, World Development (2016)**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.01.002>>

SPINIK, Mary Jane et al (org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. São Paulo: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

SITOLE, Rogério Francisco e MUDEMA, João André. **Análise da flutuação dos preços de alimentos em Moçambique e seu impacto nos consumidores**. Maputo: ROSA, 2012.

THOMPSON, Edward P. **Tradición, revuelta y conciencia de clase – Estudios sobre la crisis de la sociedad pré-industrial**. Barcelona: Editorial Crítica, 2ª edição, 1984.

TNI. **The Global Land Grab. 2013**. Amsterdã: TNI, 2013. Disponível em: <https://www.tni.org/files/download/landgrabbingprimer-feb2013.pdf>

TORNQUIST, Carmen Susana e FLEISCHER, Soraya Resende. **Sobre a Marcha Mundial das Mulheres: entrevista com Nalu Faria**. In: Rev. Estud. Fem. vol.20 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100016>

TOURAINÉ, Alain. **Pensar Outramente: o discurso interpretativo dominante**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar a Ciência Social: os limites dos paradigmas do século XXI**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

_____. **O fim do mundo como o concebemos: Ciência social para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.

ZANELLA, Matheus A. e MILHORANCE, Carolina. Cerrado meets savannah, family farmers meet peasants: The political economy of Brazil's agricultural cooperation with Mozambique. In: **Food Policy**, n. 58, p. 70-81, 2016. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/foodpol>

ZIEGLER, Jean. **Destrução em massa: geopolítica da fome**. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

Anexos

Anexo 1 – Roteiro das entrevistas

Disponibilizamos, a seguir, o Roteiro utilizado nas entrevistas com informantes-chaves da pesquisa.

1) Na sua opinião, quais são as situações que colocam em risco a alimentação e produção de alimentos em seu país ou de seu povo?

2) Como você avalia os programas de cooperação técnica internacional na área da alimentação e agricultura como o ProSAVANA desenvolvido entre os países Brasil, Japão e Moçambique?

2.1) Por favor, nos descreva como tem sido a implantação do ProSavana.

2.2) Como tem sido a participação da população, especialmente no que se refere a temas como o acesso à terra, à água e construção do Plano Diretor Local?

3) Você conhece o Programa de Aquisição de Alimentos – também chamado de forma simplificada de PAA África? *{realizar referência à experiência do programa no Brasil}* Como tem sido a implantação em seu país?

4) Você conhece algum outro projeto brasileiro na área da alimentação e agricultura que acontece em Moçambique *{apontar as outras iniciativas existentes caso o entrevistado não se lembre para suscitar seus comentários}*?

5) Que impactos estes projetos trazem para a população e o meio ambiente aqui em Moçambique? E na região?

6) Você poderia comentar sobre as opiniões existentes entre os diferentes atores sociais relacionadas à contribuição que estas iniciativas podem trazer para a melhoria da alimentação da população aqui em seu país?

7) E em relação às empresas brasileiras que atuam em Moçambique, de que forma elas impactam na alimentação da população?

7.1) Como tem sido a relação das empresas brasileiras e as comunidades localizadas nas regiões de operação dessas empresas?

8) Você acredita que a atuação brasileira em Moçambique é diferente em relação aos outros países? Por quê?

9) Na sua opinião, os organismos internacionais como FMI, Banco Mundial e agências de cooperação ainda interferem na política de alimentação e produção de alimentos na África, notadamente em Moçambique? De que maneira?

10) Como seu movimento ou organização compreende a soberania alimentar? Em quais temas tem atuado?

11) Que ações são desenvolvidas por seu movimento ou organização?

12) Você conhece o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN)? Vocês participam de alguma forma nesta instância de discussão? Como?

11.1) Como se dá a relação com outras organizações no seu país que atuam nesta área?

11.2) Comente, por favor, como é a relação de seu coletivo ou organização com os movimentos sociais brasileiros.

13) Quais são as outras instâncias de participação em que vocês atuam na área de segurança alimentar e nutricional? Como você avalia este espaço de governança?

14) No seu ponto de vista, de que forma o seu grupo ou coletivo consegue interferir na implantação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional em Moçambique?

15) Como é a relação das organizações e movimentos sociais aqui de Moçambique com a de outros países e o Brasil?

16) Qual é o uso que o seu movimento ou organização faz dos meios de comunicação para divulgar as suas opiniões ou pontos de vistas sobre o tema, sobre as ações dos governos e de empresas ligadas à área de alimentação e agricultura?

17) Como é a atuação de seu coletivo nas mídias sociais na Internet em relação à soberania alimentar?

18) Algumas mobilizações ocorridas em Moçambique e em outros países, nesses últimos anos, têm se assentado na participação direta das pessoas. Como vocês entendem essa prática social na busca por direitos e novas sociabilidades?

Anexo 2

Apresentamos a seguir a composição completa dos produtos comercializados pelo Brasil a Moçambique.

Tabela Geral de Produtos exportados pelo Brasil a Moçambique (2014/2015)

PRODUTOS EXPORTADOS	Valor (US\$) (Jan - Jul /2015)	Valor em US\$ (Jan-Jul / 2014)
OUTROS TRATORES	17.832.822	652.410
ESPALHADORES DE ESTRUME/ DISTRIBUIDOR DE ADUBO/FERTILIZANTE	4.585.742	
SEMEADORES – ADUBADORES	3.469.323	29.584
CARNES DE GALOS/GALINHAS, N/CORTADAS EM PEDAÇOS, CONGELA	3.290.846	3.695.946
OUTROS ELEMENTOS DE VIA FÉRREAS DE FERRO FUND/FERRO/AÇO	3.219.301	180.300
OUTRAS MÁQUINAS E APARS. AGRÍCOLA, ETC, P/PREPARADOR DE SOLO.	2.162.430	421
TRANSFORMADOR DE DIELETRICO LÍQUIDO	1.578.634	2.594.663
GRADES DE DISCOS, USO AGRÍCOLA, ETC, PARA PREPARAÇÃO DO SOLO	1.536.690	
REBOQUES/SEMI-REBOQUES AUTOCARREGAVEIS,ETC.USO AGRICOLA	1.139.228	
PEDACOS E MIUDEZAS,COMEST.DE GALOS/GALINHAS,CONGELADOS	1.076.397	567.970
CARNES DE PERUAS/PERUS,EM PEDACOS E MIUDEZAS,CONGELADAS	740.706	783.823
OUTS.PECAS ISOL.DE PLASTICO P/MAQS.APARS.INSTAL.ELETR.	724.667	
OUTROS LADRILHOS,ETC.DE CERAMICA,VIDRADOS,ESMALTADOS	684.579	485.700
MUDAS DE OUTRAS PLANTAS	671.268	125.595

TALAS DE JUNCAO/PLACA APOIO,ETC.DE FERRO FUND/FERRO/ACO	616.842	3.236.081
MATERIAL FIXO DE VIAS FERREAS/SEMELHS.E SUAS PARTES	534.363	1.849.866
OUTS.APARELHOS P/PULVERIZAR FUNGICIDAS/INSETICIDAS,ETC.	482.485	
OUTROS REBOQUES E SEMI-REBOQUES P/TRANSP.DE MERCADORIAS	432.341	152.775
CALCADOS DE BORRACHA/PLAST.C/PARTE SUPER.EM TIRAS,ETC.	404.840	150.102
OUTROS ACUCARES DE CANA	401.322	208.621
OUTS.TUBOS BORRACHA VULC.N/END.REF.MET.C/ACES	366.491	
BOLACHAS E BISCOITOS ADICION.DE EDULCORANTES	348.547	446.501
OUTS.ACUCARES DE CANA,BETERRABA,SACAROSE QUIM.PURA,SOL.	323.784	
"WAFFLES" E "WAFERS"	309.974	262.921
OUTROS LIVROS,BROCHURAS E IMPRESSOS SEMELHANTES	305.262	120.839
OUTRAS SEMENTES,FRUTOS E ESPOROS,PARA SEMEADURA	300.000	336.295
OUTRAS PREPARACOES CAPILARES	296.733	329.486
ENCHIDOS DE CARNE,MIUDEZAS,SANGUE,SUAS PREPARS.ALIMENTS	275.751	259.732
ARADOS E CHARRUAS	267.778	9.864
OUTRAS CARNES DE SUINO,CONGELADAS	263.233	319.248
MOVEIS DE MADEIRA P/QUARTOS DE DORMIR	208.837	366.312
ASSENTOS ESTOFADOS,COM ARMACAO DE MADEIRA	207.200	7.615
VEICULOS AUTOMOVEIS P/TRANSP>=10 PESSOAS,C/MOTOR DIESEL	188.396	
DESODORANTES CORPORAIS E ANTIPERSPIRANTES,LIQUIDOS	180.101	106.360

BOMBONS,CARAMELOS,CONFEITOS E PASTILHAS,SEM CACAU	172.847	296.496
APARELHOS P/COZINHAR/AQUECER,DE FERRO,ETC.COMBUSTIV.GAS	163.920	184.714
OUTROS NIVELADORES	163.576	
OUTROS ASSENTOS	154.251	502
OUTROS MOVEIS DE MADEIRA	151.084	327.826
BEXIGAS E ESTOMAGOS,DE ANIMAIS,EXC.PEIXES,FRESCAS,ETC.	138.129	310.836
OUTS.OBJ.SERV.MESA/COZINHA,EXC.CIT.ANTERIOR	129.521	113.981
OUTRAS BOBINAS DE REATANCIA E DE AUTO-INDUCAO	123.567	36
EIXOS,RODAS E SUAS PARTES DE VEICULOS P/VIAS FERREAS	118.758	
INSETICIDA A BASE DE CIPERMETRINA/PERMETRINA,OUTRO MODO	117.416	67.480
OUTS.CALÇ.COBR.TORNOZ.PART.SUP.BORR.,PLÁST.	116.465	35.736
MOTOR ELETR.CORR.ALTERN.TRIF.75KW<POT<=7500KW	116.037	
FARINHAS,POS E "PELLETS" DE CARNE,IMPROPR.P/ALIM.HUMANA	103.422	1.384.092
OUTS.CALÇADS.SOL.EXT.BORR./PLÁST.COURO/NAT.	93.715	237.181
OUTROS MEDICAM.CONT.PRODS.P/FINS TERAPEUTICOS,ETC.DOSES	82.151	132.897
LAS DE ESCORIAS DE ALTO-FORNOS,ETC.EM MASSA,FLS.OU ROLO	81.860	
PREPARACOES PARA MANICUROS E PEDICUROS	79.992	108.194
PORTAS,RESPECT.CAIXILHOS,ALIZARES E SOLEIRAS,DE MADEIRA	79.524	67.587
OUTROS MOVEIS DE METAL	77.620	100.464
OUTS.MAQS.E APARS.DE JATO DE AREIA/JATO DE VAPOR,ETC.	77.400	

OUTRAS ESPINGARDAS/CARABINAS P/CACA/TIRO-AO-ALVO	77.210	74.295
OUTRAS MAQUINAS E APARELHOS P/COLHEITA	73.754	
OUTROS GRANITOS TRABALHADOS DE OUTRO MODO E SUAS OBRAS	68.833	315.613
MAQUINAS P/AGLOMERAR/MOLDAR COMBUSTIV.MINER.SOLIDOS,ETC	66.438	102.668
ACARICIDAS A BASE AMITRAZ,CLORFENVINFOS,ETC.DE OUT.MODO	65.457	5.798
PARTES DE TRANSFORMADORES DE DIELETR.LIQ.OU POT>16KVA	65.428	73.101
MOVEIS DE MADEIRA P/COZINHAS	63.630	85.027
OUTROS PRODS.DE PADARIA,PASTELARIA,IND.DE BISCOITOS,ETC	62.401	47.058
FARINHA DE MIUDEZAS,IMPROPR.P/ALIM.HUMANA E TORRESMOS	62.351	
APARS.MANUAIS P/PROJETAR,ETC.PRODS.P/COMBATE A PRAGAS	59.720	30.951
MARMORE,TRAVERTINO,ETC.TALHADA/SERRAD.SUPERF.PLANA/LISA	54.067	
OUTROS PRODUTOS DE CONFEITARIA,SEM CACAU	51.166	114.672
LAMIN.FERRO/ACO,A FRIO,L>=6DM,N/ENROLADO,1MM<E<3MM	49.440	8.837
OUTRAS GRADES,ESCARIFICADORES,CULTIVADORES,ENXADAS,ETC.	47.598	
OUTRAS CONSTRUÇOES PRE-FABRICADAS,DE MADEIRA	46.474	
APARELHOS DE OXIGENOTERAPIA	46.249	
MAQS.E APARS.AUTOMOTRIZES P/ESPALHAR,ETC.PAVIM.BETUMIN.	46.073	
PAPEL FIBRA MEC<=10%,40<=P<=150G/M2,FLS.LADO<=360MM	45.892	34.751
OUTS.FACAS/LAMINAS CORT.DE MET.COMUM,P/MAQS.APARS.MECAN	45.759	3.117
OUTRAS PARTES E ACESS.P/TRATORES E VEICULOS AUTOMOVEIS	43.478	54.435

OUTS.CALÇADS.SOLA EXT./COUR.NAT.COBR.TORN.	40.691	42.203
BASCULAS DE PESAGEM CONSTANTE E BASCULAS ENSACADORAS	40.400	
GARRAFOES,GARRAFAS,FRASCOS,ARTIGOS SEMELHS.DE PLASTICOS	39.575	5.582
PREPARACOES ALIMENTICIAS E CONSERVAS,DE BOVINOS	38.859	9.428
OUTROS APARELHOS P/FILTRAR OU DEPURAR GASES	37.646	1.630
OUTS.QUEIMADORES P/ALIMENT.DE FORNALHAS,INCL.OS MISTOS	37.557	
OUTS.CALCADOS DE MATERIA TEXTIL,SOLA DE BORRACHA/PLAST.	36.844	21.137
TAPETE,ETC.DE MATER.TEXTIL SINT.ARTIF.N/AVELUD.CONFECC.	34.699	
PNEUS NOVOS PARA AUTOMOVEIS DE PASSAGEIROS	32.131	14.987
PARTES DE OUTS.MAQS.E APARS.DE ELEVACAO DE CARGA,ETC.	32.121	71.002
TUBO BORRACHA VULC.N/END.REF.MET.S/ACES.R>=17	31.328	95
OUTS.QUADROS,ETC.C/APARS.INTERRUP.CIRCUITO ELETR.T<=1KV	30.696	506.097
GALO/GALINHA C/CONT.CARNE/MIUD.>=25 E <57% EM PESO	27.747	35.283
OUTS.CONSTRUÇOES E SUAS PARTES,DE FERRO FUND/FERRO/ACO	27.558	23.371
OUTS.PARTES DE REBOQUES/SEMI-REBOQUES/VEIC.N/AUTOPROPUL	26.992	36.115
ESPIGARDAS/CARABINAS P/CACA/TIRO-AO-ALVO,CANO LISO>=1	26.800	
PRODUTOS DE MAQUILAGEM PARA OS LABIOS	26.147	6.276
MOVEIS DE PLASTICOS	25.821	605
ACESSORIOS MOLDADOS P/TUBOS DE FERRO FUND.N/MALEAVEL	25.664	
APARELHOS P/FILTRAR OU DEPURAR AGUA	25.517	18.759

OUTS.SORTIDOS DE COLHER,GARFO,CONCHA,ETC.DE MET.COMUNS	24.513	17.140
APARELHOS ELEVADORES/TRANSP.DE MERCADORIAS,DE CACAMBA	24.000	
GALO/GALINHA C/CONT.CARNE/MIUD.>=57% EM PESO COZIDAS	23.857	614
MAQUINAS E APARS.P/PREPAR.DE ALIMENTOS/RACOES P/ANIMAIS	23.653	
SEMENTES DE PRODUTOS HORTICOLAS,PARA SEMEADURA	23.396	25.991
OUTROS ACUMULADORES ELET DE CHUMBO	22.953	394
DEMAIS PRODUTOS	1.751.904	11.408.647

Fonte de Dados: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio/Secretaria de Comércio Exterior, 2015.

Anexo 3- Currículos

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Enviar

Dados gerais | Formação | Atuação | Projetos | Produções | Patentes e Registros | Inovação | Educação e Popularização de C&T | Eventos | Orientações | Bancas | Citações

André Luzzi de Campos

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4009039893700857>

Última atualização: 05/03/2015

Última publicação: 05/03/2015

Resumo

Possui graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Doutorando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da USP. Atuou como pesquisador em Ciências Sociais e Humanas do Centro de Pesquisa e Formação, do Serviço Social do Comércio - SESC, em São Paulo. Foi Diretor do Centro de Políticas Específicas, na Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, da Secretaria da Administração Penitenciária no período de 2011 a 2014. No biênio 2006-2007, foi membro representante da Sociedade Civil no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - CONSEA/SP. É conselheiro municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo. Foi coordenador geral da Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida em São Paulo. Tem atuado principalmente nos seguintes temas: educação popular, participação popular, movimentos e relações sociais no Brasil, relações internacionais e segurança alimentar e nutricional sustentável.

Editar Resumo Exibir texto completo do resumo

Aurea Maria Zöllner Ianni

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9808733942571499>

Última atualização do currículo em 22/10/2015

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1980), Mestrado (1999) e Doutorado (2004) em Ciência Ambiental, Pós-doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (2009) e Livre-Docência em Ciências Sociais em Saúde pela Faculdade de Saúde Pública da USP (2012). É docente da Faculdade de Saúde Pública da USP e credenciada junto aos Programas de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP e de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes e Humanidades da USP. É editora científica da revista Saúde e Sociedade. Tem experiência na área da sociologia e atua na aproximação entre as Ciências Sociais e a Saúde, nos seguintes temas: mudanças sociais contemporâneas e saúde, pensamento social em saúde, metrópole e atenção em saúde. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome Aurea Maria Zöllner Ianni

Nome em citações bibliográficas IANNI, Aurea Maria Zöllner; IANNI, AUREA MARIA ZÖLLNER; IANNI, AUREA M. Z.; IANNI, AUREA MARIA ZÖLLNER